



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Jane Chalão Lucchesi

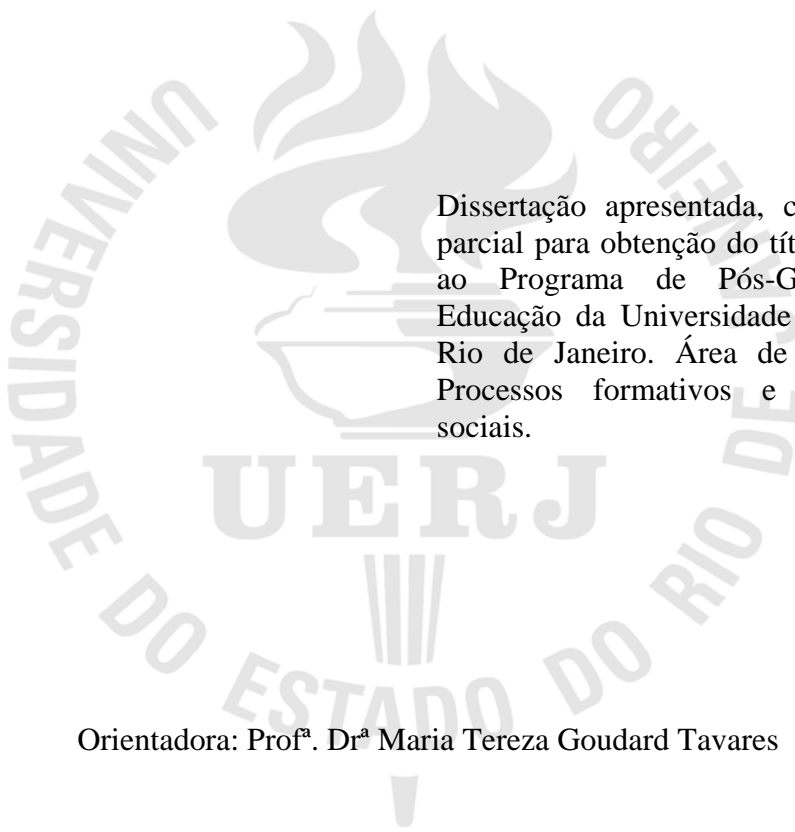
“É pegar ou largar”: a luta de mulheres trabalhadoras na Ilha do Governador pelo direito à creche

São Gonçalo

2017

Jane Chalão Lucchesi

**“É pegar ou largar”: a luta de mulheres trabalhadoras na Ilha do Governador
pelo direito à creche**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Processos formativos e desigualdades sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Maria Tereza Goudard Tavares

São Gonçalo

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

L934 Lucchesi, Jane Chalão.
“É pegar ou largar”: a luta de mulheres trabalhadoras na Ilha do Governador pelo direito à creche / Jane Chalão Lucchesi. – 2017. 144f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Tereza Goudard Tavares.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Movimentos sociais – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Direito das mulheres – Teses. 3. Creche – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Tavares, Maria Tereza Goudard. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 323.233 (815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jane Chalão Lucchesi

**“É pegar ou largar”: a luta de mulheres trabalhadoras na Ilha do Governador
pelo direito à creche**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Processos formativos e desigualdades sociais.

Aprovada em 03 de abril de 2017.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Tereza Goudard Tavares (Orientadora)

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof.^a Dra. Márcia Soares de Alvarenga

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof.^a Dra. Maria Teresa Esteban

Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dra. Elaine Ferreira Rezende de Oliveira

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

São Gonçalo

2017

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todas as mulheres mães das camadas populares, que direta ou indiretamente, emprestaram sua voz para dar visibilidade a uma pequena parte da luta cotidiana do gênero feminino.

AGRADECIMENTOS

À Maria Tereza Goudard Tavares, orientadora sempre generosa e incentivadora, cuja presença em minha trajetória acadêmica foi fundamental para apropriar-me do *ethos* da professora-pesquisadora e, por extensão, a principal responsável pela elaboração desta dissertação.

À Anne Chalão Ventura Lucchesi, meu orgulho, minha alegria, minha filha / amiga / parceira em todos os momentos, desde seus primeiros dias de vida.

À Clailcia do Socorro Sales Linhares, grande amiga da faculdade de História da UERJ, que me apoiou durante a graduação, momento que eu me inseria também no mundo do trabalho e na maternidade.

Às colegas do trabalho, pelo apoio e pelas reflexões proporcionadas durante o cafezinho.

Aos(às) colegas da turma de mestrado da FFP/UERJ, que estiveram presentes quando solicitados(as).

Aos meus pais, Célio da Silva Chalão (*in memoriam*) e Marly da Silva Chalão por terem optado conscientemente pela maternidade da segunda filha.

À minha família e aos(às) amigos(as), pelo tempo precioso que deixei de compartilhar no decorrer do mestrado.

Aos(às) professores(as) e aos(às) funcionários(as) da FFP/UERJ, que mesmo na luta atualmente pelo direito básico de receber o salário em dia, continuam auxiliando na formação de docentes de variados municípios do estado do Rio de Janeiro.

... nós, os humanos, não podemos crescer, viver e envelhecer sem instituir um tempo, sem fragmentar, pautar e contabilizar seu devir e seu passar; não sabemos deixar transcorrer nossa vida sem nomear, sequenciar, ordenar e esclarecer o sentido do que passa e do que existe, do que permanece e do que se desvanece; não desejamos viver sem especificar o indivíduo próprio e o alheio, o que nos une e nos separa, o que nos diferencia e nos iguala.

Placer, 2001

RESUMO

LUCCHESI, Jane Chalão. “*É pegar ou largar*”: a luta de mulheres trabalhadoras na Ilha do Governador pelo direito à creche. 2017. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017.

O objetivo geral deste estudo é investigar e dar visibilidade à luta das mulheres trabalhadoras pelo direito à creche no município do Rio de Janeiro. Esta luta, que constituiu uma importante articulação da sociedade civil, garantindo na LDB 9394/96 e na Constituição Federal de 1988 o direito à creche, modificou o modo pelo qual as unidades de atendimento à pequena infância eram vistas em todo o país. Nesse sentido, o estudo em tela, de caráter qualitativo, buscou adotar procedimentos teórico-metodológicos dos estudos qualitativos, aprofundando através da leitura documental e de entrevistas, o olhar sobre a creche na Arca de Noé, uma creche comunitária conveniada, localizada no Guarabú, Ilha do Governador, no município do Rio de Janeiro. Do ponto de vista temporal e documental, a presente pesquisa busca investigar o contexto de criação da creche comunitária conveniada Arca de Noé em 1984, quando iniciaram as atividades com as crianças neste equipamento de educação. A partir do engajamento político dos sujeitos envolvidos no processo, investigo a trajetória da Arca de Noé, pesquisando o(s) papel(eis) que a creche cumpre junto às mulheres trabalhadoras, tendo como parâmetro o reconhecimento de seus direitos e conquistas sociais. Do ponto de vista teórico, a fundamentação dos meus estudos se ancora no pensamento de Paulo Freire, relacionando a luta por creche aos processos mais amplos de consciência política e social; assim como também outros autores que abordam a luta do gênero feminino por emancipação, os Movimentos Sociais e a luta por creche como uma política de gênero.

Palavras-chave: Direito à Creche. Luta das Mulheres Trabalhadoras. Movimentos Sociais por Educação. Creche Comunitária Conveniada. Movimento de Mulheres.

ABSTRACT

LUCCHESI, Jane Chalão. *“Take it or leave it”*: the struggle of working women in the Ilha do Governador for the right to nursery school. 2017. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017.

The intentions of this research is to investigate the struggle of working mothers for the right to nursery school in Rio de Janeiro's municipality. This struggle has constituted an important articulation from the civil society, ensuring in LDB 9394/96 and in the Federal Constitution of 1988 the right to nursery school has modified the way in which the care units to early childhood were seen all over the country. In this sense, the study in point, from the qualitative type, sought to adopt the theoretical-methodological of qualitative studies, deepening through documentary reading and interviews, the look on Arca de Noé's nursery school, a convened community nursery school, located in Guarabú, Ilha do Governador, in Rio de Janeiro's municipality. From the temporal and documental point of view, the present research seeks to investigate the creation's context of Arca de Noé's convened community nursery school in 1984, when started the activities with the children in this education equipment. From the political engagement of subjects involved in the process I seek to investigate Arca de Noé's trajectory, researching the role that nursery school fulfills by working mothers themselves, having as parameter the recognition of their social rights and achievements. From the theoretical standpoint, the foundation of my studies is anchored in Paulo Freire's thought, by relating the struggle for nursery school to wider processes of political and social awareness; as well as other authors who approach the feminism issue for emancipation, the Social Movements and the struggle for nursery school as a gender policy.

Keywords: Right to Nursery School. Struggle of Working Mothers. Social Movements for Education. Convened Community Nursery School. Women Movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapeando a Creche Comunitária Conveniada Arca de Noé na Ilha do Governador	14
Figura 2 –	A ideologia das camadas dominantes: o termo comunidade utilizado pela mídia (1983)	40
Figura 3 –	Creches comunitárias conveniadas eram supervisionadas pela LBA .	51
Figura 4 –	Creche comunitária conveniada Arca de Noé na atualidade	54
Figura 5 –	Manifestações na década de 1980: movimento pelas creches comunitárias e pelas <i>Diretas Já</i>	62
Figura 6 –	A creche e a ausência de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres trabalhadoras	64
Figura 7 –	Jornada total de trabalho da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e tipo de trabalho	69
Figura 8 –	Prédio da Associação de Moradores do Guarabú	71
Figura 9 –	o conflito na construção da Creche Comunitária conveniada Arca de Noé	73
Figura 10 –	Esquemas da teoria da ação revolucionária e da teoria da ação opressora, por Paulo Freire	79
Figura 11 –	Faixa contra as ideias de Paulo Freire, na manifestação reacionária em oposição ao governo brasileiro, no ano de 2015	81
Figura 12 –	Taxa bruta de natalidade por mil habitantes - Brasil de 2000 a 2015.....	84
Figura 13 –	As crianças da Creche Comunitária Conveniada Peter Pan	87
Figura 14 –	Entrada da favela do Guarabú , antes da construção do EDI José de Souza Ramos	88
Figura 15 –	Entrada da favela do Guarabú, na inauguração do EDI José de Souza Ramos, em 22/07/2012	88
Figura 16 –	Taxa de ocupação feminina no mercado de trabalho com filhos(as) em creche: Brasil, 2012	94
Figura 17 –	Desigualdade de gênero	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDO	<i>Binder Dijker Otte & Co</i>
DCE	Departamento de Apoio às Creches e Escolas Conveniadas
EDI	Espaço de Desenvolvimento Infantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
PAC	Programa de Atendimento às Crianças
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância (<i>United Nations Children's Fund</i>)
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMEEL	Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer ¹
SMDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

¹ Nova designação da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, que foi incorporada à Secretaria de Esporte e Lazer, em janeiro de 2017, a partir da posse do novo prefeito, Marcelo Crivella, mas que foi revogada em maio do mesmo ano.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO: APRESENTANDO O DESENHO DA PESQUISA	11
1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: DIÁLOGOS DE PENSAMENTO	18
1.1	Algumas questões sobre os caminhos da pesquisa: a metodologia escolhida .	23
2	MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR CRECHE: REVISITANDO O PERÍODO ENTRE 1970 E 1984	35
2.1	Em busca do comunitarismo	39
2.1.1	<u>Tramas e tessituras da comunidade do Guarabú e a creche comunitária Arca de Noé</u>	44
2.2	A mobilização da sociedade civil: a conquista da creche no Guarabú protagonizada pelas mulheres	55
2.3	Movimentos sociais e rebeldia na constituição da creche comunitária conveniada Arca de Noé, enquanto espaço político	61
3	O CONFLITO NO ASSENTAMENTO DA CRECHE NO GUARABÚ E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA	71
3.1	A mulher mãe e trabalhadora e a educação da infância: um recorte a partir do século XX	74
3.1.1	<u>A luta cotidiana das mulheres e a questão da conscientização</u>	78
3.2	A conscientização das mulheres e a (não) maternidade	82
4	A CRECHE COMUNITÁRIA CONVENIADA NO GUARABÚ E OS DESAFIOS DO PRESENTE	86
4.1	É possível afirmar a creche como um espaço de acolhimento ao coletivo infantil?	90
5	(RE)ATUALIZANDO OS NOVOS PERSONAGENS E A LUTA POR CRECHES NO RIO DE JANEIRO: CONSIDERAÇÕES FINAIS, AINDA QUE PROVISÓRIAS	94
	REFERÊNCIAS	100
	APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido	110
	APÊNDICE B - Entrevistas	111

INTRODUÇÃO: APRESENTANDO O DESENHO DA PESQUISA

É preciso encher o mundo de histórias; histórias de sujeitos não nomeados, histórias de pessoas e lugares que só passam a existir após instituídos por uma câmera de televisão, registrados por fotografias ou narrados em filmes, revistas, jornais, novelas, livros. O mundo, as vidas das pessoas, as identidades são construídos, inventados, instituídos a cada nova história que circula (Costa, 1998, p. 251)

Início a apresentação desta dissertação com um convite à leitura da citação acima, de Marisa Vorraber Costa, que dialoga com a minha pesquisa **“É pegar ou largar”**: **A luta de mulheres trabalhadoras na Ilha do Governador pelo direito à creche**. Meu estudo, assim como também afirma Costa, acredita na importância de dar visibilidade aos *“sujeitos não nomeados”*, às *“histórias de pessoas e lugares que só passam a existir após instituídos por uma câmera de televisão”* ou através de jornais, dentre tantos outros meios. Neste caso, mais especificamente, a visibilidade se dá através de uma pesquisa acadêmica, em um programa de Mestrado em Educação que intenciona discutir Processos Formativos e Desigualdades Sociais, pretendendo reconstruir e dar destaque à luta das mulheres trabalhadoras do Guarabú, na Ilha do Governador, pelo direito à creche.

Com relação ao título de meu estudo, o termo *“É pegar ou largar”* que intitula a dissertação, foi tomado de empréstimo da linguagem cotidiana das camadas populares (TAVARES, 1995, p. 50), que, nesse estudo, pode ser entendido como a tensão entre a aceitação ou não aceitação de um direito, pegando ou largando algo que deveria ser um direito constitucional, garantido por lei, pelas lutas travadas na sociedade brasileira ao longo de seu percurso histórico e político. Em nosso estudo, *“pegar ou largar”*, procura dilatar a dimensão da creche comunitária conveniada como a única possibilidade de vaga disponibilizada às crianças que não são atendidas pelos equipamentos públicos de cuidado e educação no município do Rio de Janeiro, principalmente nas favelas e bairros populares da cidade.

Segundo Tavares, a verba para o Programa de Atendimento às Crianças (PAC/SMDS) não supria os investimentos que deveriam ser feitos nos equipamentos. *“Era pegar ou largar (e ficar sem a creche)”* (TAVARES et alli, 1993, p.59).

Em minha compreensão ao longo do estudo realizado, a luta dessas mulheres caracteriza um importante dispositivo de mobilização junto aos movimentos sociais por educação infantil no município do Rio de Janeiro, que têm somente o engajamento do gênero

feminino, como se essa demanda fosse exclusiva da mulher. Mesmo que a creche seja um suporte à esfera doméstica e tenha importantes impactos na estrutura familiar, além da presença de homens como trabalhadores nesse espaço profissional, e principalmente nas classes médias urbanas já existir uma maior divisão e responsabilização da família, inclusive com a presença masculina na educação da criança pequena de 0 a 3 anos em algumas creches da prefeitura do Rio de Janeiro, a questão da creche ainda é fortemente associada à esfera do privado e da responsabilidade feminina (TAVARES, 2015, p. 14).

Partindo, então, da histórica responsabilização pelo cuidado das crianças às mulheres imposta pela estrutura patriarcal brasileira, a presente pesquisa investiga a relação das mulheres, mães e trabalhadoras, com o direito aos equipamentos de atendimento à pequena infância no município do Rio de Janeiro, buscando mapear o sentido das lutas e o repertório de ações desenvolvidas por essas mulheres ao longo de três décadas de lutas pelo direito à creche na cidade.

Para justificar a importância desse estudo, é necessário tecer algumas considerações sobre a minha trajetória profissional e pessoal, mesmo que de forma resumida.

A minha trajetória educacional foi cursada integralmente em instituições de caráter público e popular, nas quais a maioria possuía projetos pedagógicos comprometidos com a escolarização dos estudantes das camadas populares, sendo: em escolas geridas pela prefeitura nos subúrbios do Rio de Janeiro, em colégio estadual e a graduação concluída na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Durante a minha trajetória de estudante na universidade, enquanto cursava a graduação, penso ter construído a principal motivação por estar estudando este tema, pois, no mesmo período, tive que me inserir no mundo do trabalho e na maternidade, como se estes acontecimentos tivessem que ocorrer todos concomitantes como oportunidades e não como escolhas, cada um ao seu tempo. Tudo poderia ter sido muito diferente, se não fosse a estrutura desigual de nossa sociedade, sobretudo pela histórica desigualdade de gênero que nós, mulheres das classes populares, temos que enfrentar e combater cotidianamente.

Tive que romper inúmeras barreiras visíveis e invisíveis. Assim, pude perceber, especialmente por experiência própria, como as mulheres das camadas populares são mais vulneráveis à ausência de políticas públicas voltadas à pequena infância. Essa vulnerabilidade, bem como a concreta ausência de políticas públicas para o atendimento às crianças pequenas, foram vivenciadas em meu percurso familiar, quando precisei afastar-me do trabalho devido à falta de creches públicas ou mesmo particulares que pudessem ser pagas com a baixa

remuneração que recebia. Infelizmente, mesmo com todo o trabalho de mulheres no campo das políticas de gênero (ROSEMBERG, 1984) a creche não era, e ainda não é, reconhecida como tal.

A partir de então, ao longo de vinte e seis anos de magistério no município do Rio de Janeiro, venho exercendo vários papéis profissionais, além da regência de turmas: professora de sala de leitura, coordenadora pedagógica, supervisora de turmas, professora articuladora de creche, supervisora de creches comunitárias conveniadas e assessoria aos gestores da 4ª (quarta) e da 11ª (décima primeira) coordenadorias regionais de educação.

Do ponto de vista das razões e da relevância de meu estudo, no ano de 2013 pude ter um contato ainda maior com meu campo de investigação, a creche comunitária conveniada Arca de Noé, que foi e continua sendo uma conquista das mulheres frente à inexistência de equipamentos públicos em número suficiente voltados para o atendimento das crianças da pequena infância das camadas populares. Neste período, atuava como supervisora vinculada à Secretaria Municipal de Educação / SME-RJ nesta modalidade de atendimento às crianças da pequena infância, na Ilha do Governador.

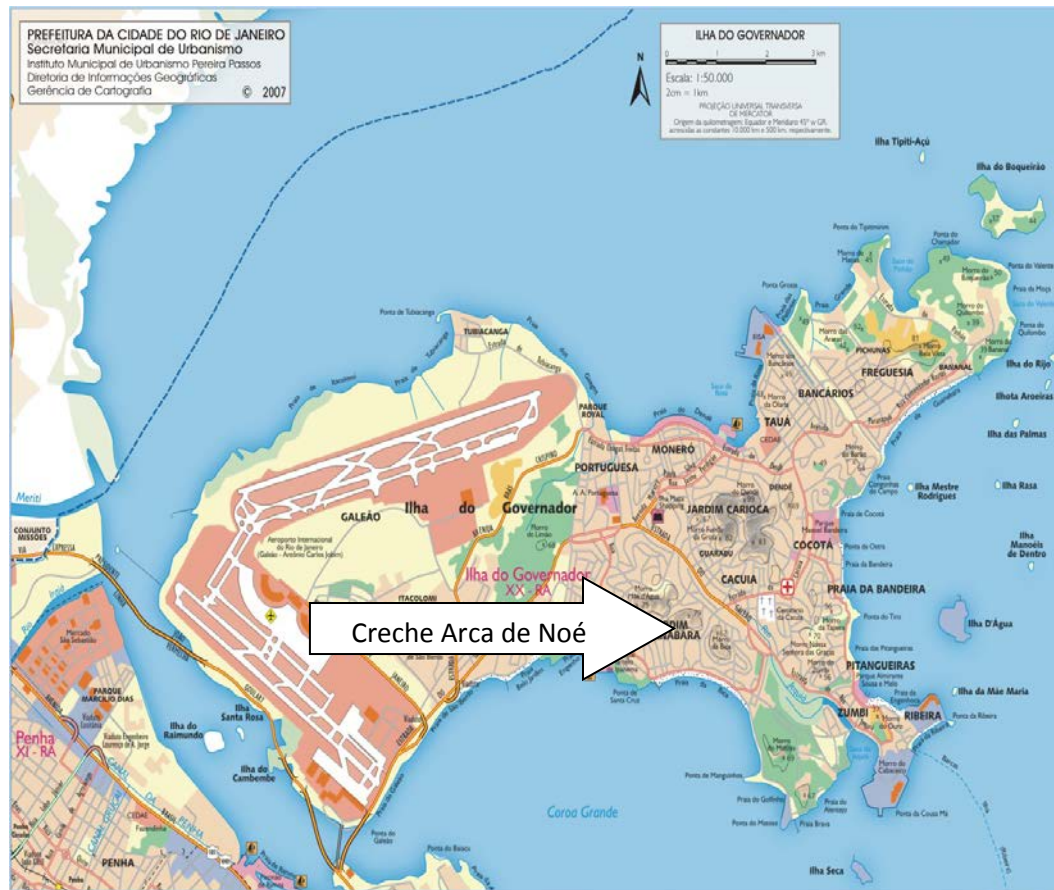
A partir de meu trabalho como supervisora pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro na Ilha do Governador, tomo conhecimento mais detalhado do projeto da rede conveniada, principalmente do contrato financeiro, verificando que estas eram mantidas por doações e pelo pagamento, em 2013, de R\$120,00 (cento e vinte reais) mensais pela prefeitura por criança atendida, como *per capita*, dentro da meta de cada creche conveniada. Meta esta que se caracteriza pelo quantitativo de crianças matriculadas dentro de cada convênio celebrado. Atualmente, início do ano de 2017, a renda *per capita* recebida por cada creche comunitária conveniada do Rio de Janeiro é de R\$300,00 (trezentos reais) mensais.

Dessa forma, dialogando com a minha trajetória e motivações na pesquisa, recorro a Michel de Certeau, para compreender que o (a) pesquisador (a), muitas vezes se vê distanciado da questão de pesquisa, não tendo relação direta, íntima com o que está sendo estudado, o que reforça, no meu caso, a importância de ter sido supervisora destas creches, aproximando-me e sendo afetada pela realidade do campo e das questões que estão sendo investigadas (CERTEAU, 1994).

Assim, as principais questões que atravessam este estudo são: O que acontece quando as mulheres não conseguem vaga em um equipamento público e têm que tirar grande parte do seu baixo salário, quando podem, para pagar uma creche? Como apoiar as mulheres que precisam da creche para poder trabalhar? Ou, quando as mulheres não podem pagar até

mesmo uma creche domiciliar e deixam as crianças com a avó, tia, vizinho(a), irmão ou irmã mais velho(a)? Como as camadas populares podem pressionar o poder público para aumentar o número de vagas nas creches levando em consideração que as ações do governo não contemplam a todos(as)? Qual o papel da creche comunitária conveniada Arca de Noé na atualidade e como ela vem lidando com suas dificuldades de funcionamento e financiamento frente ao poder público? Qual a relação entre o atendimento da criança na creche e a emancipação feminina? Portanto, inquieta-me, como que, a partir de poucos subsídios recebidos para a educação e o cuidado dessas crianças da pequena infância atendidas nas creches comunitárias conveniadas, as profissionais destes espaços, quase que exclusivamente do gênero feminino, buscam desenvolver um trabalho de qualidade com o foco no atendimento educacional às crianças, tendo que gerenciar com destreza e muita parcimônia a pouca verba que recebem, como é caso da creche investigada, a Creche Comunitária Conveniada Centro de Atividades Educacionais e Culturais Arca de Noé, ou, simplesmente, a creche Arca de Noé.

Figura 1 – Mapeando a Creche Comunitária Conveniada Arca de Noé, na Ilha do Governador



Fonte: < <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp> > Acesso em 24 jul. 2015.

Essas e outras questões construídas no processo investigativo nos ajudaram a compor o pano de fundo conceitual e metodológico necessário à compreensão das lutas contemporâneas das mulheres trabalhadoras sobre o direito à creche no Rio de Janeiro, sobretudo nos bairros pobres, como a favela do Guarabú, indicada no mapa acima, através da localização da creche comunitária conveniada Arca de Noé, problematizando, assim, a educação da pequena infância, bem como as políticas públicas destinadas a esse segmento educacional.

Assim, a presente dissertação está organizada em quatro capítulos que buscam dialogar e se conectar, com o objetivo de que o(a) leitor(a) compreenda a proposta de trabalho em relação à creche comunitária conveniada e às questões que envolvem a falta de vaga para a pequena infância.

No primeiro capítulo, *Fundamentação teórico-metodológica: diálogos de pensamento*, apresento a estrutura, o desenho da pesquisa, assinalando a sua perspectiva teórico-metodológica, bem como o diálogo com os autores que a fundamentam, procurando detalhar como ocorreu teórica e empiricamente o meu estudo. Assim, tomando de empréstimo o pensamento de Paulo Freire como embasamento teórico, procuro, principalmente através da concepção de conscientização (FREIRE, 1979), relacionar a luta por vaga na creche comunitária conveniada Arca de Noé às dificuldades enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras em conseguir um espaço de atendimento educativo às suas crianças pequenas. Especialmente porque a vaga na creche implica na permanência das mesmas na vida profissional, garantindo a sua inserção e continuidade no mercado de trabalho. Estas mulheres, em sua maioria, são oriundas de famílias das camadas populares, sendo as principais ou únicas provedoras familiares, constituindo famílias matrifocais, também conhecidas como monoparentais. Do ponto de vista da fundamentação teórica, busco o diálogo com os pensamentos de Maria Lacerda de Moura (1919) e com os escritos de Éder Sader (1988) em relação às questões das lutas das mulheres, principalmente das mulheres das camadas populares, fazendo um recorte histórico das ideias libertárias e feministas de Maria Lacerda, no início do século XX, bem como nos estudos implementados por Sader, principalmente em sua obra “Quando novos personagens entraram em cena” (1988), escrita no período de abertura política, pós ditadura militar no final do mesmo século.

Apresento, a seguir, os procedimentos teórico-metodológicos que fundamentaram este estudo, que está estruturado na perspectiva da pesquisa qualitativa e ancora-se fundamentalmente na história oral (THOMPSON, 1992), através de entrevistas (SEVERINO,

2007), dialogando com a análise documental (SHIROMA et alli, 2005) e com as referências bibliográficas, de cunho etnográfico. Ainda neste capítulo dedico um número considerável de linhas do texto, porém necessárias, para descrever como o estudo veio, enfim, a se delinear, após a mudança epistêmica e metodológica ocorrida durante o percurso da pesquisa.

No capítulo 2, *Movimentos sociais e a luta por creche: revisitando o período entre 1970 e 1984*, procurei estabelecer um diálogo entre a luta por creche e os movimentos sociais urbanos, procurando dar maior visibilidade ao recorte histórico do período compreendido entre 1970 e 1984; contexto no qual a conjuntura brasileira impele a população, principalmente as camadas populares, a reivindicarem políticas públicas que são necessárias à reprodução de sua força de trabalho e qualidade de vida, a partir das demandas produzidas dentro/ao redor do sistema capitalista, que no Brasil, se nutre principalmente da força de trabalho dos(as) pobres, dos(as) oprimidos(as), segundo a linguagem Freireana. Ainda dentro deste período, na década de 1980, a concretização do atendimento às crianças da pequena infância da favela do Guarabú na Arca de Noé torna-se uma realidade para a comunidade local, tendo a creche iniciado o seu trabalho mais especificamente no ano de 1984.

No capítulo 3, *O conflito no assentamento da creche no Guarabú e o processo de emancipação das mulheres na luta*, as ações das mulheres e o contexto de luta pela manutenção da creche ganham visibilidade. Nessa perspectiva, a pesquisa em tela procura, a partir da problematização do cotidiano de vida de um grupo de mulheres das camadas populares, investigar as ações dessas mulheres trabalhadoras no processo de democratização e lutas sociais no país, entendendo, por exemplo, que a organização dos clubes de mulheres (SADER, p. 199, 1988), deu passos importantes em direção à politização dos problemas que afetam o cotidiano popular, em especial o atendimento de crianças pequenas em creches públicas. O estudo pretende, também, dar visibilidade às lutas implementadas pelas mulheres trabalhadoras da creche Arca de Noé, reconhecendo seus direitos e conquistas sociais em defesa ao direito à Educação para os (as) pequenos (as) da favela do Guarabú, no Rio de Janeiro.

No capítulo 4, *A creche comunitária conveniada no Guarabú e os desafios do presente*, procurei traçar um panorama atualizado da atuação do atendimento à pequena infância na favela do Guarabú no formato de creche comunitária conveniada e ponho em xeque se a creche pode ser um espaço de acolhimento ao coletivo infantil e de formação humana. Neste sentido, investigo o processo de constituição deste equipamento de cuidado e educação, enfocando, principalmente, os movimentos de sua criação, os seus processos de

luta, inventariando através de documentação, jornais da época e entrevistas feitas com as mulheres, procurando entender o papel das mesmas no que se refere à conquista desse direito, que hoje ainda se mantém subsidiado por doações e pelo poder público, demonstrando que a luta por vaga e pela qualidade do atendimento às crianças na creche conveniada Arca de Noé, continua (ainda) sendo resultante das lutas das mulheres pelo atendimento educativo aos seus filhos (as).

E, assim, sem a pretensão de querer esgotar o assunto, trago nas considerações finais algumas questões que podem ser depreendidas de meu estudo, que longe de serem conclusões definitivas e ou prescritivas, apontam para a compreensão da importância de equipamentos voltados para a pequena infância no processo educacional destas crianças das camadas populares, sobretudo pela possibilidade de apoio educacional que a creche proporciona às famílias e às mulheres trabalhadoras. Compreendo que a creche pública pode ser um dispositivo de emancipação dentro desta sociedade patriarcal na qual estamos inseridas. Além disso, com base em meu estudo, afirmo que a luta pela creche, assim como a luta contra a baixa remuneração das mulheres e a dupla jornada de trabalho, deveriam deixar de ser travadas apenas pelo gênero feminino, passando a ser uma bandeira de todos(as), da sociedade de forma mais ampla. Uma bandeira de luta de uma sociedade preocupada em pensar o acesso à creche como uma política de gênero, com a formação humana, com a igualdade e a democracia no cotidiano de homens, mulheres e crianças que acreditem na solidariedade e na construção de outro projeto de sociedade.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: DIÁLOGOS DE PENSAMENTO

Não tenho um caminho novo.
O que tenho de novo é um jeito de caminhar
Thiago de Melo

Para apresentar e discutir a fundamentação teórico-metodológica deste estudo, inicio dialogando com o pensamento do poeta Thiago de Melo na intenção de reiterar que não tenho um caminho novo, até porque muitos(as) pesquisadores(as) mais experientes já trilharam pelos estudos das lutas das mulheres trabalhadoras por creche, problematizando questões nodais na constituição e resultados dessas lutas. De forma muito serena, destaco que o meu jeito de caminhar pode ser considerado novo, singular, graças ao campo empírico e ao caminho teórico-metodológico escolhido para falar desses novos sujeitos, as mulheres e as mães trabalhadoras do Guarabú, na Ilha do Governador, no município do Rio de Janeiro. Para dialogar com as minhas questões de estudo, encontro ancoragem no aporte teórico Freireano, compreendendo que o mesmo amplia de forma vigorosa algumas das questões fundamentais para a compreensão e análise da temática de estudo. Desta forma, dialogando com Paulo Freire entendo que “é preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (2005, p. 52). Esta citação me parece exemplificar a relação do pensamento de Paulo Freire com a questão do processo de conscientização das mulheres do Guarabú.

Paulo Freire, em toda a sua trajetória epistêmica e política, deixa expressa a responsabilidade da ação social de cada sujeito na transformação da sua realidade, especialmente em sua teoria da práxis política. Assim, a influência do pensamento Freireano vai além do campo da educação. Está presente em muitos movimentos sociais de caráter crítico e emancipatório, em especial, segundo minha compreensão, no despertar da consciência crítica das mulheres do Guarabú ao perceberem que deveriam se mobilizar para, de forma coletiva, reivindicar um espaço de educação e cuidados para suas crianças. Assim, a creche comunitária conveniada Arca de Noé foi se materializando como fruto da luta coletiva de um grupo de mulheres pelo direito à educação de suas crianças, refletindo, principalmente, na inserção e manutenção deste grupo no mercado de trabalho.

Pela especificidade deste estudo, busco discutir o sentido que os movimentos sociais têm na obra de Paulo Freire, através de um recorte do pensamento deste autor, estabelecendo uma relação entre a mobilização das mulheres trabalhadoras pelo direito à creche e os movimentos sociais, tão importantes para a formação de diversos grupos na época em que ocorre o início da luta pela creche comunitária conveniada Arca de Noé, em 1984.

Na perspectiva da trajetória histórica da Educação Popular, Paulo Freire e outros autores da EP intencionavam que homens e mulheres discutissem as questões concretas de suas realidades sociais, levando-os(as), dessa forma, a participarem efetivamente do processo histórico e da situação de mudança advinda de suas leituras de mundo. A Educação Popular procurava utilizar a realidade sociocultural do povo para despertar a consciência crítica e transformadora dos sujeitos das classes populares.

Nessa perspectiva, não haveria para Freire, então, uma força sobrenatural guiando a história. Todos devem assumir a responsabilidade ética pelo que dizem e fazem, sem negar os condicionamentos sociais, culturais e políticos a que se está submetido. É imprescindível, portanto, reconhecer que somos seres condicionados, mas não determinados, pois a história é um tempo de possibilidades e não de determinismos (FREIRE, 1996, p.58). Os conhecimentos e a realidade não são, assim, fechados e inacessíveis; mas são, na realidade, campos de possibilidades. O futuro é, então, problemático, mas não imutável.

Nesse ponto, a ideologia dominante se empenha em nos convencer de que não podemos fazer nada, além de aceitar passivamente e nos adaptarmos à realidade, que é apresentada como se fosse um fenômeno natural e não um processo social que é construído e modificado permanentemente pela ação/reflexão, pela práxis de homens e mulheres, jovens e crianças na história. Assim, o que nosso estudo busca compreender, quais são as motivações que levam às mulheres do Guarabú a enfrentar o desafio da construção do novo espaço da creche comunitária conveniada Arca de Noé, fazendo com que procurem mudar a sua realidade de exclusão do mercado de trabalho, buscando a sua emancipação social, transformando, inclusive, a realidade de outras mulheres, desde 1984 até o presente momento.

Portanto, de acordo com Paulo Freire (1979) para o processo de libertação individual e coletivo, é importante que haja a reflexão e ação crítica para ocorrer uma possível transformação nos sujeitos. Na relação dialógica entre esses homens e mulheres, na busca de informações com seu meio, é que eles e elas vão se constituindo e tomando, cada vez mais, consciência de si e de sua própria realidade. É a partir do diálogo sobre/com os que vivem as suas condições reais de existência, que a conscientização de si vai construindo um novo

homem e uma nova mulher, que, conscientes de si, podem se tornar capazes de agir sobre si e sobre o meio que estão inseridos(as) (FREIRE, 1979).

Podemos, então, pensar o diálogo como fonte de liberdade. É importante, portanto, que, de acordo com o pensamento Freireano, os homens e as mulheres tenham consciência de si e do mundo, sejam autônomos, tenham liberdade para pensar sobre as questões que os cercam. Ou seja, ter liberdade para agir, agir concretamente, transformando seu lugar de ação, transformando a sua realidade, assim como as mulheres que se mobilizaram para lutar pelo direito à creche Arca de Noé.

Além do pensamento de Paulo Freire, a questão do feminismo no Brasil e a luta das mulheres por emancipação social presentes neste estudo foram desenvolvidas em diálogo com feministas clássicas, como Maria Lacerda de Moura (1919) e Helena Hirata (2001).

Maria Lacerda de Moura, uma das precursoras do feminismo no Brasil, traz à tona, no início do século XX, as lutas pelas quais as mulheres são submetidas no seu dia a dia. Tomamos de empréstimo seu pensamento para pesquisar as rupturas e permanências do movimento feminista no início do século XX e no final do mesmo século / início do século XXI.

Optei por dialogar com o seu pensamento para melhor estudar a luta das mulheres por creche, pois suas ideias perpassam todo o século anterior e chegam ao século XXI com a atualidade do engajamento do movimento feminista contemporâneo. A autora afirma que a emancipação feminina deva ser efetivada dentro do campo educacional, do campo da moral e da sexualidade. (MOURA, *apud*: MENDES, 2010, p.11). Segundo Maria Lacerda, em sua leitura sobre o patriarcado ocidental, a mulher é escrava do homem, seja ele seu pai, marido, chefe ou diretor espiritual. A maternidade, livre do estereótipo da “rainha do lar” é também uma questão importante em seu pensamento.

Também procuramos dialogar com o pensamento de Helena Hirata para aprofundar os estudos sobre feminismo na atualidade. Filha de brasileiros, Helena Sumiko Hirata nasceu no Japão em 1946 e veio para o Brasil, em 1952. Perseguida pelo regime militar por sua posição política de esquerda, Hirata exilou-se na França no início da década de 1970.

Hirata é filósofa, especialista em sociologia do trabalho e do gênero. Seus estudos abordam questões sobre feminismo, maternidade e divisão sexual do trabalho, que são questões imprescindíveis para o aporte teórico desta pesquisa. Segundo ela, apesar das conquistas femininas durante os últimos anos, o poder no mundo laborativo, continua sendo praticamente exclusivo do universo masculino, o que leva, também, à necessidade de uma

divisão entre os gêneros mais justa em relação ao trabalho. Afirma que as mulheres continuam recebendo salários menores do que os homens, mesmo em profissões iguais, não sendo valorizadas na profissão.

Quanto aos movimentos sociais e a luta por creches no Rio de Janeiro e em São Paulo, optei por um recorte espacial e analítico empreendendo um diálogo com o pensamento de Maria da Glória Gohn (1985), Fúlvia Rosemberg (1984), Éder Sader (1988) e Maria Tereza Goudard Tavares (1992, 1993, 2015), que nos deram o aporte teórico necessário para entender como e porque as mulheres começaram a se organizar para reivindicar o direito à creche no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Maria da Glória Marcondes Gohn faz um recorte temporal em seu estudo sobre a luta de mulheres por creche na periferia de São Paulo, entre os anos de 1979 e 1982. Este período conturbado da conjuntura político-econômica no Brasil é marcado pelo início do processo de redemocratização, do qual o país vinha conquistando através de inúmeras lutas de militantes engajados à causa pela democracia.

Gohn (1985) delimita seu estudo, abordando os movimentos populares urbanos, em detrimento das várias formas de participação no âmbito da sociedade civil, pois são os meios coletivos de consumo que vão impulsionar os indivíduos a buscarem o que lhes é de direito, ressaltando o fato de que estes militantes estão cientes de sua condição de direito, uma vez que pagam impostos e que estes impostos deveriam ser investidos em meios coletivos para as camadas populares.

Na revisão bibliográfica realizada, Gohn afirma que até a década de 1970 não existiam estudos sobre os movimentos sociais populares urbanos no Brasil. O que mais se aproximou do tema entre 1950 e 1960 foram pesquisas sobre a classe operária, a burguesia brasileira e o populismo. A partir de 1978, surgem os primeiros trabalhos sobre movimentos sociais urbanos, que ao nosso entendimento são indispensáveis de serem revisitados.

Para compreender de forma aprofundada sobre o atendimento e a educação da criança da pequena infância, principalmente de 0 a 3 anos, as pesquisas de Fúlvia Maria de Barros Rosemberg (1984) corroboram teoricamente com as questões e constatações que encontramos no campo da pesquisa.

A autora, em seu percurso acadêmico, dedicou-se a dar visibilidade social e política a essa faixa etária. Fúlvia Rosemberg (1984) afirmava que é necessário monitorar as políticas de atendimento às crianças das creches, investigar o impacto do atendimento às crianças no cotidiano de suas famílias, tendo em vista a importância de um equipamento de atendimento à

pequena infância para as famílias das classes populares no Brasil, sobretudo para as mulheres trabalhadoras, principalmente ao pensar a importância da creche como uma fundamental política de gênero.

Sobre o contexto sócio-político, destaco as ideias do sociólogo brasileiro Éder Sader (1988), no livro “Quando novos personagens entraram em cena”. O autor analisa o processo de abertura política a partir de novas categorias e reflexões sobre o campo das discussões acerca dos movimentos sociais, indo de encontro às abordagens estruturais anteriores que caracterizavam as análises das ciências sociais. Sader apresenta ideias que englobam duas categorias destes novos personagens em cena: o sujeito coletivo e as matrizes discursivas que estes realizam para uma abordagem da realidade.

Como indicadores da emergência de novas identidades coletivas este novo sujeito dos movimentos sociais se torna uma categoria importante na medida em que sua identidade e suas práticas urbanas se realizam na coletividade, “através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (SADER, 1988, p. 55)

Em relação ao direito conquistado para a pequena infância e buscando referências sobre as políticas públicas que visam o atendimento a esta faixa etária, estou tomando de empréstimo o pensamento de Maria Tereza Goudard Tavares (2015) que, ao pesquisar sobre o Movimento ArtCreche, movimento engajado nas questões da creche, no município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, atualiza a discussão sobre as lutas junto ao poder público e a sociedade civil sobre a educação das crianças pequenas das classes populares. Além, também, de sua importante e ainda atual contribuição sobre as creches comunitárias conveniadas no município carioca (1992, 1993), campo empírico de minha pesquisa.

Entendo que esse conjunto de autores(as) possibilitou-me aprofundar a compreensão da constituição dos equipamentos de cuidado e educação de forma mais ampla, além de problematizar suas implicações junto às mulheres e mães trabalhadoras frente ao poder público. Os(as) autores(as) em diálogo, também trazem à tona os inventários de luta e as reivindicações suscitadas pelos movimentos sociais dentro da conjuntura política brasileira. Trabalham ativamente com as questões que envolvem a Educação Popular, especialmente com questões relacionadas aos movimentos sociais urbanos pelo direito à cidade, aos equipamentos educativos, ao direito à educação como fazem Freire, Gohn, Sader e Tavares, de forma mais específica.

1.1 Algumas questões sobre os caminhos da pesquisa: a metodologia escolhida

Nada é permanente;
exceto a mudança.
Heráclito

Inicialmente, no processo de pensar e estruturar a “arquitetura” da pesquisa, a minha pretensão era estabelecer um diálogo do presente estudo com uma perspectiva teórico-metodológica da pesquisa participante (BRANDÃO, 1981, 1986) e da pesquisa intervenção (CASTRO, 2008; PEREIRA, 2012), na qual a pesquisa, além de dialogar com os princípios de uma pesquisa qualitativa, ainda me possibilitaria uma longa permanência no campo, na favela do Guarabú. Esta opção havia sido feita, pois o contexto de origem da pesquisa participante no Brasil está associado às propostas de Educação Popular libertadora, desenvolvidas a partir do pensamento de Paulo Freire, um dos autores, que, como já anunciado, dão aporte teórico à pesquisa.

Para desenvolver esta pesquisa, o planejamento inicial seria, então, morar no Guarabú² durante o período de estudo. Esses eram os meus planos, pois, a partir daí, eu estabeleceria um contato maior com o meu campo de pesquisa. Mas, como, de acordo com o pensamento de Heráclito, *nada é permanente, exceto a mudança*, repensei essa possibilidade devido à questão de gerenciamento do tempo disponível para o trabalho de pesquisa e produção da pesquisa de modo mais amplo e complexo. Assim, seriam mais atribuições acrescidas às que já estão fixas em minha vida pessoal e profissional, pois além da minha presença diária no mercado de trabalho, continuo com as demandas inerentes ao meu lugar de mulher e posicionamento no interior de uma família matrifocal.

E essa *mudança permanente* nos remete ao conceito de educabilidade de Paulo Freire:

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornam educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. (FREIRE, Paulo, 1996, p.34)

² A prefeitura do Rio de Janeiro mantém uma residência em cada equipamento de ensino para que um funcionário municipal resida com sua família e, assim, cuide da escola fora do horário de aula. A partir de então, a ideia a princípio, seria morar, **se possível**, na casa para *funcionário residente* em um dos equipamentos públicos de ensino da favela.

Então, por esta inconclusão assumida enquanto um ser inacabado em minha formação, eu, a partir da orientação das professoras da banca na qualificação e da inviabilidade metodológica da minha proposta inicial de estudo, repensei a questão da pesquisa participante, pois esta se mostrou ser inviável e solicitaria um tempo muito mais intenso dentro do planejamento de minha vida como um todo, não somente do tempo miúdo, cotidiano e envolvente da pesquisa. Além disso, se tivesse prosseguido com a ideia inicial, poderia deixar de desenvolver com a atenção que procurei dedicar as ações inerentes ao mestrado como, por exemplo, as entrevistas, a escrita do texto, apresentação de trabalho em outros estados e as atribuições do dia a dia.

Assim, sem querer mergulhar na pesquisa autobiográfica como parâmetro para esse estudo, optei, então, por fazer uma breve discussão epistêmica neste capítulo, tomando de empréstimo o pensamento de Esteban e Zaccur (2002) sobre a questão da professora-pesquisadora.

Início o diálogo com o pensamento das autoras, relatando que meu percurso de vida, que tanto tem em comum com a maioria das mulheres visibilizadas neste estudo, principalmente as moradoras da favela do Guarabú, acabou dificultando a continuidade na vida acadêmica, fazendo com que somente agora com o ingresso no mestrado, após 22 (vinte e dois) anos de conclusão da graduação, eu possa despertar na mulher de um lar matrifocal, mãe e professora das camadas populares, o *ethos* da professora-pesquisadora.

Assim, tomo de empréstimo as palavras de Piglia (2006) que descreve com força poética a reação que o caminho da pesquisa tem provocado em meu percurso como pesquisadora:

Esses papéis do passado que guardo numa caixa são meu zoológico particular: ali estão trancadas feras ... Esses répteis que se arrastam por minha pele cada vez que resolvo mergulhar a mão no passado provocam em mim uma infinita sensação... mas sei que o roçar escamoso de seus ventres, o contato afiado de suas patas, é o preço que tenho que pagar toda vez que quero comprovar quem fui. (PIGLIA, 2006, p.82)

Portanto, questões simples e que parecem ser óbvias no ambiente da pesquisa, como o formato de um artigo ou a apresentação oral do meu campo de estudo, e que fizeram parte também do meu caminho investigativo, inúmeras vezes tiveram que ser explicadas junto à orientadora e a outros(as) mestrandos(as), os(as) quais consultava a cada evento em que participava, especialmente por falta de conhecimento do *métier* da pesquisa. Dessa forma, a opção feita anteriormente pela pesquisa participante de cunho etnográfico, pensando na

alternativa de me inserir na comunidade do Guarabú como moradora, talvez fosse possível se eu fizesse parte de outras condições sócio-históricas, pois *esses répteis*, que podem ser entendidos como as condições estruturais nas quais estou inserida, *se arrastam por minha pele cada vez que resolvo mergulhar a mão no passado*, transformando em desafios as minhas opções de vida. Além disso, a interseccionalidade³ entre o gênero feminino, a mãe e a chefe de família matrifocal, que, como o próprio termo define, atua em todas as frentes de uma residência, vilipendia de forma inexorável o tempo das mulheres, assim como também ocorre em meu dia a dia e *é o preço que tenho que pagar*, desde muito cedo. Atualmente, graças ao mergulho nas questões desta pesquisa, o senso comum, assim como também a insegurança causada pela falta de conhecimento no campo da pesquisa, vêm sendo suplantados pela consciência crítica de que existem fatores conjunturais que impelem a maioria das mulheres das camadas populares a esse lugar *apequenado, miúdo e muitas vezes invisibilizado* da vida social, nos dificultando, muitas vezes negando, o papel de protagonistas de nossos destinos.

Há, ainda hoje, várias questões impeditivas que se interpõe no percurso entre a formação da professora-pesquisadora e o seu processo de tornar-se capaz de se sentir autorizada a refletir sobre o seu trabalho, sobre sua condição autoral. Inúmeras são as questões de natureza estrutural e pessoal que dificultam o campo da pesquisa para aquelas que não tiveram a oportunidade de conhecer e se apropriar de um repertório de conhecimentos que lhes permitam conhecer de forma crítica e reflexiva o seu próprio trabalho. No entanto, é necessário reconhecer e reforçar a existência de um movimento contra-hegemônico que vem ampliando a visão da academia sobre a inserção legítima de professoras da escola básica no espaço da pesquisa sobre o seu fazer, sobre a sua prática profissional cotidiana, segundo Esteban e Zaccur (2002). Assim, por ter sido dificultado a muitas mulheres o direito de pensar sobre o fazer docente, sobre o seu espaço de trabalho e pesquisa, da mesma forma como vinha ocorrendo em minha trajetória no magistério durante o período de duas décadas, muitas professoras da escola básica, principalmente as que atuam com as crianças pequenas, acabam sendo inúmeras vezes injustamente responsabilizadas pelo fracasso dos(as) alunos(as), muito embora o sistema acadêmico e a conjuntura sócio-política é que tenham negado o acesso dessas mulheres à condição de produtoras de conhecimento. Além disso, destaco a relação com o cuidar e o educar na pequena infância, na qual a força da concepção de que só o amor

³ A consciência da interseccionalidade entre classe, gênero e raça, segundo Helena Hirata (2014, p.69) *é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e portanto como um instrumento de luta política.*

bastaria e que a educadora estaria neste espaço desempenhando o papel da mãe, a *maternagem*, é ainda uma ideia de certa forma legitimada, muito presente para o senso comum quando se trata das crianças pequenas, sendo negado a essas mulheres o lugar de fala da professora-pesquisadora. Essa visão só vem a corroborar a dificuldade do difícil lugar da mulher, mãe e professora da pequena infância no meio acadêmico, que é excluída perversamente por ter que desempenhar as várias funções que a sociedade patriarcal brasileira lhe impõe. E, quando esta professora pretende conquistar a possibilidade de enveredar pelo caminho de sua autonomia intelectual, assim como estou fazendo no momento, ainda temos que competir em grande desvantagem com outros candidatos para conseguir entrar e, inclusive, para dar continuidade à nova e desafiadora formação.

Logo, a partir do exposto, o presente estudo está estruturado na perspectiva da pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico e ancora-se fundamentalmente na *história oral* (THOMPSON, 1992), através de entrevistas (SEVERINO, 2007), dialogando com a análise documental (SHIROMA et alli, 2005) e com as referências bibliográficas, visando aprofundar os estudos sobre as lutas das mulheres na trajetória do direito à creche na Ilha do Governador. No percurso do estudo, busquei pesquisar de que forma esse direito é prestado pela prefeitura do município do Rio de Janeiro às mulheres trabalhadoras, ou seja, se o poder público tem reconhecido os direitos e conquistas sociais das camadas populares no campo do cuidar e educar. Além disso, também são referenciadas nesta dissertação outras fontes, a saber: fontes escritas, como jornal, revista de Educação e leis; assim também como são utilizadas fontes iconográficas: fotos, charge e mapa. Tais procedimentos nos ajudam a pensar que olhar, ler, escrever, observar, fotografar, descrever e narrar são modos de conhecimento que nos permitem a produção de interpretações sobre o real, que nos possibilitam a criação de nossos dados de pesquisa. Dados que nunca são “dados”, mas sim construções epistêmicas e políticas que, em maior ou menor grau, afirmam o nosso percurso investigativo.

Para tanto, foram realizados levantamento documental e entrevistas com as mulheres da favela do Guarabú, na Ilha do Governador, com o objetivo de identificar junto às educadoras comunitárias e às lideranças femininas do Guarabú, a percepção das mesmas referente ao direito ao atendimento em creche subsidiado pelo poder público, observando o quadro de vagas existentes em oposição ao grande número de crianças de 0 a 3 anos que estão à espera de vagas nas creches públicas e/ou comunitárias conveniadas. Realizei também uma pesquisa documental sobre a Secretaria Municipal de Educação do Município do

Rio de Janeiro em relação ao atendimento à educação infantil na região, principalmente ao que tange às políticas públicas de expansão de vagas em creches públicas.

Entendo que o levantamento das fontes documentais, bem como as entrevistas realizadas junto às educadoras e mulheres, nos ofereceram pistas importantes sobre o inventário de lutas dessas mulheres por creches, além de explicitar a real demanda, a partir dos indícios de que a luta por vaga na creche vem sendo uma ação sistemática das mulheres trabalhadoras na favela do Guarabú.

Partindo dessa opção teórico-metodológica, aprofundi a pesquisa através do trabalho de campo, fazendo uso de entrevistas a, efetivamente, 4 (quatro) mulheres, além do levantamento de documentos relacionados ao período de inauguração da creche comunitária conveniada Arca de Noé, em 1984, bem como outros documentos da atualidade, sem esquecer, inclusive, da pesquisa na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Quanto ao trabalho de campo e à empiria, um recorte histórico foi realizado entre a década de 1970 até final da década de 1980, para analisar os novos atores⁴ que surgem com os movimentos sociais, à luz do pensamento de Sader e Paoli (1986), que são ressignificados, pois a partir das lutas do novo sindicalismo, é provocado um deslocamento e, então, os(as) pesquisadores(as) passam a buscar a compreensão da atuação desse sujeito em seu campo empírico, que pode vir a apresentar realidades diversas.

Logo, a apreensão empírica dos movimentos sociais por pesquisadores(as) que vêm se engajando nas lutas dos setores subalternizados da sociedade brasileira, propiciou a utilização de metodologias qualitativas que permitem a empatia com os sujeitos, assim como também a valorização do trabalho de campo. Ou seja, há um destaque, a partir de então, para o contato empírico com o sujeito da pesquisa que, a partir da conquista do protagonismo político e social, redescobre a sua legitimidade teórica.

Quanto às fontes iconográficas presentes neste estudo, as mesmas têm sido reconhecidas como registros históricos com as quais podemos estabelecer um diálogo, indagando e também escutando as respostas oriundas dessas fontes, segundo o pensamento de Thompson (1981). Mas, para que eu pudesse utilizar esse material, precisei antes, analisar criticamente esses registros para ratificar a importância da inserção das imagens no texto, verificando se acrescentavam informações que estimulavam e enriqueciam o registro do estudo do meu tema, a luta por creche. Assim, como é do conhecimento dos(as)

⁴ Esses atores militantes do novo sindicalismo que começa a se apropriar do seu espaço dentro da conjuntura brasileira, que muito embora fosse mobilizador, estava à margem do sistema político, o que leva o movimento operário a agregar a luta por direitos políticos às suas reivindicações por direitos sociais e econômicos.

pesquisadores(as), as fontes iconográficas estabelecem uma relação entre a própria imagem retratada e fatos inerentes ao que essas fontes representam, seja no passado, seja no presente. Entretanto, as fontes iconográficas não fornecem as informações *per se*. Logo, elas foram lidas e exploradas em meu texto através dos filtros estabelecidos pelas minhas motivações de estudo, pelo campo e pela conjuntura sócio-política do momento de redemocratização do Brasil até o presente momento, lembrando do recorte histórico feito também no início do século XX⁵.

Assim, na perspectiva de compreender com mais propriedade as questões que envolvem a luta das mulheres na Ilha do Governador por creche, busquei delimitar meu campo de estudo elegendo a creche comunitária conveniada Arca de Noé na favela do Guarabú para traçar a trajetória dessa luta. E essa escolha foi feita, dentre tantas outras creches comunitárias conveniadas no município do Rio de Janeiro, principalmente por eu presenciar a postura crítica, reivindicatória da responsável pela creche Arca de Noé nas orientações e / ou determinações da Secretaria de Educação e da Coordenadoria de Educação.

Segundo Paulo Freire,

se minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, ... mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles um conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento. (FREIRE, *in* BRANDÃO, 1981)

A partir dessa *realidade que se dá a mim não como algo parado... mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade*, como nos ensina Freire (1981), ao começar a pesquisa, tive a grata surpresa de conhecer o histórico do meu campo de estudo e saber que ele foi palco de uma luta acirrada entre os sujeitos da creche, da Associação de Moradores, do poder público e da comunidade do entorno. A partir de então, comecei a produzir dados, informações e análises que pudessem explicar melhor o contexto de criação desse equipamento de cuidado e educação, deparando-me com reportagem de jornal que noticiava sobre a Associação de Moradores e também sobre a luta para a construção dessa creche no novo terreno da favela. Assim, busquei alguns sujeitos mais antigos dessa comunidade, e que poderiam me oferecer esse aporte, que viviam no mesmo local no momento da luta pela

⁵ Fui buscar no pensamento da educadora Maria Lacerda de Moura (1919), no início do século passado, as questões do gênero feminino que começaram a ganhar visibilidade no século XX e que até hoje apresentam permanências dentro da pauta de reivindicações feministas.

creche para as crianças da favela, para, então, *ouvir* seus relatos de vida, que são, também, as histórias do seu lugar de pertença, onde estão, dia após dia, construindo seu presente.

Os relatos de vida permitem conhecer o campo de possibilidades, de escolhas, de ações, de sentimentos; os valores morais, os projetos, as representações simbólicas de uma época; e também as condições concretas de vivência dessas representações. (ARAÚJO, 2016, p.129)

Podemos afirmar, então, a partir deste pensamento de Araújo (2016), que as entrevistas realizadas neste estudo revelam muito da história dos sujeitos atuantes na luta por creche na favela do Guarabú. Essas entrevistas, que ajudaram a produzir boa parte do conhecimento, informações e dados sobre os quais me debrucei nestes dois últimos anos, de 2015 a 2017, revelaram dimensões da experiência histórica desta comunidade que não são encontradas nos documentos oficiais, como, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, a Constituição Federal sancionada em 1988 e o Estatuto da Cidade 10.257 de 2001, implementador da Reforma Urbana⁶, que abordam as questões legais relacionadas à conquista da creche e das políticas de direito à cidade, dentre outras questões.

Ainda sobre as fontes orais, Eliane Lopes (1992) nos empresta seu pensamento e traz para o diálogo o historiador Lucien Febvre para ratificar que “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem. Mas pode fazer-se, *deve fazer-se sem documentos escritos quando não existem*” (FEBVRE, Lucien *apud* LOPES, 1992, p. 106). A utilização das fontes orais tem, portanto, uma relação direta com meu campo, principalmente se levarmos em consideração que o lugar de memória dos sujeitos presentes em meu estudo encontra-se nas camadas populares e que, em algum momento, a ausência do documento escrito pode, até mesmo, levá-los(as) a um entrave burocrático, sendo vilipendiados(as) de seus direitos pela falta da fonte escrita que possa vir a respaldar o atendimento as suas demandas. O historiador E. P. Thompson (1992) reitera que a história oral, muito embora seja recente entre os pesquisadores do século XX, apresenta uma abordagem herdeira do método de Heródoto no século V a.C.. Heródoto buscava as testemunhas de uma provável evidência histórica e as questionava acerca do fato ocorrido. Além disso, é considerada também como história oral a forma utilizada pelas sociedades não letradas para dar continuidade à cultura do seu grupo, transmitindo suas histórias de uma geração a outra,

⁶ O Estatuto da Cidade é a denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo Política Urbana da Constituição Federal. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade. O Estatuto das Cidades mobilizou a Reforma Urbana nos municípios brasileiros, sendo que esta reforma foi fundamental para dar mais dignidade aos bairros pobres e favelados.

através da oralidade. Portanto, as entrevistas realizadas com as mulheres da favela durante meu trabalho de campo, também podem ser consideradas como referências em meu estudo por serem documentos orais.

Assim, as entrevistas permitiram, também, uma “escuta sensível” dos acontecimentos ocorridos no dia a dia dos sujeitos das camadas populares do meu campo de estudo, dando visibilidade a essa luta diária e incessante das insulanas da favela do Guarabú pelos seus direitos, em uma batalha que parece não ter fim.

Partindo desses pressupostos, busquei estabelecer contato com os(as) moradores(as) mais antigos do Guarabú para entrevistá-los(as), por intermédio de funcionárias da Escola Municipal Holanda, localizada na favela. Logo, fui apresentada à Maria da Conceição dos Santos de Souza, que, por sua vez, apresentou-me à Sebastiana de Aquino Barbosa, uma senhora que migrou com a família para o Guarabú em torno da década de 1940. A partir desses contatos, decidi delimitar o meu estudo utilizando os relatos de Sebastiana de Aquino Barbosa e Maria da Conceição dos Santos de Souza sobre a história da Associação de Moradores, e as entrevistas com a Maria das Graças Reis e a Marlene Rocha da Silva Rocha da Silva em relação à própria constituição da creche Arca de Noé. Em vários momentos essas histórias se cruzam, pois no início do funcionamento da Arca de Noé, as creches comunitárias estavam começando a atender as crianças com a gerência das verbas pelas Associações de Moradores. Depois de algumas divergências entre os sujeitos da pesquisa, o atendimento na Arca de Noé passou para um novo terreno, na década de 1980, um momento histórico de tensões na conjuntura brasileira, que se refletia no dia a dia dos moradores da favela do Guarabú, mesmo que a maioria ainda não tivesse uma consciência crítica sobre os movimentos que ocorriam país afora e, também, ainda não estivessem engajados no movimento dentro da própria comunidade para a constituição e manutenção da creche comunitária conveniada Arca de Noé⁷.

Apesar de todos esses equipamentos, ainda há um déficit em relação à oferta de vaga e à demanda, uma vez que existe na favela do Guarabú, também, concomitante à instituição da creche nas modalidades pública e comunitária conveniada, o atendimento às crianças na modalidade de creche domiciliar. Entretanto, a responsável pelo cuidado destas crianças em

⁷ Além desses sujeitos, fui buscando também outras alternativas de atendimento dentro da comunidade para as crianças pequenas não atendidas pela creche comunitária conveniada Arca de Noé, com idade de creche. Muito embora, em 2012 o programa *Morar Carioca* tenha erguido um Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI), com a proposta de atender crianças da faixa etária de 6 meses a 6 anos incompletos, este ainda não supre as necessidades de vaga daquela comunidade. Pois, além de existir o EDI José de Souza Ramos e a creche Arca de Noé, houve também, dentro da história da Associação de Moradores, a criação da creche comunitária Peter Pan em 2002, com seu credenciamento ao convênio em 2004 e encerramento das atividades em 2015.

sua residência a princípio aceitou ser entrevistada, porém recusou-se a participar quando expliquei a necessidade de sua autorização, que deveria ser por escrito, para, então, poder inserir sua fala em minha pesquisa. Portanto, pela questão da ética, essa cuidadora da creche domiciliar não aparecerá no decorrer do meu texto.

Em relação à pesquisa qualitativa de cunho etnográfico que utilizei em meu estudo, pela proposição desta fundamentação político epistêmica, que contempla a escuta, a observação e o contato direto com os grupos e a comunidade, busco o diálogo com o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2000) que referenda outros olhares sobre a realidade. Então, *olhei, observei, ouvi e escrevi*. Este foi o meu percurso, *meu modo de fazer* (e me fazer) como professora-pesquisadora em diálogo com as mulheres da favela do Guarabú, utilizando essas operações como aporte para articular a pesquisa. O *esquema conceitual* (OLIVEIRA, 2000) que foi formado em meu pensamento pelas referências bibliográficas, iconográficas e pelos relatos orais que ouvi das mulheres que lutam pela creche se tornou o arcabouço intelectual que diferenciou o meu *olhar* de outros olhares, que vem sendo *domesticado teoricamente* (OLIVEIRA, 2000) por todas essas fontes pelas quais tenho sido afetada, em relação ao meu campo de estudo. Mas, somente o *olhar* não seria suficiente para alcançar o real significado das relações estabelecidas entre os sujeitos e a pesquisadora, pois o *olhar* aliado ao *ouvir*, e ao *observar e comparar* pôde me fornecer pistas até então imprevistas durante a fase de mergulho no campo da pesquisa. Porém, o saber *ouvir* exigiu que eu, enquanto pesquisadora, estivesse preparada para aceitar as situações adversas que, porventura, ocorressem durante a pesquisa, em um exercício dialógico delicado. Assim, ao iniciar o trabalho de pesquisa de entrevista com Maria da Conceição dos Santos de Souza⁸, a entrevistada, no começo, mostrou-se desconfiada com as perguntas sobre sua mãe:

Pesquisadora: E seus irmãos pequenos, você que cuidava? Quem cuidava deles?

Conceição: Minha mãe.

Pesquisadora: Sua mãe trabalhava fora ou não?

Conceição: Minha mãe? Não. Naquela época, não.

Pesquisadora: Lá por volta de 1980, sua mãe não trabalhava não, não é?

Conceição: Não... Gente, espera aí! Porque é que você quer saber da minha mãe?

Após esse ligeiro mal estar, explico à Maria da Conceição dos Santos de Souza, com riqueza de detalhes, que estas e outras questões da época de 1980 poderiam ser o fio condutor para me levar à atuação das mulheres no movimento que impulsionou a criação de creches na favela do Guarabú e que seriam esses os motivos que me levavam a fazer aquelas perguntas.

⁸ Entrevista feita em 04/04/2016

A partir de então, a conversa flui de forma tão espontânea e com créditos de confiabilidade à minha pessoa enquanto pesquisadora, que outra personagem, a Sebastiana de Aquino Barbosa, ou somente Tiana, entra em nosso diálogo, convidada pela própria Maria da Conceição dos Santos de Souza. A entrevista, então, é feita dentro da residência da Sebastiana de Aquino Barbosa.

E é por essa forma humilde de aproximação que busco referência em Clarice Lispector, quando a autora afirma que “... *refiro-me à humildade como técnica... Humildade com técnica é o seguinte: só se aproximando com humildade da coisa é que ela não escapa totalmente*” (LISPECTOR, 1978, p.21). Portanto, somente a partir dessa postura antropológica, *aproximando-me com humildade* e respeito perante os sujeitos é que eu, enquanto pesquisadora, pareço ter conquistado a confiança das mulheres que entrevistei. Entretanto, ao retornar à favela para solicitar que assinassem o termo de consentimento, houve mudança no discurso de duas entrevistadas. Segundo Tavares “*a prática social da pesquisa, implica uma postura ética e política, produzindo efeitos, ressonâncias diversas que atravessam e complexificam a paisagem de uma pesquisa*” (TAVARES, 2009, p.7). Logo, até onde a ética me permite relatar, a fala de uma das entrevistadas, antes de ser utilizado o recurso da gravação, em uma conversa informal, havia sido mais esclarecedora, diria até mais estupefante quanto a fatos inerentes ao que acontecia na comunidade em tela, *complexificando a paisagem* desta pesquisa, tanto pela não visibilidade dos fatos ocultados, assim como, também, pela busca constante para manter a linha de raciocínio do texto. Portanto, há assuntos que ficarão somente entre mim, a pesquisadora, e as entrevistadas, por uma *postura ética* perante esse grupo que, mesmo com a *chegada de uma estranha* (TAVARES, 2009, p. 12) à favela para conhecer suas histórias de vida, acolheu-me com generosidade, uma consequência de minha aproximação a essas mulheres *com humildade*. Erich Auerbach, filólogo alemão, nos empresta o termo *sermo humilis*⁹, desenvolvido a partir da retórica dos humildes, dos subalternos, como estilo na obra de Santo Agostinho (AUERBACH, 2007, p. 9), para respaldar a minha postura como pesquisadora. Para este autor, a humildade intrínseca no termo, consiste em iniciar e manter o contato com o(a) outro(a) utilizando-se de palavras de compreensão acessível a todos e, aos poucos, ir avançando, até tornar-se o mais dialógico possível, de acordo com a concepção de entendimento mútuo dos pensadores da cristandade ocidental (AUERBACH, 2007).

⁹ O significado de *humilis* exprime o “nível da vida e dos sofrimentos de Cristo” (AUERBACH, 2007, p. 45), indicando que a força da palavra e de sua compreensão exigem o entendimento mútuo.

Assim, os relatos das entrevistadas¹⁰ foram generosamente compartilhados comigo, fornecendo-me, enquanto pesquisadora, uma visão retrospectiva dos conhecimentos e saberes produzidos no campo, entre lembranças e esquecimentos, além de solicitação por parte das entrevistadas de não registro no meu estudo de alguns fatos relatados que, se viessem à tona, poderiam comprometer a convivência dessas mulheres na favela nos dias atuais. A partir dessas questões delicadas, aliando o referencial teórico-metodológico escolhido para meu estudo à sensibilidade e à ética, vislumbrei a possibilidade de fazer a devolução dos resultados da pesquisa para essas mulheres, valorizando o compromisso que envolveu os sujeitos com a pesquisadora durante o período de trabalho de campo (KRAMER, 2002). Assim, a devolutiva foi iniciada com a responsável pela creche comunitária conveniada Arca de Noé¹¹.

Portanto, muito embora o(a) leitor(a) esteja no início da leitura, encontro-me nos últimos momentos de registro deste estudo através do *escrever*, etapa que se seguiu ao *olhar*, ao *observar* e ao *ouvir* (OLIVEIRA, 2000), na minha postura etnográfica, de respeito ao(à) outro(a). Fiz, então, um recorte da realidade sócio-histórica da favela do Guarabú, local do campo da minha pesquisa nestes dois últimos anos, dialogando constantemente com minhas motivações para este estudo e tendo sempre a conjuntura política brasileira como oportunidade de *sulear* a escrita de minha dissertação. Além disso, dentro da perspectiva do uso da linguagem nesse texto para que ela transmita o real significado das palavras, sem que parecesse, eventualmente, com o discurso reacionário por um recorte na leitura que deturpasse a ideia do contexto, trago para dialogar com meu estudo os pensamentos de Antonio Gramsci e Paulo Freire, perpassando pela escolha criticamente consciente de cada palavra, de cada frase. Estes autores possuem importância ímpar nas tramas e urdiduras desse estudo, pois eles são convergentes em relação ao pensamento sobre a linguagem na medida em que consideram que os sujeitos, através da linguagem como um instrumento ideológico, são capazes de criticar conscientemente a realidade em que vivem e, conseqüentemente, refutar o discurso dominante. Assim, ressaltamos que, nesse momento em que se procura multiplicar as

¹⁰ A maioria das mulheres entrevistadas migraram com suas famílias de outros estados para a favela do Guarabú quando ainda eram meninas.

¹¹ Maria das Graças Reis, então, falou, com um semblante triste, na obrigatoriedade de ter que seguir a lista de espera para oferecer a vaga que surge durante o ano, pois, como moradora da comunidade há décadas, é conhecedora das necessidades dos(as) moradores(as). Isso vem ocorrendo devido à determinação do Ministério Público em 2014, com sua efetiva implantação em 2017, que as creches comunitárias conveniadas da prefeitura do Rio de Janeiro atendam às crianças utilizando o mesmo processo de sorteio de vagas, que gera, ao final de um processo randômico no computador, uma lista com as crianças que conseguiram a vaga e a outra lista, temida principalmente pelas mulheres trabalhadoras: alista de espera. Tavares (1993, p.57) já denunciava que a política implementada pela atualmente extinta SMDS em relação aos sujeitos dos equipamentos comunitários conveniados, os deixava alijados dos processos de discussão e decisão.

especializações e aperfeiçoá-las¹², seja necessário um engajamento dentro da academia, partindo de cada pesquisa, para buscar, de forma dialógica, "aprofundar e ampliar 'a intelectualidade' de cada indivíduo". (GRAMSCI, 2006, p. 19)

Não pretendi, nessas primeiras considerações, esgotar o referencial teórico e metodológico de meu trabalho investigativo. A minha intenção era compartilhar algumas das principais questões que atravessaram o meu percurso de pesquisa e que foram ajudando-me a desenhar os (des)caminhos no movimento de me tornar pesquisadora. Uma pesquisadora aprendiz, mulher e professora das classes populares que, baseada em Freire, quer aprender a fazer a leitura de mundo, aprendendo a escrever a *palavramundo* (FREIRE, 1989).

¹² Vide a implantação atual do currículo mínimo para todos os alunos das escolas de educação básica do Brasil, de acordo com determinação do governo federal.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR CRECHE: REVISITANDO O PERÍODO ENTRE 1970 E 1984

*Nenhum ser humano é uma ilha...
 Não perguntem por quem os sinos doam.
 Eles doam por cada um, por cada uma, por toda a humanidade...
 As tragédias... deixam vir à tona o verdadeiramente humano que habita em nós,
 para além das diferenças de raça, de ideologia e de religião.
 E esse humano em nós faz com que...
 juntos busquemos a justiça, juntos construamos a paz...*

Leonardo Boff

Para melhor compreender o cenário e a conjuntura das questões vinculadas ao direito à creche e a luta das mulheres na comunidade do Guarabú, em 1984, retomemos, também, as ideias de Éder Sader (1988), autor que muito embora tenha abordado as especificidades da constituição de novos sujeitos sociais em São Paulo, entre as décadas de 1970 e 1980, nos oferece o seu pensamento e descreve o processo de construção das identidades sobre as quais se apoiam os movimentos: Clubes de Mulheres, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e o Movimento de Saúde da Zona Leste. Assim, o “impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular” (SADER, 1988, p. 26-27).

Esses novos movimentos sociais (Clubes de Mulheres, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e Movimento de Saúde da Zona Leste) organizavam-se com base em três matrizes discursivas: a teologia da libertação, através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base); as ideias marxistas dos grupos de esquerda que buscavam maior integração com os trabalhadores, trazendo à tona a questão da educação popular; e o novo sindicalismo, surgido a partir de uma estrutura sindical afetada pela intervenção militar nos sindicatos.

Vale ressaltar também a importância da ação da Igreja Católica na nova organização dos clubes de mulheres, constatando que, em grande parte, foram estes agentes religiosos que propuseram novos padrões (SADER, 1988, p. 204).

A partir da análise dessas matrizes discursivas, podemos salientar que as mesmas foram responsáveis pelo surgimento de uma nova esquerda durante o processo de abertura política no Brasil. Sader chama a atenção para a fragmentação desses movimentos, que potencializavam os espaços públicos a partir das experiências cotidianas dos sujeitos, sendo pela luta por transporte público, por exemplo, ou contra o elevado custo de vida.

As “lutas do dia a dia” eram o aprendizado da cidadania, o modo pelo qual pensavam suas privações enquanto injustiças que poderiam ser sanadas se as pessoas injustiçadas se dispusessem a lutar por seus direitos. Elas brotavam das queixas do cotidiano, regadas por informações sobre modos possíveis de mobilizar-se para alterá-lo. (SADER, 1988, p. 210).

Estes novos atores, para além de sua importância na conjuntura dos anos 1970, 1980, foram também essenciais no processo de democratização do Brasil. Nessa perspectiva é que muitas mulheres, através dos clubes de mulheres da periferia de São Paulo, apesar de terem iniciado as atividades em torno de 1950 com o subsídio da prefeitura e de associações de caridade, promovem nos anos 1970, um novo começo na história dos clubes de mulheres, ao apontar três aspectos relativos a essa nova organização, que são: a autonomia na organização, a constituição de uma coordenação de clubes de mulheres e a valorização da luta contra a injustiça no lugar do assistencialismo via caridade.

A problematização do cotidiano começa, então, a ganhar espaço e, diante deste panorama, destacamos a importância do papel ocupado pelos clubes de mulheres. O novo padrão de organização da conjuntura desta época traz em seu bojo a valorização do cotidiano dessas mulheres e, o que antes era considerado como natural e privado, passa a ser uma questão pública, pois, as lutas do dia a dia, originando-se do cotidiano, a partir das privações, das injustiças vividas por estes novos personagens que entram em cena, os impelindo a diferentes repertórios de mobilizações para lutar por seus direitos, constituindo um aprendizado de cidadania.

A valorização do cotidiano está presente também no Movimento Custo de Vida, que é justamente quando a organização dos clubes de mulheres começa a politizar os problemas que afetam o cotidiano popular, trazendo para o público a problematização de questões imediatas, referentes ao cotidiano, revelando práticas reivindicatórias, que divergiam dos esquemas tradicionais de clientelismo, desvinculadas das instituições do Estado (SADER, 1988).

Na conjuntura política de fins dos anos 1960 e início de 1970, novas formas de participação conquistaram brechas no regime militar instaurado no Brasil, mesmo que estas formas de participação fossem embrionárias e muito sufocadas pela ditadura então vigente e sofrendo de severa repressão do Estado sobre a sociedade civil. Ressaltamos assim a organização, a mobilização e a conseqüente conscientização das camadas populares ocorridas durante o processo de abertura política no país. Esse novo panorama político é conquistado a partir da mobilização das camadas populares e de alguns sujeitos das camadas medianas, além, também, do fato do Brasil estar inserido em uma conjuntura que pressionava o processo

de abertura política. Este processo de abertura, conquistado pela população com muita repressão, tortura e morte, segundo Gohn (1985), também é uma tentativa dos grupos dominantes da sociedade em manter a estrutura de dominação e exploração.

Na década de 1970, o movimento de luta por creches é iniciado pela Igreja Católica, nas periferias de São Paulo. De acordo com Gohn (1985), articulados estruturalmente, o movimento popular das CEBs da Igreja Católica e o movimento feminista, são as matrizes explicativas básicas da luta por creche em São Paulo.

A conjuntura no período do regime militar impõe o cerceamento da liberdade do indivíduo, o que corrobora, inclusive, com o deslocamento das lideranças dos movimentos operários para os bairros da periferia. Os Clubes de Mulheres são, então, constituídos dentro dos Centros Comunitários da Igreja, formados por uma grande maioria de mulheres que trabalham fora de casa. Eles representavam um espaço de discussão política usado para problematizar o cotidiano. Esses Clubes de Mulheres tiveram importância ímpar para as mulheres das classes populares, pois a partir deles é que foi organizado o Movimento de Luta por Creches, além também do Movimento de Carestia, ex Custo de Vida (GOHN, 1985)

Os elementos que levaram à formação do Movimento de Luta por Creche são estruturais, a partir do momento que o sistema de produção fez com que a mulher tivesse a necessidade financeira de entrar no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, são elementos conjunturais, pois o Estado pós 1974 é cada vez mais pressionado pela sociedade civil a ceder às reivindicações destes grupos.

Entretanto, a incorporação da mulher trabalhadora dentro desta nova conjuntura como mão de obra assalariada, não encontrou o suporte devido com uma infra-estrutura necessária ao desempenho das funções socialmente atribuídas exclusivamente ao gênero feminino, como cuidar da casa e dos filhos. Os movimentos sociais reivindicavam, então, bens urbanos que dessem suporte à inserção das camadas populares no mercado de trabalho.

Esta mulher, ao ser compelida ao mundo do trabalho assalariado, pôde ser também exposta a um processo de conscientização da opressão sofrida por ela na sociedade e até mesmo dentro da própria família.

Junto às classes populares, as camadas médias da sociedade também podem ser encontradas nos movimentos populares das periferias. Isto ocorre por estarem as camadas médias em vias de proletarização ou por questões políticas. Muitos desses sujeitos moram nos bairros pobres e alguns trabalham em instituições situadas nestes locais. Segundo Gohn,

a “participação dessas camadas é fundamental na organização das lutas e protestos.” (GOHN, 1985, p.109)

A reivindicação por creche permitiu que o Movimento Feminista se fizesse presente junto às camadas populares, na mesma proporção que o Movimento Feminista influenciou o Movimento de Luta por Creches.

Gohn afirma que “a luta por creches é uma luta da sociedade (GOHN, 1985, p. 110), pois a creche é uma necessidade social para a mulher e, inclusive, para o homem. Muito embora, estudos apontem que esta luta tem sido praticamente exclusiva do gênero feminino.

Trazendo estas questões para o contexto do meu estudo na favela do Guarabú, na Ilha do Governador, Tavares (1993) nos empresta seu pensamento para exemplificar, a partir da política de convênio com as creches e escolas comunitárias, como a conjuntura política deste período de redemocratização foi um campo fértil para o surgimento e posterior consolidação do atendimento à pequena infância no município do Rio de Janeiro:

É nesta política que as experiências das escolas e creches comunitárias se inseriram. Consideramos estas experiências valiosas do ponto de vista dos movimentos sociais e da pressão por educação pública... mas bastante questionáveis enquanto propostas governamentais porque serviram para a pulverização e o barateamento dos custos com a educação.

O marco histórico da proliferação das escolas e creches comunitárias no Rio é a década de 70. Nesse período, o processo de redemocratização do país levou a uma reorganização dos movimentos sociais, principalmente das associações de moradores e grupos de mulheres... que encaminharam ... a priorização da conquista de direitos básicos...

Em alguns casos, como no da favela da Rocinha (que desde os anos 60 já realizava trabalhos de educação)... essas experiências [com educação comunitária] se concentraram basicamente na área de educação infantil, onde o atendimento pela rede pública era inexistente ou inexpressivo frente à demanda. (TAVARES, 1993, p. 57)

Assim, com a experiência de educação comunitária iniciada na favela do Guarabú na década de 1980 no prédio da Associação de Moradores, ainda no processo de luta de novos atores, alguns anos mais tarde, em 1984, quando foi iniciado o atendimento às crianças da creche comunitária conveniada Arca de Noé, o contexto político apresentava, ainda sob a égide de 20 anos de ditadura militar, o movimento “diretas já”, que pressionava nas ruas a implementação de eleição direta pelo povo para presidente da república. Entretanto, neste mesmo ano, pelo voto indireto no congresso, acaba sendo eleito Tancredo Neves, que morre e quem assume efetivamente é seu vice, José Sarney. A hiperinflação acaba atravessando toda a década de 1980.

... a democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual. (CARVALHO, 2001, p.199)

E, de acordo com Ana Cristina Coll Delgado, (2005),

... a crise econômica dos anos de 1980 impulsionou um número cada vez maior de mulheres a aceitar empregos não-regulamentados, devido às rendas decrescentes das famílias, especialmente na América Latina e na África. As mulheres latinas estão fortemente representadas no setor informal e doméstico. (POTENGY; PAIVA, 1999 op. cit. COLL, p.154, 2005)

A crise econômica, ainda segundo Delgado (2005), obriga às mulheres a deixarem suas crianças sob a guarda de cuidadoras, quando não há equipamentos de ensino que dêem atendimento a suas crianças e, por consequência, não possibilitam um suporte a essas mulheres, devido à imposição das circunstâncias sócio-econômicas a que estão submetidas.

2.1 Em busca do comunitarismo

Etimologicamente, o termo comunidade e seus derivados originam-se do latim “comunitate”, que significa entre outras coisas “concordância, conformidade, identidade.” (FERREIRA, 1986, p.444 apud TAVARES, 1992, p. 22)

Figura 2 – A ideologia das camadas dominantes: o termo comunidade utilizado pela mídia (1983)



Fonte: Jornal Última Hora, 22 jan. 1983, p.6.

Em meu estudo, ressalto que o uso do termo *comunidade* vem sendo amplamente utilizado pela mídia, pelo discurso do Estado e pelos sujeitos das camadas populares. Mas, ao se nomear um determinado grupo pelo termo comunidade, quando imbuído da ideologia das camadas dominantes, podem estar sendo reproduzidas e naturalizadas, na realidade, as diferenças sócio-econômicas dentro da sociedade. Assim, busco analisar o termo comunidade, que significa entre outras acepções, *identidade*, pois a creche do meu campo de estudo é de cunho comunitário, antes de ser conveniada, e surgiu das necessidades da comunidade do Guarabú, que vislumbrou nesta modalidade de atendimento uma resposta às reivindicações de mulheres desta favela por direitos básicos¹³. Na década de 1980, os sujeitos que circulam

¹³ Entretanto, essas creches comunitárias são, na realidade, uma resposta diferenciada dos demais equipamentos públicos de atendimento à pequena infância, tendo em vista que o pagamento do convênio para a manutenção das mesmas representa um custo menor para o Estado. Ou seja, menos verba é direcionada para as crianças que são atendidas pelo convênio.

pelo espaço da Associação de Moradores na favela do Guarabú, desempenharam papel mobilizador dos moradores da comunidade para resolverem demandas do morro, sendo que a grande maioria era do gênero feminino.

Assim, de forma bastante resumida, mas com um recorte temporal entre as décadas de 1939 e 1945, que possibilita maior compreensão sobre as relações entre os sujeitos das camadas populares em relação ao comunitarismo no Brasil e a luta por creche, precisamos revisitar algumas questões do país para o entendimento sobre as questões comunitárias.

Mesmo que de modo muito genérico, é importante frisar que no Brasil, o governo inverteu a ordem do surgimento dos direitos descrita por Marshall, introduzindo o direito social antes da expansão dos direitos políticos. Os trabalhadores foram incorporados à sociedade por virtude das leis sociais e não de sua ação sindical e política independentes. Não por acaso, as leis federais de 1939 e 1943 proibiam a greve para os trabalhadores das fábricas.

A situação é ainda mais complexa se lembrarmos que a ação governamental dividia a classe operária. Os setores menos organizados estavam dispostos a pagar o preço da restrição política para ter o benefício dos direitos trabalhistas e sociais. Isso ficou claro no final do Estado Novo. Ao perceber que a guerra caminhava para um final desfavorável ao Eixo, Vargas teve a certeza de que a ditadura não sobreviveria, apesar de estar lutando ao lado dos prováveis vencedores. Começou, então, a preparar a transição para um regime constitucional. Uma das táticas utilizadas foi tentar ganhar o apoio dos trabalhadores, usando o argumento da legislação social e trabalhista. (CARVALHO, 2001, p.124)

Neste contexto, a partir de 1930, governo de Getúlio Vargas, o país passa por uma transformação político-econômica. A industrialização, que começava a ser implementada no Brasil, expulsa a população do campo para os grandes centros urbanos. A economia, que antes possuía o caráter agrário, monocultor, latifundiário e exportador, neste momento passa a se ocupar da industrialização nos grandes centros urbanos, ajudando a consolidar, assim, a implantação do perverso sistema capitalista no Brasil.

O êxodo rural que então ocorre, obriga que um grande número de pessoas analfabetas e muito pobres migrem para as cidades. Este contingente reforça a oferta de possível mão de obra na indústria. Entretanto, visando à qualificação desses operários, surgem as primeiras atividades de educação popular, como uma resposta ao processo de industrialização e urbanização que ocorriam, portanto, no país. Os processos de industrialização geraram, então, três eixos de atividades, que são: a alfabetização de adultos, a qualificação da mão de obra e o desenvolvimento comunitário.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, 1945, os países economicamente desenvolvidos do bloco capitalista, principalmente os Estados Unidos, intensificam seu poder político-econômico sobre as demais nações da América Latina. Nesta conjuntura, o Brasil sofre intensiva intervenção americana, no sentido de acelerar a industrialização no país. O que ocasiona a consolidação do capitalismo no território brasileiro e as nefastas consequências que este sistema carrega em seu bojo.

Assim, com o objetivo de invisibilizar a injustiça sócio-econômica provocada pelo sistema capitalista nacional e internacional, são implementadas ações políticas e educativas de cunho comunitário, promovidas pelo Estado brasileiro e subsidiadas, principalmente, pelo governo americano, principalmente por todo um “modo de fazer” reforçado pela ideologia de desenvolvimento de comunidade, que transplantava ideias de organização social americana na tentativa de enfrentar e resolver a pobreza reinante sem ameaçar o capitalismo vigente, bem como a acumulação capitalista inerente aos interesses das classes dominantes e da elite brasileira nas grandes metrópoles.

Em contrapartida, a partir de 1945, são intensificadas atividades de Educação Popular a nível nacional. A proposta principal é ajudar as camadas populares a resolverem questões oriundas das demandas não atendidas pelo poder público.

Então, com o intuito de reverter o desequilíbrio nos grandes centros urbanos, causado pelo processo desordenado de urbanização e restabelecendo, desta forma, o equilíbrio vital nas comunidades, visando à manutenção do poder dos grupos dominantes, são criados os CSUs (Centros Sociais Urbanos) pelo Instituto da Previdência Social, o SESI (Serviço Social da Indústria), o SESC (Serviço Social do Comércio), a LBA (Legião Brasileira de Assistência), dentre outras instituições.

A partir deste breve histórico, podemos afirmar que a mídia e o Estado vêm se apropriando indevidamente do termo comunidade para, na realidade, invisibilizar a ausência de políticas públicas que atendam à demanda de uma grande parcela da população, restringindo seu significado ao local de residência da população muito pobre e desconsiderando a solidariedade presente entre os sujeitos das camadas populares, principalmente entre aqueles(as) que residem nas favelas. Portanto, tomo de empréstimo o pensamento de Tavares (2015) em relação aos sujeitos moradores de favelas. A autora afirma que aos(às) favelados(as) é imposta a pecha desqualificadora e negativa de pouco civilizados,

de bárbaros¹⁴ e que há um senso comum de que necessitam de outros sujeitos externos à comunidade para ensiná-los(as) como cuidar dos espaços coletivos da favela em que moram. Entretanto, a autora, em seu trabalho junto a uma creche comunitária no Morro da Fé, no Rio de Janeiro, em 1997, relata que a técnica ambiental da Secretaria Municipal de Habitação é surpreendida por um pequeno, no momento em que fazia seu discurso sobre o projeto Favela-Bairro, que tinha como objetivo urbanizar as favelas cariocas.

A técnica prosseguiu em sua palestra, explicando que ‘desmatar não era bom, que as pessoas não deveriam desmatar’, quando, de repente, uma criança, um pequeno usuário de creche, de 5 anos, levantou a mão, pedindo para falar. Nesse momento, uma certa perplexidade tomou conta de todos, em especial dos adultos presentes. A partir de um silêncio geral, José Roberto, menino mestiço, de olhar morno, sonhador, começou a falar: “Eu queria dizer que desmatar não é ruim não, que desmatar é bom!” A técnica, atrapalhada, meio sem jeito, pergunta: ‘Como assim, como desmatar é bom? O menino respondeu, sem titubear: ‘Ontem no morro, o Orlando (chefe do tráfico local) ia matar o homem, aí ele disse, não vamos matar mais não(...)Aí, desmatar é bom!’” (TAVARES, 2015, p.109)

A fala profunda desta criança, a partir de minha perspectiva construída *in loco* sobre o(a) favelado(a) quando trabalhava de 7:00 (sete) às 17:00 (dezessete) horas na favela da Maré, e, nos últimos anos, durante minhas visitas de supervisão nos equipamentos escolares, principalmente no Guarabú, faz pensar sobre o que realmente importa a esses moradores: sobreviver com um mínimo de dignidade a cada dia. Sobreviver à bala perdida, à bala com endereço certo, à fome, à miséria, à falta de vaga nas creches e escolas, à ausência de remédios no posto de saúde que geralmente funciona precariamente. Da ineficiência do poder público que, mesmo se fazendo presente precariamente com postos de saúde, escolas e policiamento, deixa lacunas na resolução de problemas que foram criados pela conjuntura desumana a qual estas pessoas estão expostas. As favelas são na verdade, de acordo com Oliveira (2015), *territórios segregados* onde, para a grande maioria, é quase impossível sair desta situação de bem estar mínimo que lhe foi imposto pela política que privilegia poucos indivíduos, como se suas conquistas fossem resultado único de esforço próprio e que não tivessem uma relação direta com as políticas implementadas pelo Estado.

¹⁴ A cultura greco-romana era vista pelos romanos como a referência de civilização para toda a humanidade. Como a nossa cultura teve a influência da antiguidade clássica, o termo bárbaro é utilizado como aquele que é sem cultura e selvagem, o que, se nos debruçarmos sobre a história dos povos ditos bárbaros, não se sustenta. (LE GOFF, 2005)

2.1.1 Tramas e tessituras da comunidade do Guarabú e a creche comunitária Arca de Noé

Situado no bairro Jardim Carioca, o morro do Guarabú está localizado entre as estradas do Galeão e do Dendê. Em 1929, é realizado o projeto de loteamento do Guarabú, no terreno de propriedade da Companhia Geral de Habitações e Terrenos, uma empresa de construção do governo do Distrito Federal, em ruas abertas nas encostas acidentadas, durante o governo do prefeito Antônio da Silva Prado Júnior, deposto um ano depois, no golpe político de 1930.

O morro do Guarabú dispõe de ocupações residenciais, apresentando um comércio voltado para as necessidades básicas dos moradores. Antes, havia no local muito mato, mas também existiam bananeiras, aipim, plantação de eucaliptos, hortas, diversas plantas. Era uma espécie de sítio, na visão de Maria das Graças Reis. Depois, os deputados Couto Souza e Maurício Mansfeld, por se tratar de um terreno público, passaram a conceder autorização para as pessoas estabelecerem suas moradias.

As primeiras famílias que foram para o morro do Guarabú no início do século XX, ergueram moradias, utilizando-se de materiais bem rudimentares. Eram barracos, casas feitas de estuque, barro prensado e emboçado. Não existem mais barracos na favela, pois as casas são todas de alvenaria. Mas, na época que Sebastiana de Aquino Barbosa mudou-se para o Guarabú, segundo a fala da própria, era bem diferente. Com o passar do tempo, aqueles que tinham condições melhores já iam fazendo de alvenaria; mas essa melhoria, que carregava em seu bojo dignidade aos sujeitos, demorou muito para ser conquistada.

Com o passar do tempo, quando as necessidades de melhorias em relação ao saneamento básico no morro foram aumentando, as moradoras e os moradores viram-se imbuídos da necessidade de unirem-se para pleitear, após formarem uma comissão e, depois, formarem a Associação para reivindicarem, junto aos governantes, melhorias.

Mineira, Maria das Graças Reis via a avó materna plantando e, então, junto a outros moradores, levou a sabedoria agrícola de seus antepassados para a comunidade, que por ora, iniciava sua formação na horta comunitária da escola municipal Holanda, que na época era classificada como uma escola rural. Entre as décadas de 1970 e 1980, a escola municipal

Holanda¹⁵ era o único equipamento público na favela para as crianças e, nesta época, atendia da 1ª à 8ª séries.

A comunidade também ressentia-se da falta de lazer no entorno. Eram, então, organizadas festas juninas, com apresentação folclórica de quadrilha e blocos carnavalescos, que produziam seu batuque percussionista com latas e tambores, formando o bloco “Cata Corno”, passando a ser chamado, mais tarde, de Unidos do Guarabú. Apesar do nome irreverente, era um bloco familiar, onde mães, pais e crianças divertiam-se em um ambiente de pura brincadeira, sem violência.

Ao longo do tempo, as pessoas migravam principalmente do nordeste brasileiro e de Minas Gerais para o morro. Então, a diretoria da Associação de Moradores¹⁶ do Guarabú, junto a outros sujeitos da comunidade, reivindicavam aos políticos, delimitavam e cediam os lotes para esses novos moradores estabelecerem suas moradias. E, assim, essa comunidade foi crescendo.

A necessidade da creche começa, então, a ser delineada. A comunidade estava passando por um processo de expansão e, aos vinte anos, Maria das Graças Reis, que nesta época ainda não era mãe, observava que, na mesma proporção que o número de moradores aumentava, crescia também a carência de comércio próximo às residências. Então, alguns desses(as) moradores(as) que possuíam uma renda um pouco maior, abriam “biroscas”, assim chamados os pequenos comércios dentro de suas próprias residências e o que mais se vendia era a cachaça, por ser a bebida alcoólica mais barata e que era consumida por parte dos maridos quando retornavam do trabalho para casa, na tentativa de aliviar um pouco as batalhas do dia a dia. A grande maioria das pessoas residentes no morro, na época, veio com muito pouco ou mesmo nenhum recurso financeiro. Chegavam somente com a família e a roupa do corpo. Os bens de consumo, como os eletrodomésticos, por exemplo, iam sendo conquistados ao longo do tempo, com muito trabalho e sacrifício. Ao ser entrevistada, Maria das Graças Reis relata que observava que muitos homens deixavam a desejar financeiramente e as mulheres sofriam em casa com as crianças a falta, principalmente, de alimentos.

¹⁵Atualmente, este equipamento atende somente os alunos da Educação Infantil ao 6º ano, o que já ocorre há algum tempo e que tem sido ratificado pela nucleação de escolas que vem ocorrendo em toda a rede municipal de ensino. O que leva os alunos dos anos posteriores a se deslocarem para outras localidades da Ilha do Governador para, assim, darem prosseguimento aos estudos.

¹⁶ Um dos líderes da Associação foi um militar reformado, tenente Marques, que possuía mais escolarização que os moradores do local. Ele foi o primeiro presidente da Associação. Sua bisneta, segundo relata Marlene Rocha da Silva, foi aluna da creche comunitária conveniada Arca de Noé.

Entretanto, esta situação, que ocorria com grande frequência, acabava desdobrando-se no interior dos lares do Guarabú, pois, com o baixo salário recebido, era fato que mal dava para sustentar a família. Assim, os momentos de discussão sobre a economia doméstica, perpassando especialmente pela comida que havia acabado, no dinheiro que não existia para o remédio das crianças, acabava por gerar discussões entre marido e mulher.

Havia na época a creche Casulo, um projeto da Legião Brasileira de Assistência, em outros bairros da Ilha do Governador: no Galeão e no Cacuia, mas que só era frequentada por crianças cujos pais possuíam uma condição financeira melhor, se comparadas às crianças que residiam no Guarabú. Maria das Graças Reis, então, pensava que se houvesse um equipamento para cuidar das crianças, as mães poderiam ter um trabalho remunerado, complementando, assim, a baixa renda com as quais essas famílias se sustentavam. Os homens não tinham dinheiro durante a semana, somente recebiam sábado, domingo ou no final do mês. A família, então, passava por necessidades, principalmente de alimentação. O marido chegava a casa embriagado e a mulher, para não suscitar briga, não reclamava sobre as ausências causadas pela situação financeira originada da estrutura sócio-econômica da época, em torno do ano de 1970. Para tentar driblar a miséria que se abatia sobre os lares do Guarabú, as mulheres promoviam o escambo de alimentos entre as demais vizinhas. Maria das Graças Reis, por sua vez, imaginava que o espaço para acolher e cuidar das crianças poderia ser em uma casa, nos moldes de uma creche domiciliar, mesmo sem ter ciência que esta forma de atendimento às crianças pequenas era e ainda não deixou de ser, a única alternativa viável, a única solução para várias mães, mesmo que atualmente vá de encontro ao Manifesto divulgado pelo MIEIB (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil) no ano de 2015, que, no final do texto, pede que se “*Diga não às creches domiciliares!*” (MIEIB, 2015), pois esta forma de atendimento não é a ideal, mas é uma realidade que não se pode negar que exista. Ou mesmo que o atendimento aos(as) pequenos(as) insulanos(as) do Guarabú na década de 1970 fosse implementado no prédio da escola municipal Holanda. Maria das Graças Reis chegou a propor um revezamento entre as mães para que cuidassem das crianças, enquanto as outras fossem trabalhar em empregos nos quais pudessem se ajudar em sistema de cooperação entre as mulheres. Esta ideia foi apresentada, também, à diretoria da Associação de Moradores da época, mas, segundo Maria das Graças Reis, não foi colocada em prática por falta de um local apropriado para a efetivação da proposta.

Foi então que, na década de 1980, o superintendente estadual da LBA, Arnould Ferreira de Araújo, reuniu a comunidade do Guarabú e informou que havia uma verba a ser devolvida para os cofres públicos, pois, deveriam prestar contas de como esse dinheiro foi aplicado em benefícios para a população, ou, então, devolvê-lo, segundo Maria das Graças Reis.

Analisando por outro ângulo a questão de aplicação de verbas públicas, trago para o diálogo Tavares (1993):

...o muitas vezes ilusório discurso da participação da comunidade na implantação e sustentação de serviços básicos escamoteia as questões ligadas à gestão e à aplicação das verbas públicas... (TAVARES, 1993, p. 57)

Então, houve uma quantia, não se sabe ao certo quanto, investida em prol da favela do Guarabú. A Associação de Moradores sugeriu que fossem feitas obras de saneamento básico com essa verba. Neste momento, é externado, também, o pensamento de uma creche que suprisse a carência de um equipamento de cuidado para as crianças pequenas, que proporcionassem a possibilidade de inserção das mães do Guarabú no mercado de trabalho. No momento da reunião, o representante da LBA não demonstrou interesse pelo projeto da creche na comunidade. Depois, Maria das Graças Reis foi chamada no escritório do superintendente estadual da LBA, Arnould Araújo, surgindo, a partir de então, a creche comunitária do Guarabú, em 1984. A presidenta da LBA era, nesta época, a senhora Léa Leal. O projeto envolvia um espaço aberto à comunidade, sem ônus para as mães, onde elas pudessem deixar as crianças para irem exercer um trabalho remunerado e ao final do dia, quando retornassem para sua residência, buscariam suas crianças, já estando próximas de casa. Assim, a mulher estaria suprindo as necessidades financeiras da família, resultando em menos casos de desentendimentos entre os casais, ocasionados pela conjuntura político-econômica do período final do golpe militar de 1964, mais especificamente entre 1970 e 1984. Muito embora esta entrada da mulher no mercado de trabalho tenha aumentado suas atribuições em casa, pois agora, além de ter a responsabilidade sobre as crianças e a casa, ainda precisa prover a falta de dinheiro da família.

Foi estruturado pela LBA, então, um projeto e é criada a primeira creche comunitária da Ilha do Governador. Assim, a ideia da creche comunitária no Guarabú foi levada pela LBA para o Morro do Dendê, Praia da Rosa, Jardim Duas Praias e para o Parque Royal, que são algumas das favelas localizadas na Ilha do Governador. Na época, cada comunidade recebeu

para iniciar o atendimento às crianças Cr\$1.200,00 (um mil e duzentos cruzeiros), a moeda vigente no Brasil no período do início da creche¹⁷.

Havia um escritório da LBA no Cacuia. A entidade fazia visitas às comunidades, para acompanhar o atendimento às crianças e, ao mesmo tempo, fiscalizar o emprego do dinheiro que era repassado para cada unidade. O dinheiro recebido podia ser investido na compra ou na reforma de um imóvel na favela para que as creches fossem implementadas. Na Praia da Rosa e no Jardim Duas Praias o prédio foi construído. No Guarabú, a verba não era suficiente para a construção de um equipamento e, portanto, o dinheiro ficou reservado no banco. A partir de então, através do convênio celebrado, a LBA fornecia uma verba para o auxílio à construção e o funcionamento da creche. Essa verba direcionada à creche da favela do Guarabú foi usada para a construção do equipamento.

Inicialmente, o terreno escolhido para erguer a nova sede da creche comunitária Arca de Noé situava-se dentro de uma área particular e era necessária documentação para sua utilização, ao passo que, se fosse em um terreno da prefeitura, não haveria a prerrogativa de apresentação da documentação legalizada do espaço. Assim, o espaço ocupado foi uma ponta de rua que seria uma praça para os moradores da comunidade. Mas a praça não foi construída e o terreno conquistado para que o prédio da creche fosse, então, erguido. Houve muita luta para iniciar a obra, pois os moradores do entorno recearam que aquele espaço público seria usurpado da população local e que construiriam algum equipamento para uso privado, alijando-os do uso de um espaço de lazer comunitário.

Mas, antes desse embate para a construção da creche em seu novo espaço, o perfil do atendimento da arca de Noé era de escola comunitária, com crianças de quatro e cinco anos, que funcionava no prédio da Associação de Moradores em horário parcial, sendo uma turma no turno da manhã e a outra no turno da tarde. A fragmentação do horário para atender as crianças em um espaço acolhedor, enquanto a mãe pudesse estar exercendo um trabalho remunerado, ainda não atendia às necessidades daquele grupo de mulheres, por ser uma carga horária que conflitava com o período que passavam trabalhando, ou mesmo com o tempo gasto nos deslocamentos entre o Guarabú e seu local de trabalho¹⁸.

¹⁷ Devido à conjuntura histórica de espoliação sofrida pela população brasileira, que causa uma economia instável e o conseqüente enfraquecimento do poder de compra de nossa moeda, os governos implementavam várias reformas econômicas tendo, como uma das medidas, a troca do nome das moedas, o que ocasionou a existência de diversas moedas, ao longo da história do Brasil. Uma delas é o cruzeiro, instituído no período entre o cruzeiro novo e o cruzado.

¹⁸ Pesquisa feita pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2009 revela que a média de tempo gasto de deslocamento entre a residência e o local de trabalho nas grandes cidades é de mais de 2 (duas) horas.

No início da década de 1980, a escola municipal Holanda, único equipamento público dentro da favela do Guarabú, era uma escola classificada pela Secretaria de Educação como rural¹⁹, enquanto a Arca de Noé era considerada uma escola comunitária, por funcionar em horário parcial, antes de ser creche. No prédio da Associação de Moradores do Guarabú funcionava o Mobral, Movimento Brasileiro de Alfabetização, que difundia Brasil afora a alfabetização funcional de jovens e adultos. Este modelo de alfabetização foi implantado no território brasileiro, em explícita oposição às ideias de Paulo Freire e de outros educadores ligados à Educação Popular em 1967, durante o governo militar, até meados dos anos 1980, quando esta estrutura educacional falida finalmente foi extinta.

O atendimento, em sistema de escola comunitária e não ainda como creche em horário integral, funcionou na Associação por, aproximadamente, três anos. Todas as mulheres que trabalhavam na Arca de Noé, neste momento, não eram remuneradas. Era um trabalho totalmente voluntário. As crianças não almoçavam. Somente faziam um lanche, que era fornecido pela creche. Quando o então prefeito Marcello Alencar veio ao Guarabú para a inauguração do uso do *tratorzinho*, como era chamado pelos moradores o novo veículo para a coleta do lixo, a comunidade reivindicou mais atenção às crianças da favela, o que resultou na melhoria da merenda, agora com queijo. A qualidade na oferta de refeição ocorre, efetivamente, com a verba oriunda da LBA, com a introdução do almoço.

No ínterim entre os dois mandatos de Marcello Alencar²⁰ na prefeitura do Rio de Janeiro, no governo do então prefeito Saturnino Braga, sendo o governo do estado ainda gerenciado por Leonel Brizola, é que a documentação da creche comunitária Arca de Noé foi assinada. A data da fundação da creche consta de 13 de março de 1984.

A creche comunitária conveniada Arca de Noé começa seu atendimento às crianças por dez horas diárias, já no novo espaço conquistado, no ano de 1988, em um terreno na Rua Mitá, duas ruas abaixo da sede da Associação de Moradores do Guarabú, onde até então funcionava. A creche muda de local, a partir de novas eleições ocorridas para a presidência da Associação, onde a chapa eleita quis dispensar todas as pessoas que vinham trabalhando na Arca de Noé, a maioria desde os primeiros dias de funcionamento. A nova equipe da Associação deu um ultimato, segundo a Maria das Graças Reis, dizendo “- Ou demite os funcionários e colocamos pessoas da nossa diretoria, que foi eleita agora; ou vocês procurem

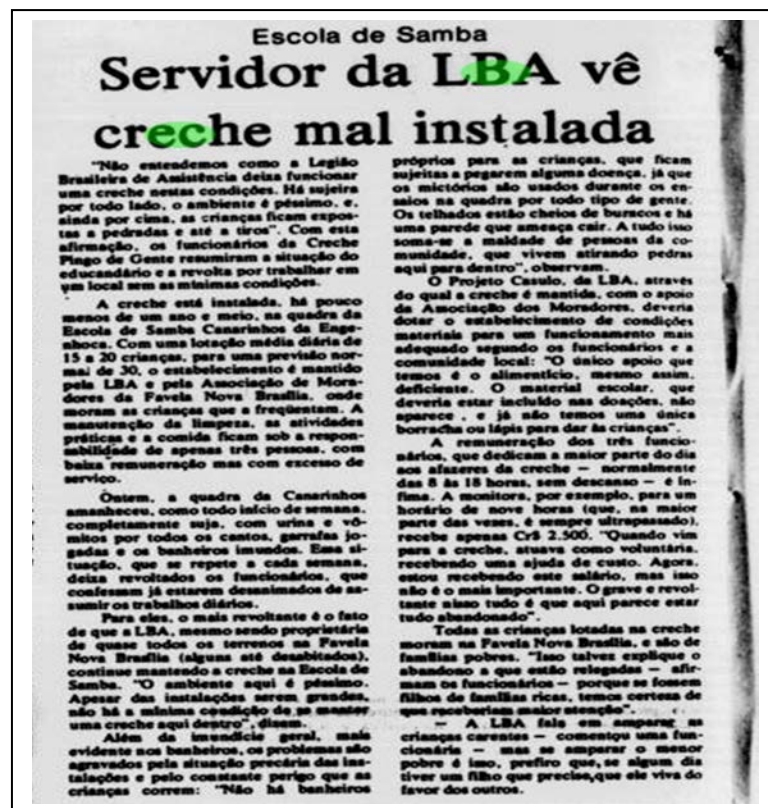
¹⁹ A escola Holanda possuía em seu entorno muitas plantações, em detrimento de comércio, ou mesmo de muitas moradias.

²⁰ Marcello Alencar, que teve seus direitos políticos cassados durante o regime militar, foi prefeito do Rio de Janeiro em dois momentos: em 1983, por indicação do ex-exilado político, o então governador Leonel de Moura Brizola, e em 1989, quando retornou à cadeira através de eleições diretas municipais.

outro espaço.” O sociólogo italiano Alberto Melucci (2001), nos empresta seu pensamento para a compreensão de que este movimento que muitas vezes desencadeia uma ação coletiva e que expõe o conflito entre os sujeitos da creche e os representantes da Associação de Moradores, pode gerar solidariedade e a consequente ruptura entre o sistema e os sujeitos deste movimento (Melucci, 2001).

Então, as funcionárias, as mães e a direção da creche reuniram-se e decidiram desocupar as salas da Associação, partindo em busca do novo espaço. Neste momento, a pessoa do grupo que possuía uma casa que oferecia uma estrutura que poderia abrigar provisoriamente as quarenta crianças da creche era a Maria das Graças Reis. Assim, enquanto o novo local ainda não existia, as crianças passavam parte da manhã ou da tarde, sendo atendidas no terraço da casa de uma das líderes do movimento, para dar continuidade ao trabalho. Mas essa *tática* (Certeau, 1994, p. 39) não poderia ser estendida por muito tempo, pois o repasse de verba da LBA só seria efetivado quando a creche estivesse funcionando em um espaço que não fosse de uso particular. Nesta época, a creche possuía CZ\$1.277.000,00 (um milhão, duzentos e setenta e sete mil cruzados) de recursos oriundos da LBA, mas que, segundo Marlene Rocha da Silva, estavam depositados em uma conta bancária e só poderiam ser movimentados quando houvesse a mudança efetiva do espaço particular para o espaço da própria creche. O controle do saldo/montante desta conta era feito com regularidade pela LBA por uma supervisora da creche, através de visitas não agendadas com a responsável pelo equipamento.

Figura 3 – Creches comunitárias conveniadas eram supervisionadas pela LBA



Fonte: Jornal O Fluminense, 6 jan. 1981, p. 2

Conforme podemos constatar na reportagem anterior que trata de uma creche comunitária conveniada na favela Nova Brasília, no Rio de Janeiro, à LBA cabia o acompanhamento às creches comunitárias conveniadas através de inspeções, regulamentando seu funcionamento e o atendimento prestado aos(as) pequenos(as). Entretanto, para a responsável da Arca de Noé, Maria das Graças Reis, a relação entre ela e a supervisora deste período de funcionamento do equipamento poderia ter sido mais amigável, com mais críticas construtivas do que, simplesmente, a cobrança com uma postura técnica, impessoal. A supervisora da creche, em suas visitas, também almoçava a mesma refeição que era servida para as crianças²¹.

²¹ Este fato lembra-me quando eu desempenhei a função de supervisora das creches comunitárias conveniadas em 2013 e recebi a orientação da supervisora anterior de provar os gêneros alimentícios servidos no momento da visita para avaliar a higiene e a qualidade das refeições. Porém, nunca o fiz, pois acreditava que utilizar nas creches comunitárias conveniadas R\$120,00 (cento e vinte reais) por criança, na época, para compra de alimentação, pagamento das funcionárias, compra de material pedagógico, consertos que porventura tenham que ser feitos, dentre outras responsabilidades, era uma verba muito comprometida com o cuidar e o educar dos(as) pequenos(as), para que eu ainda fizesse com que dividissem a alimentação das crianças comigo, mesmo ciente de que repartir a alimentação com o(a) outro(a) é uma grande alegria para os sujeitos das camadas populares. Utilizava, então, meu olfato e minha visão, inclusive percebendo a carinha boa que as crianças faziam quando eram alimentadas, para atestar a qualidade do que era servido aos(as) pequenos(as).

Após a autorização da prefeitura para construir a nova sede, houve conflito com a comunidade, que atualmente apóia o funcionamento e a manutenção da creche. Foi erguido, de início, um galpão para o trabalho com as crianças. Houve ocupação do terreno por pessoas que pretendiam utilizar o local para moradia, fazendo barracos de lona para se abrigarem. Maria das Graças Reis, então, entrou com uma solicitação de reintegração de posse na justiça para reaver aquele espaço. Na reunião com o então prefeito, Saturnino Braga, as mães e outras mulheres da comunidade juntaram-se em protesto para lutar pelo direito da ocupação do terreno por um espaço que acolhesse as crianças com segurança e o mínimo de conforto, dando tranquilidade às mulheres e dignidade aos seus filhos. Dona Jaci, presidente da Associação de Moradores do Jardim Carioca, que engloba, inclusive, o Guarabú, era, então, contra a construção da creche, pois, segundo Maria das Graças Reis, Dona Jaci acreditava que, se o equipamento fosse atender as crianças da favela, o mesmo deveria funcionar na parte de cima da favela. Dona Jaci, portanto, reuniu os moradores da comunidade e disse que Maria das Graças Reis estaria utilizando o terreno doado para construir uma casa para morar e que, se fosse construída uma praça, as casas do entorno seriam, assim, valorizadas. Foi então que as mulheres que apoiavam a creche tiveram que ir à Região Administrativa da Ilha do Governador, no bairro do Cocotá, para terem o cumprimento de seus direitos garantidos, agora por força política, pois, tiveram que convencer o prefeito Saturnino Braga que garantisse a posse do local para que pudessem erguer o novo equipamento da creche Arca de Noé.

Foi um embate entre dois grupos que se opunham quanto ao destino que seria dado ao terreno da Rua Mitá, na favela do Guarabú: um grupo queria a construção da creche e o outro, a implementação de um espaço de lazer para os moradores com a praça. Esse embate durou vinte e um dias, com o terreno tendo a guarda da polícia militar para que a decisão da construção da creche prevalecesse e que nenhuma outra pessoa ocupasse esse espaço. Foram vinte e um dias de policiamento ostensivo do lado de fora do terreno, para que não houvesse mais ocupação por parte de pessoas sem vínculo com a creche. Essas pessoas que ocuparam, eram estranhas à comunidade do Guarabú.

As mulheres que faziam parte do movimento para a construção do novo equipamento tinham hora certa para chegar ao galpão onde, naquele momento de tensão, funcionava a creche comunitária conveniada Arca de Noé; entretanto, não havia hora para ir embora. A cavalaria montada da polícia fazia a escolta, enquanto as mulheres que apoiavam a creche desmontavam os barracos que tinham sido erguidos no terreno para moradia. Segundo

Marlene Rocha da Silva, devido ao movimento na comunidade causado pela disputa do local, uma mãe da época do assentamento externou assim seu contentamento em estar engajada em uma causa a favor dos direitos das crianças e das mulheres pela creche: “-Essa creche é legal. Cada dia é uma coisa diferente.”

Formou-se, então, um grupo bem eclético para defender o processo da construção da creche. Eram as funcionárias da própria creche, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Assistentes Sociais que moravam fora da favela do Guarabú, dentre várias outras. Enquanto o embate ocorria, as pessoas da comunidade recebiam pelas mãos das mulheres envolvidas na peleja, que se articulavam e distribuíam doações de alimentos: arroz, feijão, leite e macarrão enviados pela FAFERJ (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro), além de vasilhas, baldes e saladeiras de plástico que vieram em um caminhão de uma fábrica que estava fechando suas portas na região sul do país. Assim, o número de simpatizantes à causa ia crescendo a cada dia. Certo ou errado? Não cabe, nesta pesquisa, julgar essas mulheres. Era uma tática que elas encontraram (CERTEAU, 1994, p. 31) de sensibilização à luta que, aos olhos dos que não se debruçam sobre a falta de políticas públicas voltadas à inserção, à continuidade e à ascensão da mulher no mercado de trabalho, parece ser uma causa exclusiva do gênero feminino. Especificamente nesta luta, havia também alguns homens. Um deles, mecânico dos carros velhos da comunidade, segundo Maria das Graças Reis, doou mil tijolos para a obra. Porém, na maior parte do tempo, quem fazia os serviços, mesmo os considerados pesados, eram as mulheres.

Depois que foi concedida a liberação da obra, foram erguidos, inicialmente, cozinha, banheiro e três salas de aula.

Figura 4 – Creche comunitária conveniada Arca de Noé na atualidade



Fonte: <<https://www.google.com.br/maps/place/Centro+de+Atividades+Educacionais+E+Culturais+Arca+de+No%C3%A9>> Acesso em 15 jan. 2015.

Devido à posição íngreme do terreno no morro, as pessoas da comunidade que ajudaram na obra, os “tatus”, segundo palavras da Marlene Rocha da Silva, tiveram que escavar toda a terra para nivelar a superfície e, só depois deste trabalho é que se pôde efetivamente construir os alicerces deste novo equipamento que vem cuidando e educando, até hoje, a pequena infância da comunidade do Guarabú.

Enquanto isso, na Associação de Moradores do Guarabú eram oferecidas aulas de artesanato. Maria da Conceição dos Santos de Souza, uma das mulheres que se engajaram para reivindicar melhorias para sua comunidade, trabalhou na Associação, assim como também seu marido, que foi um dos presidentes da Associação, no ano de 2004. Conforme Maria da Conceição dos Santos de Souza fez questão de afirmar, o apelido do marido era Fumante, “- Mas não porque fumava maconha não, era cigarro mesmo”. Maria da Conceição dos Santos de Souza assume o cargo, interinamente, antes do falecimento do marido. Com sua morte, Maria da Conceição dos Santos de Souza²² entrega o cargo. Nesta época já existia a creche comunitária conveniada Peter Pan onde, antes, funcionava a creche Arca de Noé. Segundo as memórias de Sebastiana de Aquino Barbosa, moradora há várias décadas da favela do Guarabú, o tenente Marques, militar da reserva da aeronáutica, foi um dos que

²² Houve um breve período que Maria da Conceição dos Santos de Souza saiu da comunidade e foi morar no interior de Minas Gerais, retornando em 2016.

mobilizaram o poder público para que fossem realizadas obras de urbanização no local. Assim, com sua influência militar, pleiteava direitos para os sujeitos da favela.

Portanto, de acordo com Tavares:

... as questões das lutas pelos direitos sociais, pelo ‘direito a ter direitos’ nos obriga a retomar a problemática do poder local, dos movimentos sociais e das escalas do poder nos jogos decisórios das políticas sociais e educacionais no território vivido pelas classes populares: o local”(TAVARES, 2015, p.5).

Tavares²³ investiga a luta pelo direito à educação priorizando uma análise do poder local em diálogo com o conceito de hegemonia popular. A partir desta análise, percebemos mobilizações que vão de encontro às exclusões sofridas pelos sujeitos da favela do Guarabú, principalmente em relação às crianças da pequena infância, na luta pela creche. Atuando junto a esses sujeitos, a Associação de Moradores desenvolvia um trabalho de artesanato empreendido junto às mulheres, que era gerenciado por outra mulher da comunidade. Ensinavam crochê, a confeccionar porta papel higiênico, puxa-saco²⁴. As alunas destas oficinas ficavam para si o que produziam nas oficinas da Associação de Moradores e algumas vendiam para conhecidos e familiares, conseguindo, assim, uma pequena renda extra. Atualmente, há algumas pessoas que tomam conta do prédio, mas que não desenvolvem nenhum tipo de atividade voltada para o bem estar e o desenvolvimento dos vizinhos. O único serviço da Associação que ainda é prestado aos moradores é a entrega das contas de luz aos moradores da favela do Guarabú.

2.2 A mobilização da sociedade civil: a conquista da creche no Guarabú protagonizada pelas mulheres

... percebemos que as demandas populares, ao não obterem ‘respostas oficiais’ para suas reivindicações, vão criando formas alternativas de satisfazer as suas demandas educativas: recorrem às ‘explicadoras’, espaços de casas, Associações de

²³De acordo com Tavares (2015), o estudo para que se possa perceber qual o papel dos movimentos sociais na luta pelo direito à creche é muito importante.

²⁴O *puxa-saco* é o nome que se dá a um porta saco de mercado, muito comum nas residências das camadas populares, que serve para armazenar as sacolas de plástico oferecidas nos mercados para o transporte das compras e que, posteriormente, é utilizado para condicionar o lixo doméstico; este reuso praticado pelas famílias pobres não contempla somente a questão ecológica, pois é uma necessidade da população em economizar na compra de sacos para lixo, o que faz com que este dinheiro economizado seja redirecionado para outros fins, como, por exemplo, para a alimentação.

Moradores, Igrejas, são transformadas em salas de aula... nascem as escolas e creches comunitárias. (TAVARES, 1995, p.45)

Em relação à mobilização popular que produz alternativas para o atendimento das demandas não atendidas pelo poder público, Nogueira (2003) em seu estudo sobre a redescoberta da sociedade civil, mostra o ativismo comunitário e os novos movimentos sociais dentro de um panorama político-econômico onde, durante esse mesmo período, o sistema socialista do Leste europeu entra em queda, assim como também está ocorrendo o fim paulatino dos regimes ditatoriais na América do Sul durante a década de 1980.

Nessa conjuntura, os movimentos por democratização impulsionados pelos atores desse contexto sócio-histórico, não tinham mais seus direitos plenamente monitorados e cerceados pelo Estado como no auge da ditadura militar, regime instaurado no Brasil a partir do golpe de 1964. Assim, os movimentos, as ações e os organismos que surgiam e que não eram mais regulamentados exclusivamente pelo Estado fizeram surgir a ideia de uma “terceira esfera, ao largo do mercado e do Estado moderno” (AVRITZER, 1994, p. 12, *apud* NOGUEIRA, 2003, p. 188), vinculando a ideia de sociedade civil a esta terceira esfera, que estaria submetida ao ativismo e à solidariedade social. A democratização do Brasil a partir desse período carrega em seu bojo a globalização e, conseqüentemente, traz também a modernização capitalista. O sistema capitalista, então, implementa ainda mais o empobrecimento nas camadas populares. A democracia fica comprometida, no aspecto que tange ao efetivo gozo dos direitos básicos dos cidadãos, acentuando a diferenciação social, assim como também são comprometidas as ações das sociedades civis que atuam no âmbito deste novo panorama sócio-político.

Muitos governos falam de sociedade civil para legitimar programas de ajuste fiscal, tanto quanto para emprestar uma retórica modernizada para as mesmas políticas de sempre, assim como outros tantos governos progressistas buscam sintonizar suas decisões e sua retórica com as expectativas da sociedade civil.

Tavares amplia essa discussão, mostrando que em relação ao convênio com as creches comunitárias:

Aparentemente democratizante, estas políticas acabaram invertendo o lugar dos usuários dos serviços para o de co-responsáveis pela prestação de serviços que, na verdade, são direitos dos cidadãos. (TAVARES, 1993, p. 57)

Em suma, o apelo a essa figura conceitual serve tanto para que se defenda a autonomia dos cidadãos e a recomposição do comunitarismo perdido, como para que se justifiquem programas de ajuste e desestatização, nos quais a sociedade civil é chamada para compartilhar encargos até então eminentemente estatais (NOGUEIRA, 2003, p.186).

Dentro dessa perspectiva, a creche comunitária conveniada Arca de Noé começa sua atuação junto às mulheres do Guarabú, Ilha do Governador, no município do Rio de Janeiro, a partir de questões comuns a todas as creches comunitárias, que é a necessidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho, atrelada à ausência de equipamentos e de políticas públicas no qual possam ser oferecidos cuidado e educação à pequena infância. Partindo dessa alternativa de atendimento, o governo estabelece convênio com as creches comunitárias, na tentativa de converter essa sociedade civil em um “recurso gerencial – um arranjo societal destinado a viabilizar tipos específicos de políticas públicas” (NOGUEIRA, 2003, p.187), dentro do projeto neoliberal disseminado pelo sistema capitalista no país.

... se enfatiza unilateral e axiologicamente o associativismo – considerando-o um âmbito de autenticidade social e virtude cívica, por exemplo –, pode-se não só esvaziar o político-estatal de sentido, como também oferecer justificativas para as posições que, em nome da recuperação das “tradições perdidas”, da pureza popular ou do espontaneísmo social, combatem justamente as funções reguladoras e distributivas do Estado, valendo-se muitas vezes de expedientes autoritários ou paternalistas. Pode-se, por exemplo, na esteira de um certo comunitarismo neoconservador, concluir que o declínio cívico e moral da sociedade (a violência, a pornografia, o egoísmo, a droga, o consumismo) deve-se ao excesso de desenvolvimento, de política institucional (de “politicagem”) ou de direitos regulamentados. (NOGUEIRA, 2003, p.196)

Percebemos, então que o reconhecimento do atendimento em creches no Brasil como um direito educacional das crianças tem sido uma conquista da mobilização da sociedade civil, principalmente das mulheres militantes das classes populares e do próprio movimento feminista, de modo mais amplo, que na década de 1980 foram à luta, organizando unidades de atendimento à pequena infância e, ao mesmo tempo, cobrando ao Poder Público o atendimento por suas demandas fundamentais.

A partir de então, as manifestações protagonizadas pelas mulheres do Guarabú, reivindicando o direito à creche em 1984, a princípio, podem ser confundidas somente como manifestações coletivas. Entretanto, segundo Gohn, o que difere as manifestações coletivas dos movimentos sociais é o fato destes últimos possuírem uma trajetória dentro de determinada conjuntura (GOHN, 1985, p. 48), expressando, assim, problemáticas das perversas contradições da sociedade. Partindo desta perspectiva, podemos afirmar que a

organização dessas mulheres insulanas faz parte de um movimento maior de emancipação feminina, que busca a creche como parte deste processo, liberando parte de seu dia para que possa ser inserida nas disputas do mercado de trabalho. Mas, quando essas mulheres não são atendidas pelo governo no direito à vaga, que é garantido às crianças pela Constituição Federal de 1988, elas precisam recorrer à solidariedade dos familiares e de vizinhos (as) da comunidade do Guarabú. Ou, além desta alternativa, algumas mulheres também recorrem à creche domiciliar da favela, que não possui um equipamento adequado para o acolhimento de diversas crianças tão pequenas e já tão desprovidas de políticas públicas que contemplem as demandas das infâncias, causadas pela conjuntura sócio-política do Estado.

Dentro desta perspectiva, é importante perceber também, que a Educação Infantil é um ambiente privilegiado para a construção de conhecimento e valores, saberes, e comportamentos enfatizados e legitimados num determinado tempo e contexto. Assim, a não inclusão de muitas crianças neste momento importante da vida, de 0 a 6 anos, acaba se apresentando como uma consequência perversa da exclusão social e cultural que um grande contingente de crianças das camadas populares é exposto diariamente.

Além disso, essa questão reitera cotidianamente a exclusão social e territorial mais ampla, que muitas famílias das camadas populares, especialmente de famílias populares negras que vivem nos bairros pobres no município do Rio de Janeiro. O Sociólogo Pierre Bourdieu (1997) mostra como a sociedade reproduz no indivíduo as suas estruturas políticas, estruturas econômicas, modelos de pensamento, e valores. Essa reprodução, que ocorre muitas vezes de forma inconsciente, é vivida pelo sujeito desde seus primeiros contatos sociais. Portanto, quando a inserção das crianças da pequena infância nos equipamentos escolares, em especial nas creches, não é vista como um direito social fundamental pelas mulheres e esse direito é negado às crianças, reitera-se o processo de exclusão e a naturalização das desigualdades sociais junto às famílias pobres. Nesse sentido, as famílias das classes populares, por não terem acesso ao capital social, ao capital econômico e o capital cultural desejados pelos padrões dominantes, em sua maioria, não conseguem o rompimento com o processo de reprodução interna da incorporação das estruturas da sociedade no sujeito. Dão continuidade a *habitus*, que é conceituado por Bourdieu como:

... sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo

intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante (BOURDIEU, 2011, p. 191).

O *habitus* pode reforçar cada vez mais a exclusão, inclusive das crianças e, principalmente, da mulher negra, pobre e favelada, que precisam reinventar constantemente a dura realidade em que vivem, através de muita luta diária, para transformá-la.

A reunião num mesmo lugar de uma população homogênea na despossessão tem também como efeito redobrar a despossessão, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural: as pressões exercidas, em escala de classe ou do estabelecimento escolar ou em escala de conjunto habitacional pelos mais carentes ou os mais afastados das exigências constitutivas da existência “normal” produzem um efeito de atração, para baixo (BOURDIEU, 1997, p.166).

Assim, a exclusão social tem sido um fato implícito e doloroso para as famílias das camadas populares, pois as ausências do capital cultural, do capital econômico e do capital social, por consequência, geram nos sujeitos que se encontram subalternizados, a ausência do sentimento de pertença a áreas exclusivamente frequentadas pela camada dominante da sociedade. Pois, “estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão.” (BOURDIEU, 1997, p.166) O *habitus* do indivíduo vai depender, então, de uma relação direta da combinação entre o capital cultural, o capital econômico e o capital social que ele possui.

... os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos caros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar. (BOURDIEU, 1997, p.164)

A ausência do capital seja econômico, cultural e ou social hegemonicamente tido como legítimo, ou a combinação de todos eles, faz com que as famílias das camadas populares, especialmente as famílias negras, que representam historicamente a grande maioria da população brasileira, sejam excluídas de serviços e bens de consumo voltados às classes dominantes. Fato que leva esses sujeitos muitas vezes a viverem segregados em bairros pobres ou em favelas. Segundo Bourdieu (1997) o *efeito de naturalização* dissimula e deforma as distâncias sociais dentro da sociedade hierarquizada, produzindo o que este autor denomina por “*efeitos do lugar*”.

Portanto, diferenças impostas no espaço público ou até mesmo no espaço privado entre homens e mulheres por questões históricas, parecem, aos olhos do sujeito que ainda não

desenvolveu a consciência crítica, que foram originadas da natureza das coisas e não que foram condições impostas pela sociedade na qual estão inseridos(as).

Acrescentemos, inclusive, o fato de que:

... sabemos também que, ... entre outras características negativas tidas como intrínsecas a esses sujeitos, ... imperam nos discursos hegemônicos sobre a questão, culpabilizando as vítimas do descaso histórico do Estado com essas camadas da população pelo seu suposto fracasso. Com isso, as necessárias discussões em torno das inadequações das políticas e práticas às necessidades e possibilidades dessa clientela foram secundarizadas permanecendo restritas a grupos de intelectuais e acadêmicos, permanecendo hegemônica a crença na culpa das populações pelo seu insucesso. (OLIVEIRA, 2010, p. 204-5).

A falta de creches na cidade do Rio de Janeiro tem sido um dos problemas mais sentidos pelos sujeitos destituídos de capital cultural, capital econômico e capital social, principalmente pelas mulheres sobre quem, na grande maioria das famílias, ainda recai a responsabilidade exclusiva pelo cuidado com os(as) filhos(as). Portanto, a emancipação feminina é um dos motivos pelos quais o estudo sobre a luta das mulheres se torna tão importante. A creche passa, então, a representar parte do processo de emancipação dessas mulheres.

Assim é que praticamente não há mudanças no trabalho doméstico, pois, mesmo que a tecnologia tenha facilitado as tarefas do lar, o que poderia representar rupturas no padrão patriarcal da sociedade, a divisão sexual do trabalho doméstico continua apresentando permanências por sua atribuição quase que exclusiva às mulheres (HIRATA, 2001, p.144).

As mulheres da favela do Guarabú, em minha concepção, herdeiras da luta pela emancipação feminina no início do século XX, a partir do ano de 1984, vêm na creche comunitária conveniada Arca de Noé, mais do que uma simples vaga em um equipamento para cuidar e educar seus filhos.

Mesmo representando hoje mais de 50% da força de trabalho, a exclusão das crianças da pequena infância da creche é a principal causa para as mulheres deixarem seu trabalho, apesar deste direito ter sido previsto em lei.

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE. (PNE, 2014. p.49)

Percebemos, então, a necessidade de refletir acerca da inclusão da criança na educação infantil, que é um direito, garantido no artigo 7º da Constituição Federal, em seu inciso XXV e ratificado no Plano Nacional de Educação, na meta número 1, citada anteriormente.

Assim, segundo Füllgraf,

... quem tem direito de acesso às vagas oferecidas na rede municipal a cada ano? Mãe/pai que trabalham? A criança “sujeito de direitos”? A família de menor renda, mas que comprova vínculo de trabalho? A criança mais pobre alvo dos programas emergenciais? Na verdade, esses critérios, no mínimo, não respeitam os direitos das crianças proclamados na forma da lei... A análise dos depoimentos realizados durante a pesquisa confirmam os processos de exclusão vividos na sociedade capitalista, reforçando que são as crianças filhas de famílias mais pobres as que têm menos chance de acesso à educação infantil da rede pública. (FÜLLGRAF, 2002, p. 08).

O que leva ao reforço do perverso *efeito do lugar* (Bourdieu, 1997), formando um interminável ciclo de pobreza, a partir desta criança que não é atendida nos equipamentos de ensino para a pequena infância e da mãe que não consegue um trabalho remunerado, por não ter um espaço apropriado para deixar a sua criança. Este fato é ainda mais agravante se considerarmos que na maioria das residências brasileiras, a mulher mãe trabalhadora é a principal ou única mantenedora da família e que estudos divulgados pelo IPEA²⁵, em 06/03/2017, revelam que as mulheres trabalham em média 7,5 h (sete horas e meia) a mais que os homens por semana.

2.3 Movimentos sociais e rebeldia na constituição da creche comunitária conveniada Arca de Noé, enquanto espaço político

Desde a segunda metade dos anos 70, acompanhando o início da abertura do governo Geisel, houve enorme expansão dos movimentos sociais urbanos. Como diz o nome, eram movimentos típicos das cidades, sobretudo das metrópoles. Entre eles estavam os movimentos dos favelados. Eles já existiam desde a década de 40, mas adquiriram maior força e visibilidade nos anos 70. (CARVALHO, 2001, p.184)

Retornando às lutas do passado, lembramos que em 1984 são deflagradas as manifestações em torno da ideia política de eleições diretas, as Diretas Já.

²⁵Fonte: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526&Itemid=

Figura 5 – Manifestações na década de 1980: movimento pelas creches comunitárias e pelas *Diretas Já*



Fonte: Ripper, João Roberto, 1984, RJ.

A princípio, são os partidos políticos que se engajam nestas reivindicações. Aderindo às causas de luta, os movimentos sociais acabam por adensar os seus repertórios de lutas, que se alternam no plano local e no plano nacional. Os movimentos proporcionam às camadas populares a complexificarem o senso comum, possibilitando que a luta pessoal e coletiva produza uma consciência a partir da organização dos sujeitos envolvidos nos movimentos populares. Gohn (1985) ressalta a importância para as manifestações populares, o engajamento político da sociedade civil, de órgãos de representação de categorias profissionais pós 1978, da Igreja Católica na década de 1970 e das camadas populares da periferia urbana.

No Rio de Janeiro, em relação ao panorama econômico desastroso da época, início da década de 1980, e ressaltando a importância do ingresso de mulheres no mercado de trabalho, mais especificamente quanto ao atendimento dos(as) filhos(as) destas mulheres em creche, faz-se necessário para esta pesquisa tecer considerações sobre as creches no município do Rio de Janeiro, que inicialmente eram geridas pela SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), até o ano de 2001, quando por força das definições da LDB/1996 e por decreto de lei da SME/RJ são transferidas de forma muito violenta e sem planejamento para a SME (Secretaria Municipal de Educação), segundo Tavares (1993, p.60), redirecionando o foco de atendimento da assistência para a educação.

O atendimento às crianças sob a gestão da SMDS era realizado, então, por educadoras comunitárias, chamadas de recreadoras no âmbito da SME, que prestavam atendimento sem

que tivessem orientação pedagógica especializada efetiva. Muitas recriadoras planejavam as atividades a serem desenvolvidas diariamente com as crianças, a partir de concepções voltadas para a lógica escolar, algumas sob a perspectiva escolarizante, repetitiva e mecanicista, antecipando práticas tradicionais de escolarização. Segundo algumas delas, já no maternal, as crianças precisavam aprender a copiar, usar o lápis de forma correta e treinar a escrita. O educar no sentido de promoção do desenvolvimento da criança a partir da creche, não era contemplado pelas expectativas das educadoras e de outros sujeitos da comunidade. Além disso, o atendimento das creches públicas municipais ainda era muito incipiente, não dando conta do grande contingente de crianças excluídas do espaço da educação infantil.

Nessa perspectiva, segundo Tavares (1995), as creches comunitárias terão sua origem a partir do momento que as reivindicações populares em relação à educação de suas crianças não obtêm respostas concretas do poder público. Surgem, então, espaços comunitários de atendimento a essas demandas em Associações de Moradores, Igrejas, ou mesmo em residências localizadas nas favelas do Rio de Janeiro, especialmente nas favelas com grande densidade demográfica.

No Rio de Janeiro, durante a década de 1970, estando o país ainda sob o jugo da ditadura do regime militar, as creches comunitárias começam a surgir a partir das necessidades da mulher das camadas populares que também é mãe. A partir das experiências do cotidiano é que mulheres e Associação de Moradores organizam-se para a luta por seus direitos básicos. A ampliação do número dessas creches comunitárias ocorre, então, em resposta à ausência de políticas públicas que se voltassem ao atendimento à pequena infância, bem como ao suporte às mulheres que se inseriam no mercado de trabalho.

Figura 6 – A creche e a ausência de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres trabalhadoras



Fonte: Jornal Mulherio, 4 nov. 1981, capa.

Assim como em outros municípios brasileiros, no município carioca as tentativas do poder público para conter a expansão do número de favelas caracterizam-se pela cooptação ou através da remoção, quase sempre com ações violentas. Essa tentativa do governo de contenção da favelização busca, na verdade, mascarar os efeitos nefastos que o capitalismo impõe às camadas populares.

Dentro desta conjuntura, em 1979, é criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, SMDS, com o foco no atendimento às camadas mais pobres da sociedade residentes em favelas.

No ano seguinte, 1980, a UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund) firma convênio com a SMDS, implantando nas favelas do Rio de Janeiro o modelo de intervenção em áreas de extrema pobreza utilizado em outros países que apresentavam semelhança sócio-econômica com o Brasil. A metodologia da UNICEF previa a implementação de serviços básicos de educação, saúde e saneamento, partindo do pressuposto das iniciativas comunitárias.

Desde os anos 50... o poder público sempre procurou formular estratégias visando conter a grande ameaça de "favelização" da cidade... escamoteando ... a apartação social ...

Os governos vêm formulando estratégias na tentativa de amortecer os conflitos e frear a demanda por serviços básicos. É neste quadro que se insere a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), criada em 1979, no governo Chagas Freitas, uma espécie de “mini-prefeitura” das favelas,... voltada para o atendimento de uma clientela específica, referida a um espaço sócio-econômico definido – a favela.

Em 1990, uma proposta para intervenção nas favelas do Rio... entre a SMDS e a UNICEF ... já bastante utilizado em outros países de situação social semelhante ao Brasil ... pressupõe o apoio às iniciativas comunitárias relativas a trabalhos com saúde, educação e saneamento.

Foi nesse ano que as Escolas Comunitárias da Rocinha... tiveram o seu primeiro contato institucional e se efetivaram como iniciativas comunitárias subvencionadas pelo convênio SMDS / UNICEF. (TAVARES, 1993, p. 58)

As escolas comunitárias da favela da Rocinha são, então, atraídas para o convênio SMDS – UNICEF, ainda em 1980, dando origem à rede de creches e escolas conveniadas do município.

No início, o trabalho era realizado por educadores leigos da própria comunidade... Esses trabalhos eram realizados em espaços alternativos...

A partir do convênio SMDS / UNICEF, as escolas da Rocinha passaram a ser o projeto-piloto, recebendo apoio nutricional, ajuda de custo para os educadores e assessoria técnica.

A crescente demanda por creches e pré-escolas fez com que novos espaços fossem rapidamente criados... com o apoio da SMDS / UNICEF.

Ao final de 1983... dois são os tipos de projetos apoiados: o das escolas e o das “Famílias Solidárias ou Mães Crecheiras”. O último consistia em prestar atendimento de guarda e alimentação às crianças, em espaços domésticos, ficando a SMDS com a responsabilidade de distribuir uma bolsa de alimento. (TAVARES, 1993, p. 58)

Assim, pela necessidade de integrar os projetos, em 1985 é criado o PAC (Programa de Atendimento à Criança). Em 1986, há uma conquista positiva no município do Rio de Janeiro para os equipamentos conveniados com a publicação da Resolução nº 28 (vinte e oito) da SMDS, normatizando o funcionamento, a gestão, os critérios de seleção e o caráter de atendimento.

Em 1985, com a crescente institucionalização desses projetos e sua conseqüente expansão, a necessidade de integração dos mesmos é avaliada pela SMDS / UNICEF, dando origem ao PAC (Programa de Atendimento à Criança). ... Os técnicos e educadores que até então eram trabalhadores autônomos, foram contratados pelo município em regime celetista. Esta mudança... gerou no interior das equipes (técnicos e educadores) discussões e reflexões acerca do caráter comunitário e das questões ligadas à autonomia.

É também nesse período que o convênio SMDS / UNICEF foi rompido e os técnicos do Fundo deixaram de assessorar o Programa. (TAVARES, 1993, p. 59)

Entretanto, entre 1985 e 1987, os(as) funcionários(as) dos equipamentos conveniados passam do regime exclusivamente regido pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) para

o *status* de funcionários(as) da prefeitura do Rio de Janeiro, além da conquista de uma consciência político pedagógica por esses(as) profissionais, que vislumbravam mudanças com a promulgação da Constituição Federal em 1988. Contudo, muito embora a Constituição tenha garantido a educação pré-escolar como um direito das crianças, em 1989 o repasse das verbas do convênio passa a ser feito para as Associações de Moradores e não diretamente às entidades conveniadas mantenedoras das creches.

Neste período, a SMDS mantinha uma política de troca de secretários constante, o que levava o secretário que assumia a pasta a não continuidade dos projetos implementados pelo secretário anterior gerando, dessa forma, uma descontinuidade perniciosa para qualquer programa de governo. Dentro desse panorama, os prefeitos Saturnino Braga e César Maia apresentaram, cada um em seu mandato, propostas diferenciadas para a condução e o gerenciamento dos equipamentos conveniados. Saturnino Braga pretendia reforçar o caráter educacional e público no atendimento às crianças dos convênios. Enquanto César Maia buscava implementar em seu governo a política de cunho comunitário nos equipamentos conveniados. A partir de então, a SMDS, sob o governo de César Maia, faz o repasse de verbas públicas que seriam destinadas às creches e pré-escolas conveniadas para as Associações de Moradores, que passaram a se as responsáveis pela contratação de pessoal e funcionamento desses equipamentos.

Essa nova política de repasse das verbas provoca uma grave crise no Departamento de Apoio às Creches e Escolas Conveniadas (DCE), além, inclusive, da saída da creche comunitária conveniada Arca de Noé da sede da Associação de Moradores, pois Maria das Graças Reis, responsável por esse equipamento, assim como também os técnicos que faziam o acompanhamento das creches e escolas comunitárias e os agentes de educação que atuavam nessas unidades, não aceitavam essa nova diretriz da SMDS.

Entre os anos de 1989 e 1993, segundo Tavares (1993, p.60), houve uma expansão de 500% (quinhentos por cento) na celebração de convênios entre creches e pré-escolas comunitárias e a SMDS. Ainda segundo a autora, em 1993 o número de creches conveniadas era muito superior às creches públicas da prefeitura do Rio de Janeiro. Atualmente, podemos perceber que houve um avanço significativo nesta relação, pois somente na Ilha do Governador, onde está situado meu campo de estudo, há 6 (seis) creches públicas municipais, 4 (quatro) Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDIs) e 4 (quatro) creches comunitárias conveniadas, mas que, mesmo assim, ainda hoje é um número que não supre a demanda de vaga para a pequena infância insulana.

Alguns movimentos reivindicatórios têm, contraditoriamente, gerado movimentos apoiados pelos grupos dominantes. Como exemplo, temos associações de moradores que se prestam a apaziguar relações de conflito que emergem nas camadas populares quando reivindicam determinados direitos para a população. Assim, segundo Gohn, “os movimentos reivindicatórios podem também ser absorvidos, como, por exemplo, as associações de moradores ‘pelegas’”. (GOHN, 1985, p.57)

No ano de 1988, no Guarabú, ao mudar o local de atendimento às crianças na creche conveniada Arca de Noé, Maria das Graças Reis, responsável pela creche, não teve o apoio da Associação de Moradores, que não gostou da mudança do espaço da creche, já que a própria Associação, respaldada pela SMDS, queria assumir o controle total do equipamento.

Segundo Marlene Rocha da Silva (coordenadora da creche), a responsável pela creche Arca de Noé, a Maria das Graças Reis, disse ao presidente da Associação de Moradores da época “Eu saio, mas levo a creche comigo”.

Os atores nos conflitos são cada vez mais temporários e sua função é revelar os projetos, anunciar para a sociedade que existe um problema fundamental numa dada área. ...Eles tentam mudar a vida das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana quando lutamos por mudanças mais gerais na sociedade. (MELUCCI, 1989, p. 59)

Neste sentido, os movimentos sociais parecem carregar uma rebeldia que incitam as mudanças na sociedade.

Os movimentos de rebeldia..., manifestam, em sua profundidade, esta preocupação em torno do homem e dos homens, como seres no mundo e com o mundo. Em torno do que e do como estão sendo. (FREIRE, 1987, p. 29)

Estes movimentos sociais são localizados e vêm como resposta a questões específicas deste grupo social. Assim, para além da vaga em um equipamento escolar para as crianças da pequena infância, a creche passava a representar parte do processo de emancipação e libertação das mulheres.

Dentro deste contexto, levando em consideração a política pública do governo vigente no campo educacional, a creche conveniada Arca de Noé lida com as dificuldades políticas apoiando as mulheres que precisam da creche para poder trabalhar e se emancipar dentro da conjuntura de políticas governamentais neoliberais, muito embora ainda seja hegemônica a subcontratação da mulher, quando se trata da divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2001, p. 143).

O não atendimento à demanda da creche demonstra ser em nosso estudo, o principal motivo para as mulheres ficarem desempregadas, pois, quando conseguem um trabalho, as mulheres acabam deixando as crianças com familiares ou cuidadoras, sem capacitação profissional ou equipamentos adequados que muitas vezes apresentam pouca segurança.

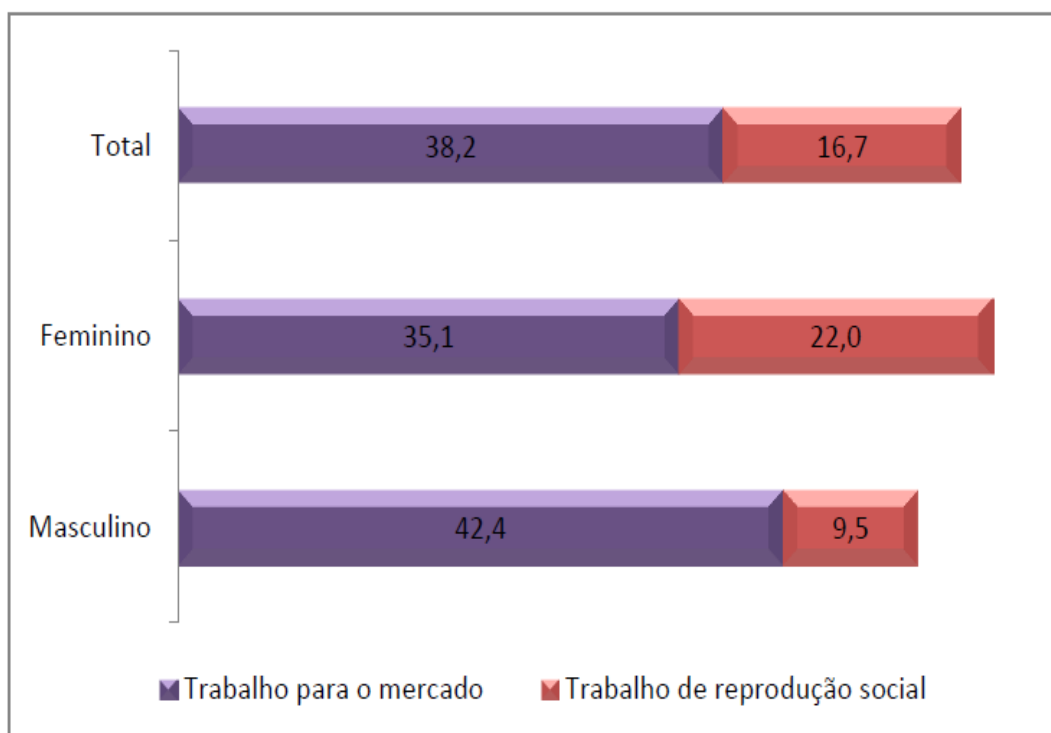
A partir do pensamento de Ana Cristina Coll Delgado (2005), percebemos que as mulheres das camadas populares desde muito cedo, algumas quando ainda meninas, têm uma rotina de cuidar dos irmãos mais novos e outras, inclusive, ingressam no mercado de trabalho.

Essas mulheres são submetidas a subempregos, algumas ainda na infância, outras no período da adolescência. Além disso, também são vítimas da política neoliberal excludente que, ao longo do processo de escolarização, reproduz mecanismos internos que muitas vezes antecipam a exclusão na vida social, potencializando o que José de Souza Martins denomina de “inclusão degradada” (1997).

Assim, a baixa escolaridade que grande parte das mulheres das classes populares possuem por seu status de classe e por terem recebido uma educação deficitária como herança da ausência de políticas públicas efetivas, vem sendo o fator primordial da inserção delas, na sua grande maioria, em profissões domésticas. Historicamente tem sido negado a elas o direito de escolha no campo profissional.

Além disso, para corroborar a situação de desigualdade na qual o gênero feminino vem sendo há décadas vilipendiado de sua força de trabalho no Brasil, é primordial, também, observar a jornada das mulheres no quadro a seguir:

Figura 7 - Jornada total de trabalho da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e tipo de trabalho.



Fonte: PNAD/ IBGE. Elaboração: IPEA, 2009

Obs.: A carga global de trabalho representa o somatório da jornada média semanal na ocupação principal com o tempo médio semanal dedicado aos afazeres domésticos.

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf >Acesso em 07/10/2016.

Ao analisar os dados anteriores, percebemos que dos sujeitos, homens e mulheres, com dezesseis anos ou mais de idade que já se encontram no mercado de trabalho remunerado, e que, simultaneamente, direcionam seu tempo aos afazeres domésticos, a carga horária de trabalho maior é da mulher, ao ser considerado também o trabalho de reprodução social, além da sua inserção no mercado de trabalho remunerado. O trabalho de reprodução social na vida privada é executado, em grande parte pela mulher, seja pela necessidade de manter sua família por ser a única provedora, ou por estar introjetada na estrutura social brasileira sexista a responsabilidade exclusiva às mulheres, casadas ou não, dos afazeres da casa e o cuidar das crianças. Esta questão é uma luta travada há mais de um século por várias mulheres no Brasil e denunciada por aquelas que se engajam na conquista e manutenção dos direitos femininos, dentre elas a educadora Maria Lacerda de Moura (1919) e que, ainda hoje, não foi resolvida. Pierre Bourdieu (1997) explica como a sociedade se reproduz continuamente através das ações de seus atores através do conceito do *habitus*, um conjunto de ações e percepções condicionantes. Contudo, as condições sócio-históricas podem ser os

limitantes desse próprio *habitus* produzido. O *habitus* tende a gerar mecanismos que rejeitam o que põe em risco as informações acumuladas. Logo, pela forma como a sociedade brasileira é estruturada, as tarefas domésticas do dia a dia garantem a continuidade do sistema social vigente, assim como ele tem sido imposto às mulheres há mais de um século.

A partir desta informação, podemos notar que na constituição familiar da maioria dos lares brasileiros, a mulher, solteira ou separada do pai da criança, acaba tendo para si toda a responsabilidade de criar o(a) filho(a), financiando seu sustento, apoiando-o(a) emocionalmente, dentre tantas outras atribuições que são conferidas a estas mulheres mães. Fato que ainda é mais acentuado quando a questão é abordada a partir da interseccionalidade de gênero, classe e etnia:

a dimensão da pobreza se aprofunda quando se vincula monoparentalidade, sexo e etnia, pois as famílias monoparentais chefiadas por mulheres negras têm se mostrado com menores condições de oferecer cuidados básicos para seus filhos (CARVALHO, *apud* BARBOSA, 2012)

Esta atuação em várias frentes na qual as mulheres das famílias matrifocais estão inseridas parece perpetuar-se, muitas vezes, desde a pequena infância até a vida adulta. De acordo com o Relatório de Desigualdade Global de Gênero 2016, do Fórum Econômico Mundial, divulgado em outubro de 2016, o país apresenta uma das maiores desigualdades do mundo, principalmente no que tange as questões salariais. Dentre os países latino-americanos, atualmente, o Brasil está atrás dos dezessete e na 129ª (centésima vigésima nona) posição em igualdade de salários, dentre os cento e quarenta e quatro países avaliados. Segundo o Relatório, as brasileiras alcançarão a igualdade salarial somente daqui a um século, em projeção feita a partir das variáveis apresentadas pela conjuntura da atualidade.

Dentro dessa perspectiva percebemos, mais uma vez, a necessidade do atendimento na creche aos filhos e filhas dessas mulheres trabalhadoras, um direito a ser garantido por estados e municípios, como previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB 9394/96.

3 O CONFLITO NO ASSENTAMENTO DA CRECHE NO GUARABÚ E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

A creche comunitária conveniada Arca de Noé iniciou o atendimento às crianças da comunidade do Guarabú na sede da Associação de Moradores, onde passou a funcionar até 2015, a creche comunitária conveniada Peter Pan.

Figura 8 – Prédio da Associação de Moradores do Guarabú



Fonte: <<http://clicanailha.com.br/associacao-do-Guarabú>> Acesso em 02 fev. 2015.

Antes de existir a creche Arca de Noé, a maioria das mulheres da favela não podia trabalhar fora. Então, aquelas que exerciam um trabalho remunerado fora de suas residências, tinham que deixar as crianças com parentes, amigos ou irmãos mais velhos.

O atendimento na Arca de Noé começou, então, em 1984, funcionando em dois turnos, com duas turmas de crianças de 3 e 4 anos. A Associação de Moradores cedeu o espaço e a prefeitura do Rio de Janeiro enviou alguns móveis e fornecia lanche para as crianças, que eram atendidas no turno da manhã ou no turno da tarde. Nesse período, a creche ainda não funcionava com o atendimento em horário integral.

Hoje, mesmo com o aumento do número de vagas, devido à oferta da creche conveniada, a demanda continua a ser grande. Há mulheres que não conseguem matricular seus filhos e têm que pagar por uma creche particular, quando podem, comprometendo grande parte do baixo salário. No caso das mulheres que não podem arcar com esta despesa, as crianças acabam ficando aos cuidados de avós, de vizinhos, de tios, de irmãos, pois contam

com a solidariedade destes, a mesma solidariedade que é um valor das famílias das camadas populares.

Ratificando a questão salarial desigual e injusta que o gênero feminino recebe em troca de sua força de trabalho, Maria Lacerda de Moura afirma que:

A mulher ganha sempre menos que o homem, embora faça trabalho igual. O ordenado de uma cozinheira e de um cozinheiro é desproporcional; o preço das mercadorias, entretanto, é igual para os sexos. Os salários das costureiras nas fábricas, das criadas de servir, de qualquer operária, nunca estão em relação às necessidades dos grandes centros industriais. A vida nas cidades, intensa, egoística não permite à mulher contar senão com os seus rendimentos. (MOURA, 1919, p.68)

A situação é muito conflitante para essas mulheres, pois a grande maioria dessas famílias são matrifocais, sem que haja a cooperação do pai na criação dessas crianças, além de haver praticamente nenhuma política pública direcionada a elas.

Na atualidade, a família das camadas populares, em especial a mulher trabalhadora, exerce diferentes papéis, tendo que dedicar grande parte do dia para o trabalho remunerado, mas enfrenta a dificuldade de uma política pública que não incentiva a inserção da criança nas creches, pois, conforme afirma Caldart, a questão da Educação Infantil é tratada com descaso no Brasil, mesmo nas áreas urbanas (1997, p.38).

Esta demanda pelas creches públicas, que é muito grande, em especial no Guarabú, deixa excluído um número maior de crianças em relação à oferta de vagas, ressaltando a necessidade de coexistirem as creches conveniadas, das quais somente a Arca de Noé atende cerca de 135 (cento e trinta e cinco) crianças.

Relembro, então, o início das atividades da creche no mês de maio de 1988, quando a creche comunitária conveniada Arca de Noé começou o atendimento no espaço atual. Foram vinte e um dias de luta das mulheres indo à Região Administrativa, conforme pode ser lido na matéria jornalística a seguir.

Figura 9 - Notícia sobre o conflito na construção da creche comunitária conveniada Arca de Noé

Construção de creche provoca briga na Ilha

A construção de uma creche num terreno destinado a uma praça do Jardim Carioca, na Ilha do Governador, na confluência das ruas Mitá e Vicente Ponte, está criando um clima de tensão entre moradores do asfalto e favelados do Morro do Guarabu. Contrária à construção da creche, já aprovada pelo Conselho Governo-Comunidade da Ilha, a Associação de Moradores do Jardim Carioca conseguiu embargar temporariamente a obra, através da Secretaria Municipal de Fazenda, enquanto moradores do Morro do Guarabu prometem terminá-la a qualquer custo.

“Criou-se uma guerra-fria entre a nossa associação e a favela”, admite Jacy Rodrigues Pereira, presidente da Associação de Moradores do Jardim Carioca. “Mas não somos contra a creche, apenas queremos a participação da comunidade, que não foi ouvida. Reivindicamos que a creche seja construída em outro local e não em uma praça que pertence à comunidade.”

“A creche é importante para nós e vai atender 90 crianças. O terreno estava com toneladas de entulho e só no final de janeiro eles limparam, quando souberam que queríamos o terreno”, rebate Maria das Graças Reis, ex-presidente da Associação de Moradores da Favela do Guarabu e coordenadora da Creche Escola Comunitária Arca de Noé.

Politiagem — Para os moradores do Jardim Carioca, a cessão do terreno para a construção da creche é mais uma jogada política da Prefeitura tendo em vista as próximas eleições — a comunidade do Guarabu tem cerca de 11 mil moradores carentes. Jacy Rodrigues Pereira lembra que o processo de cessão começou em dezembro pelas mãos do ex-administrador regional da Ilha do Governador, Luis Bitu, que na reunião do Conselho Governo-Comunidade de então informou pela primeira vez sua intenção.

De posse de uma verba de CZ\$ 1 milhão 277 mil, repassada pela LBA, Maria das Graças Reis reivindica no Conselho um terreno para a construção da **creche Arca de Noé** — ela uma entidade filantrópica sem fins lucrativos. O terreno escolhido, de cerca de 600 metros quadrados e a uns 100 metros da favela, é que gerou toda a polêmica.

Em meio a intermináveis e acaloradas discussões na Região Administrativa, o prefeito Saturnino Braga assinou o decreto 7447, em 2 de março, transformando a área de bem público de uso comum para bem público dominical (o que permite ao Município cedê-la para a construção da creche). Para acirrar mais ainda os ânimos, Maria das Graças iniciou as obras da creche nos primeiros dias de maio sem estar licenciada no 8º Departamento Regional de Licenciamento e Fiscalização.

Baseada na ilegalidade, no dia 12 a Associação de Moradores do Jardim Carioca conseguiu o embargo da obra — no mesmo dia em que, finalmente, Maria das Graças entrava com um pedido de licenciamento para as obras. Nesse mesmo dia, os favelados aprovaram, por 14 votos a 13, no Conselho Governo-Comunidade, autorização para a construção da creche na praça. Contestando o voto favorável do representante do Departamento de Parques e Jardins, Jorge Silas Domingues, por ser o arquiteto que assina o projeto da creche, a presidente da Associação do Jardim Carioca promete lutar até o fim pela urbanização da praça do bairro.

Segundo Maria das Graças, a Praça vivia suja e abandonada




Fonte: Jornal do Brasil, 18 mai. 1988, p. 4.

As mulheres participavam ativamente fazendo campanha e participando das reuniões promovidas com o objetivo de assentar a creche. Principalmente quando houve a invasão do terreno onde seria a nova sede, moradores e, inclusive, as mulheres, iam praticamente todos os dias para a antiga sede da Região Administrativa, no Cocotá, deslocando-se até outro bairro da Ilha do Governador, para reivindicarem o espaço da futura creche.

No caso do equipamento do Guarabú, entretanto, nem todos os moradores da favela eram a favor da utilização do terreno para a construção de uma creche. Alguns moradores, vizinhos à creche comunitária conveniada Arca de Noé, queriam uma praça no local. Então, a responsável pela creche, Maria das Graças Reis, uma das lideranças desta luta, foi quem, em

reuniões, convenceu os moradores que uma creche seria melhor para a comunidade do que a praça.

Antes tratadas como assistência social, a creche comunitária conveniada Arca de Noé, assim como também todas as outras creches no Brasil, passaram a ser então reconhecidas pela Constituição de 1988 como um direito educacional de todas as crianças de 0 a 6 anos incompletos, graças ao engajamento de educadoras e pedagogas. Neste sentido, a proposta se relaciona com o objetivo geral da pesquisa, que é investigar a luta das mulheres por vagas nas creches públicas e conveniadas dentro da Ilha do Governador, mais especificamente na creche comunitária conveniada Arca de Noé.

3.1 A mulher mãe e trabalhadora e a educação da infância: um recorte a partir do século XX

Todas as vitórias
ocultam uma abdicação.
Simone de Beauvoir

Ao iniciarmos o estudo sobre a luta das mulheres por vaga na creche, vimos a necessidade de buscar nas pioneiras feministas do Brasil, no início do século XX, o germen dessa luta que se tornou progressivamente interseccional, associando questões ligadas a gênero, classe e raça na pauta de reivindicações femininas no país.

O movimento feminista tem um protagonismo dentro dos movimentos sociais, tanto no Brasil como em toda a América Latina. Ele “é consequência das novas formas de trabalho intelectual e manual da mulher” (TRÓPIA, 2015). E vai além, ao expor as mazelas causadas por essa nova configuração da mulher no mercado de trabalho formal.

Nos segmentos burgueses e de classes médias, segundo Clara Zetlin, as mulheres lutam para garantir igualdade econômica com os homens e, para tanto, o fazem demandando, inicialmente, treinamento profissional igualitário (direito à co-educação, ao acesso a cursos e níveis de ensino até então monopolizados por homens) e, em segundo lugar, oportunidades iguais de trabalho para ambos os sexos. Entretanto, enquanto para as mulheres de origem burguesa a inserção profissional podia levar à desobrigação doméstica, para as mulheres das classes populares, sobretudo operárias, implicava dupla obrigação e jornada de trabalho, produção e reprodução. (TRÓPIA, 2015, p. 23)

Pois, no final do século XIX, início do século XX, a inserção da mulher no mercado é uma conquista do gênero feminino para as classes abastadas, mas torna-se uma imposição do nefasto sistema capitalista, que impele as mulheres das camadas populares a acumularem funções há séculos atribuídas a nós, mulheres, dentro da sociedade machista e patriarcal do Brasil e de toda a América Latina.

Trópia (2015) descreve as três fases pelas quais o movimento feminista vem sendo analisado. A primeira fase surge no início do século XX, com a luta por direitos políticos para as mulheres, principalmente através das reivindicações das sufragistas. A segunda fase do movimento feminista surge em torno de 1960, exigindo liberdade sexual, cujo lema era “faça amor, não faça guerra” (p.17) e, também, em oposição ao androcentrismo conservador, moralista e machista em sua essência. Já a terceira fase ocorre entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em um momento político em que o movimento feminista se engaja para defender os direitos que foram conquistados para as mulheres, sendo que as mulheres trabalhadoras são as que terão destaque nas reivindicações produzidas pelo contexto político da época.

Meu estudo pela luta das mulheres por creche apresenta o gérmen dessa luta ainda na época de militância da sufragista Bertha Lutz, no início do século XX. Entretanto, destaco a importância de Maria Lacerda de Moura que, mesmo sendo contemporânea à Lutz e tendo dialogado com a militante, Moura já vislumbrava um horizonte de lutas do gênero que abraçaria as três fases do movimento feminista que estavam por vir.

Assim, como mulher, mãe e trabalhadora e conhecendo um pouco da dura realidade das mulheres das classes populares, dialogo com o pensamento de Maria Lacerda de Moura, uma das pioneiras do feminismo no Brasil, objetivando compreender a luta das mulheres do Guarabú tanto no passado, no contexto de criação da creche em torno de 1988, quanto na atualidade.

Para falarmos sobre a mulher mãe do Guarabú fazemos, então, um recorte histórico dentro da própria história do feminismo, retomando ao início do século XX e à luta das mulheres no Brasil nesta época. Dentro deste contexto, Maria Lacerda de Moura teve uma influência muito grande no movimento operário feminino brasileiro. Nesta pesquisa, optei por conhecer a trajetória de Maria Lacerda de Moura, pois existem rupturas e permanências na configuração do processo de libertação e emancipação das mulheres do Guarabú que se relacionam ao pensamento desta autora, nascida no estado de Minas Gerais em 1887, onde foi professora de 1908 até 1921, ano que deixou de lecionar nas escolas oficiais por acreditar que

essas instituições eram autoritárias e que perpetuavam as desigualdades na sociedade (WARDE; PANIZZOLO, 2014). Neste mesmo ano, 1921, muda-se para São Paulo, distanciando-se da ação efetiva do ofício do magistério, levando-a a militar mais veementemente no movimento anarquista. Professora de Pedagogia e Higiene da Escola Normal Municipal de Barbacena, em Minas Gerais, destacou-se como feminista, anarquista e libertária, depois de sair de Barbacena, em 1921. Acreditava que a educação seria o fator regenerador do atraso do país, dando destaque à educação das mulheres. Dizia Maria Lacerda que, assim como o homem é educado para ser pai de família, para os deveres do lar e para trabalhar, a mulher, para muito além de ser forjada a cumprir o papel de esposa e mãe, também deveria ser educada para a vida social.

Quando vem morar em São Paulo, em 1921, a proximidade com os meios operários e, principalmente, com as operárias, faz com que a construção do seu pensamento e a aproximação ao movimento vá crescendo. Maria Lacerda começa, então, a divulgar que a organização capitalista, burguesa é quem explora homem e mulher e, inclusive, vai levar a mulher à situação de submissão (CORREA, *apud* MENDES, 2010, p.9). Pois para Moura, a mulher casada, solteira ou viúva, é escrava do salário do pai, do marido, do patrão, do líder espiritual da sociedade. Nessa época, é muito claro o padrão da *boa mulher*, da dona de casa, que cuida do lar, está sempre em casa, aguardando a chegada do marido. Esse padrão é, então, legitimado pela ciência, pela moda, pela indústria, pela propaganda. Na área urbana, há um ambiente muito fértil sobre o assunto e Maria Lacerda explora estas questões.

A autora questiona os papéis femininos e, também, questiona o feminismo de Bertha Lutz, que dá ênfase ao direito da mulher ao voto, pois, durante a década de 1920, Maria Lacerda passa a perceber esse direito ao voto como uma conquista ainda muito limitada para atingir a emancipação feminina. Segundo a autora, o voto seria só uma maneira de assumir que a mulher precisaria ser dirigida e não uma maneira de libertação, contrapondo-se, assim, à ideia de que a mulher deveria questionar esses papéis impostos a ela na sociedade (MENDES, 2010).

Com isso, Maria Lacerda expõe que a ação educativa é a questão central para a mulher se emancipar:

Cumpre desembaraçá-la das peias que a encarceram mentalmente. Enquanto não souber pensar será instrumento passivo em favor das instituições do passado. E ela própria, inconsequente, trabalha pela sua escravidão. E o cativo é tal que se revolta se outras mulheres querem elevá-la à altura dos seus direitos clamando contra a violação do pensamento feminino. (MOURA, 1922, *apud*: LEITE, 1984, p.20)

Sebastiana de Aquino Barbosa, uma das diversas mulheres que habitam esta pesquisa e que nos emprestam sua voz, nascida em 1934, ouvia de seu pai que a mulher não precisava estudar e que deveria sim, *arrumar um bom casamento*, que traduzia-se em um homem trabalhador e que pagasse as contas, enquanto a mulher ficaria cuidando das crianças, trabalhando em casa, sem receber nenhuma remuneração por essas funções.

Entrevistadora: - Você chegou a fazer curso de professora *pra* trabalhar com o Mobral na Associação de Moradores?

Tiana: - Mas eu, quando era moça, eu era doida para ser professora. Naquele tempo, os pais diziam assim “- Para que estudar? Casa!”, aí não deixava a gente estudar, não. (BARBOSA, 13 abr. 2016)

Dentro da perspectiva de que a educação é a base da transformação, a libertação e a emancipação femininas, segundo Maria Lacerda, tinham que ser trabalhadas a partir da educação e, em alguns momentos, as questões de classe e de gênero que passam a ter mais visibilidade com a autora, eram vistas como algo que seria conquistado somente concomitantes à educação feminina.

Enquanto não pensar, em vão tentaremos quebrar os grilhões para a nossa independência individual; a mulher é escrava; dependente do salário, do homem, do seu capital. Assim é impossível a libertação. Seu cérebro foi considerado infantil pelo egoísmo masculino dos ancestrais. (MOURA, 1922, *apud*: LEITE, 1984, p.20)

Mesmo com críticas a uma concepção muito essencialista da condição feminina, o pensamento de Maria Lacerda está muito além de seu tempo, pois, questões como controle do corpo, liberdade de escolha, que ainda hoje permanecem como pauta para discussão, a referida autora já debatia na década de 1920.

À luz do exposto, segundo as políticas feministas na atualidade, há uma releitura entre as mulheres sobre a importância da maternidade e a opção de (não) gerar filhos(as), que é consequência da possibilidade da mulher fazer uso dos avanços da ciência no campo da reprodução, para propiciar escolhas independentes a favor da autonomia de seu corpo.

Uma das bandeiras do feminismo atualmente sobre o controle do corpo e liberdade de escolha é expressa pelas palavras de ordem *nosso corpo nos pertence* (SCAVONE, 2010), onde o corpo feminino é o elemento central das relações entre os gêneros, seja no espaço público ou mesmo no espaço privado. Este clamor coletivo de liberdade e tática de resistência traz um novo significado ao corpo, ao por em xeque os corpos disciplinados e controlados, com base na experiência cotidiana da vida privada do modelo patriarcal e heteronormativo de família. A sexualidade feminina livre de uma gravidez não planejada significa o rompimento

com o determinismo biológico da maternidade, pois o ventre pertence à mulher que, se quiser ser mãe, em um processo consciente de escolha, pode e deve, segundo minha compreensão, definir qual o melhor momento para viver a experiência da maternidade.

3.1.1 A luta cotidiana das mulheres e a questão da conscientização

“Costuma-se pensar que eu sou o autor deste estranho vocábulo, ‘conscientização’, por ele ser o conceito central de minhas ideias sobre a educação”. Na realidade, ele foi criado por uma equipe de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, em 1964, aproximadamente... Quando ouvi pela primeira vez o termo conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, pois estava absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma abordagem crítica da realidade.” (FREIRE, 2016, p.55)²⁶

O pensamento de Paulo Freire, pertinente à fundamentação filosófica libertadora, pensa o homem e a mulher libertos das amarras que os prendem a crenças limitadoras, crenças estas forjadas no seio das classes dominantes. A ação conscientizadora para Freire tem o papel primordial na vida dos sujeitos das camadas populares para libertá-los do jugo opressor político-econômico que os relegam ao lugar de oprimido. Esta ação libertadora pode ser, então, o meio pelo qual o(a) oprimido(a) se conscientiza de sua situação de explorado(a) pelos donos do poder, seja este poder com origem na política ou no mercado financeiro, em muitos casos com origem em ambos. Esta usurpação de direitos básicos do sujeito, elaborada por um projeto perverso do Estado de corte de investimento em alimentação, saúde, moradia, educação, saneamento, dentre outros, faz com que seja potencializada a desigualdade social no país. Para lutar contra este cenário caótico, o sujeito precisa se conscientizar de sua condição sócio-política nos espaços que circula e interage com outros sujeitos, conquistando, assim, sua autonomia para construir junto aos seus uma agenda de luta por questões oriundas da ausência de políticas públicas voltadas à população de baixa ou mesmo nenhuma renda. Portanto, liberdade, autonomia e luta política são conceitos que perpassam por todo o pensamento de Paulo Freire.

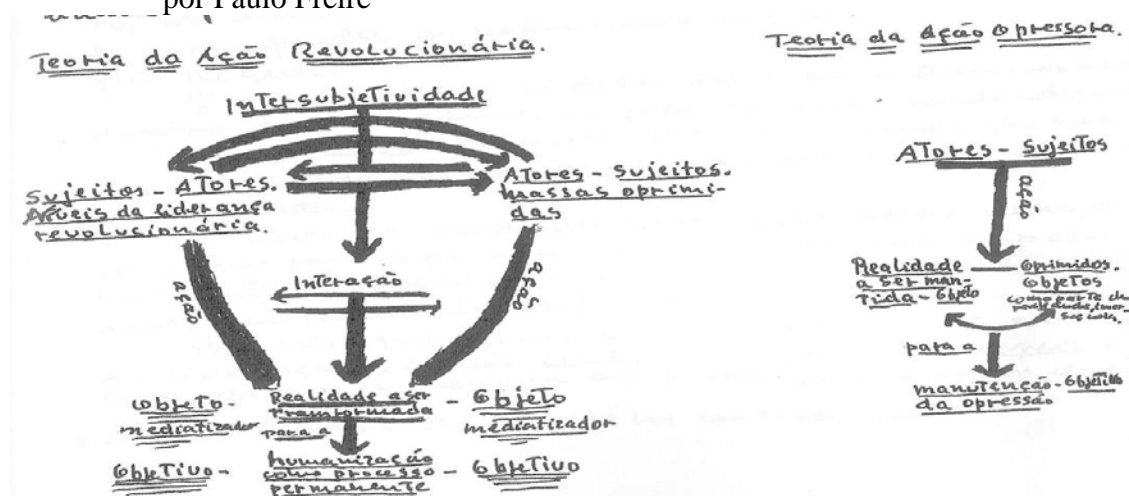
Na década de 1960, Paulo Freire vai para o interior do Brasil, em Angicos, Pernambuco, iniciando as práticas pedagógicas que, mais tarde, ficariam conhecidas em

²⁶ Os criadores do conceito de “Conscientização”, segundo Sales Augusto dos Santos, foram o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos e o filósofo Álvaro Pinto no ISEB, em 1964 (SANTOS, 2015, P. 59).

países da América Latina, Europa e África. Em sua prática, defendia que os currículos deveriam ser diferenciados de região para região, pois o Brasil possui um território de dimensões muito grandes, o que faz com que tenhamos diferenças regionais díspares, impedindo, portanto, que seja implantado um currículo mínimo que tenha o mesmo valor, o mesmo significado para sujeitos de norte a sul do país. Logo, o currículo precisa ser diferenciado, dando ênfase às regionalidades, valorizando, desta forma, o cotidiano, a realidade dos diferentes sujeitos envolvidos no ato educativo.

Freire, em seu período de exílio político, também atuou em outros países, como o Chile. Contratado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como professor e consultor para assuntos relacionados à educação, levando seu pensamento conscientizador para diversos países, principalmente da América Latina, é também um grande nome dentro da Educação na Europa e na África. Entretanto, no período em que foi obrigado a sair do Brasil, suas ideias libertadoras e políticas foram postas à margem das propostas então vigentes, pois suas ideias representavam um perigo iminente para a proposta do regime militar em subalternizar as massas, tornando-as não pensantes, acríticas. Paulo Freire era perseguido por fazer com que homens e mulheres se tornassem conscientes de sua realidade, através da realidade sócio-histórica cultural onde cada um pudesse estar consciente do papel que ocupa na sociedade. Além da consciência sobre o seu lugar, consciência sobre o seu opressor. Pautada então na conscientização, as ideias de Paulo Freire apresentavam um risco que poria em xeque a ditadura militar instaurada no país.

Figura 10 – Esquemas da teoria da ação revolucionária e da teoria da ação opressora, por Paulo Freire



Fonte: FREIRE, Paulo. Manuscrito do livro Pedagogia do Oprimido, 1968, disponível em <<http://acervo.paulofreire.org:80/xmlui/handle/7891/3629>> Acesso em 16 mar. 2015.

Estes esquemas da página anterior, presentes no manuscrito de Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, expõem de forma clara como ocorre o processo da ação revolucionária e, também, como funciona antagonicamente o esquema da ação opressora. Assim, Paulo Freire, com base na relação entre as questões que oprimem os sujeitos das camadas populares, as diferenças sociais e as questões sócio-culturais, implementa a ideia de como ocorre a conscientização dos sujeitos a partir da “Teoria da Ação Revolucionária”, em contraposição à “Teoria da Ação Opressora”. Partindo da análise desse esquema, Paulo Freire afirma, quanto aos sujeitos, que:

Pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair no engodo populista e transformá-los em massa de manobra. (FREIRE, 1987, p.29)

Contribuir para a formação de uma sociedade mais democrática, com o objetivo de levar homens e mulheres a se perceberem como sujeitos na história. Essa parece ser uma ideia muito cara ao pensamento de Paulo Freire. Para Freire, na relação dialógica é descoberto do que o oprimido deve ser libertado, deixando claro quem é o opressor. O vínculo de Paulo Freire, então passa a ser com as classes operárias, economicamente desfavorecidas. Intensifica sua ação no Norte e no Nordeste do Brasil, mas disponibiliza suas concepções e reflexões para que outros(as) pudessem, também, divulgá-las e implementá-las nas outras regiões do país.

Paulo Freire levava o homem e a mulher à consciência de si e do mundo em que vivem, provocando nestes sujeitos a busca de uma mudança política no país. Justamente por este motivo as ideias de Paulo Freire são, até hoje, execradas por grupos de direita, interessados em manter seu *status quo*.

Figura 11 – Faixa contra as ideias de Paulo Freire, na manifestação reacionária em oposição ao governo brasileiro, no ano de 2015



Fonte: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/03/19/>> Acesso em 18 jan. 2017.

Assim, devido à criticidade e pelo alto conteúdo político de seu legado, temos visto na atualidade muitos ataques ao pensamento Freireano,

Pareceu-me oportuno, entre outras coisas, começar por outros fronts a desmistificação da conscientização, tentando destruir as ilusões idealistas segundo as quais se pretende mudar os homens sem mudar a realidade em que se encontram. (FREIRE, 2016, p. 161)

Os ataques são articulados justamente por pessoas e grupos interessados na manutenção de privilégios e poder, que, no sistema capitalista em que vivemos, estão sempre interligados. Estes atores acabam mobilizando outros que, mesmo vivendo em situação de pobreza, mas que passaram por uma melhora significativa no país entre os anos de 2003 a 2015, reproduzem acriticamente o discurso do opressor, que *ilude* as pessoas com a falsa promessa de que é possível somente *mudar os homens sem mudar a realidade em que se encontram*. Ou seja, o povo não foi conscientizado politicamente, então o(a) opressor(a) tem mais poder de coerção sobre o(a) oprimido(a). Isto ocorre porque, sob o meu ponto de vista, infelizmente o projeto de conscientização dos oprimidos de Paulo Freire não foi levado adiante, com a intensidade que deveria ter.

De acordo com o pensamento de Paulo Freire, a conscientização não ocorre de uma hora para outra. Há etapas para esse alcance da consciência que, primeiro, levam o sujeito à consciência de si, numa perspectiva dialógica. E, então, a partir do diálogo constante é que

homens e mulheres são levados a pensar sobre a realidade em que vivem. Na dialogicidade, os sujeitos pensam seu lugar no mundo que o cerca e vai se transformando cada vez mais e tendo mais consciência de si e de sua realidade. O diálogo é, conforme define o próprio conceito da palavra, uma ação com mais de um sujeito envolvido no processo. É através desse diálogo, a partir dessa experiência de mundo dos sujeitos envolvidos no processo, que ocorre a reflexão crítica. Nesse momento, então, que a consciência de si vai tomando corpo e nessa ação vai sendo construído um novo sujeito, capaz de agir sobre si e sobre o meio no qual interage. Assim, a partir da dialogicidade ocorrida entre as mulheres desse estudo e representantes do poder público, como, por exemplo, na reunião com funcionários da LBA (Legião Brasileira de Assistência) e a comunidade, quando é externada pela Maria das Graças Reis a ideia sobre uma creche, é que ocorre a reflexão crítica sobre a situação de vulnerabilidade que as crianças da favela são expostas, quando seus responsáveis têm que sair de casa para o trabalho, pois não havia uma creche na comunidade onde os(as) pequenos(as) pudessem receber cuidado e educação, enquanto sua mãe, sobre quem sempre recai toda a responsabilidade do(a) filho(a), vai para seu trabalho remunerado.

Pensar sobre as questões que nos cercam. É para essa finalidade que Paulo Freire pensa a conscientização humana. Educar para a liberdade. Levar o homem e a mulher a terem consciência de si e do mundo. Ter liberdade. Agir livremente. Ser autônomo no que faz, sem depender que outro o direcione. Ter liberdade para agir concretamente, transformando seu próprio lugar de ação, sua própria liberdade. Autonomia e liberdade são conceitos sócio-históricos que, dentro do dia a dia dos sujeitos, estão diretamente relacionados à realidade social de homens e mulheres e à história geral. Ser ativo, reflexivo e ter consciência de si. Esse é o conjunto de ações que, dialogicamente, podem mobilizar o sujeito para a conscientização, tão necessária a homens e mulheres e fundamental para as camadas populares, principalmente ao gênero feminino.

3.2 A conscientização das mulheres e a (não) maternidade

... não fazer filhos para a guerra, exigir melhores condições para criá-los e, sobretudo, tirar dos ombros das mulheres, principalmente das pobres, a responsabilidade da sobrevivência da família eram sua bandeira[de Maria Lacerda de Moura]. De enorme atualidade, aliás. (PRIORE, 2013, p. 153)

A partir do diálogo com a citação da historiadora Mary Del Priore sobre Maria Lacerda de Moura, podemos perceber que a educadora Maria Lacerda nos mostra que *exigir melhores condições para criar os filhos* é uma luta que vem sido travada pelas mulheres desde o início do século XX, época de militância da educadora. No bojo dessa luta, percebemos que *tirar dos ombros das mulheres, principalmente das pobres, a responsabilidade da sobrevivência da família*, dando fim à desigualdade de gênero presente na sociedade brasileira é um fator primordial para que as mulheres não sejam mais submetidas às limitações impostas pela estrutura machista, patriarcal da sociedade brasileira. Além disso, outra questão importante para Maria Lacerda de Moura é a maternidade livre do estereótipo burguês da mulher “rainha do lar”.

Neste sentido, na década de 1930, Maria Lacerda vai participar de conferências, sugerindo a greve dos ventres às mulheres, ou seja, que as mulheres se recusassem a ter filhos para não fornecerem, posteriormente, mão de obra ao Estado, governado então por Getúlio Vargas, que tomou o poder através do Golpe de 1930²⁷.

A autora começa, então, a defender a maternidade livre e consciente, pois, na década de 1920, argumentava que a maternidade não era uma missão divina e natural, como afirmavam médicos e juristas. Atualmente, ainda encontramos permanência na sociedade em relação a este pensamento. Assim, Maria Lacerda via a possibilidade de maternidade como um momento em que a mulher deveria estar consciente de sua escolha em ser mãe ou não, o que a leva a defender a ideia do controle de natalidade, pois, assim, não estaria auxiliando na campanha de expansão demográfica do presidente Getúlio Vargas, no período entre as duas Grandes Guerras mundiais.

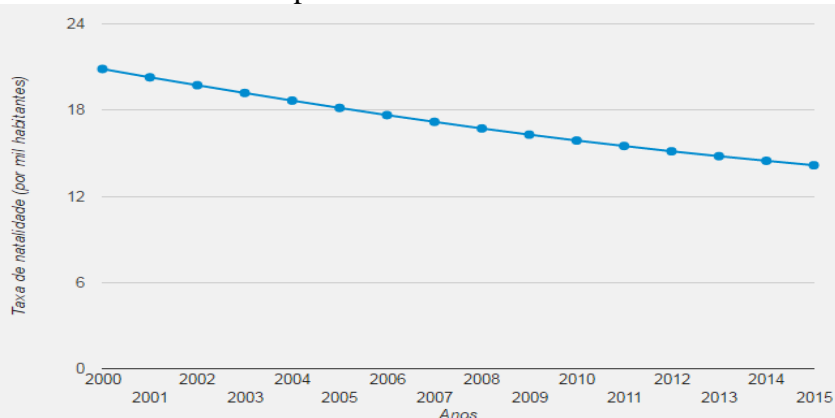
A partir do pensamento da autora, tomemos como herança aos movimentos feministas deste século, a conscientização das mulheres de seu estado servil em relação à maternidade perante a sociedade patriarcal. Na atualidade, há uma onda conservadora que culpabiliza covardemente a mulher única e exclusivamente pelo (não) cuidado com as crianças. Essa responsabilização no cuidado com os(as) filhos(as) tem sido pauta de discussão e bandeira de luta nos movimentos feministas pela igualdade de gênero, onde o homem deve exercer a paternidade responsável, para além de ser somente no sustento financeiro, pois ao homem não cabe somente o papel de “ajudar” com o pagamento da pensão alimentícia, na medida em que a grande maioria dos homens possuem uma relação econômica com os(as) filhos(as), mas não

²⁷Entre as décadas de 1920 e 1930, Maria Lacerda se opõe fortemente ao fascismo e, por conta dessa militância, ela é considerada uma das primeiras mulheres antifascistas das Américas.

dividem a relação emocional das crianças com as mães, deixando as noites insones causadas pelas doenças na infância muitas vezes somente a cargo da mulher. Fato que pude constatar em minha trajetória como mãe, além de poder presenciar este distanciamento do homem na responsabilidade com os(as) filhos(as), também quando lecionava, pois quem comparecia à escola eram, em sua grande maioria, as mulheres, mesmo que tivessem que despende um tempo de seu trabalho remunerado para se fazerem presentes na vida escolar do(a) filho(a).

Esta estrutura patriarcal na qual a mulher está inserida, leva muitas mães a abandonarem o projeto de ascensão profissional para cuidarem dos(as) filhos(as), quando não há o apoio de equipamentos de cuidado e ensino para os(as) pequenos(as) e, principalmente, quando a maternidade é o único vínculo que essa criança possui, em detrimento da atuação do homem no dia a dia dos(as) filhos(as). Assim, muitas mulheres que tiveram que se inserir no mercado de trabalho para serem provedoras de seus lares, principalmente a partir de final dos anos 1970, enfrentam muitas barreiras, visíveis e invisíveis, ao optar em ser mãe e, simultaneamente, progredir em uma carreira profissional. A partir desse panorama, estudos revelam que a taxa de natalidade tem caído, inclusive entre as camadas populares (ALVES, 2009). Entretanto, o Brasil ainda possui uma alta taxa, se compararmos à Alemanha, líder no ranking mundial em baixa taxa de natalidade que apresentou, no ano de 2015, 8,2 nascimentos para cada mil habitantes²⁸.

Figura 12 - Taxa bruta de natalidade por mil habitantes - Brasil de 2000 a 2015



Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil, 2013, disponível em:

< http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/ > Acesso em 8 mar. 2017.

²⁸Fonte: <<http://www.ufjf.br/ladem/2015/05/31/alemanha-desbanca-japao-e-passa-a-ter-menor-taxa-de-natalidade-do-mundo/>>

Conforme dados do gráfico anterior elaborado a partir da pesquisa do IBGE no Brasil, em 2015 tivemos uma taxa de 14,16 a cada mil habitantes. No caso da Alemanha, a baixa taxa de natalidade acaba culminando em políticas públicas para incentivo de aumento da população, pois, segundo Arno Probst, representante da BDO²⁹, devido à baixa taxa de natalidade, os empregadores alemães vão enfrentar demandas por maiores salários.

A partir dessa constatação e retomando o pensamento de Maria Lacerda de Moura (1919) quando propôs a *greve dos ventres*, as mulheres brasileiras das camadas populares poderiam contribuir, em minha compreensão, para continuar a redução da taxa de natalidade de forma mais enérgica, principalmente por esta ser uma forma de pressão para que políticas de gênero sejam propostas e executadas pelos governos, na sua maioria machistas e sexistas.

Entretanto, é muito importante ressaltar que nenhum sistema social é imutável e, embora o *habitus* societário possua mecanismos que levem à reprodução e à manutenção de sua existência, existe também a possibilidade de transformação da realidade, quanto mais engajados à causa da libertação do sistema opressor que o *habitus* pode vir a perpetuar, ou seja, quanto mais conscientes forem os sujeitos dessa sociedade, sobretudo na capacidade de agenciamentos mobilizadores à transformação social.

²⁹ BDO (*Binder Dijker Otte & Co*): empresa de auditoria alemã que, em conjunto com o Instituto de Economia Internacional de Hamburgo (HWWI), fez a pesquisa sobre taxa de natalidade na Alemanha, no ano de 2015.

4 A CRECHE COMUNITÁRIA CONVENIADA NO GUARABÚ E OS DESAFIOS DO PRESENTE

Durante o trabalho de pesquisa no campo, novas situações são apresentadas ao meu trabalho de investigação. Buscando contato com moradores do Guarabú que residiam no local no período da década de 1980, momento de constituição da creche comunitária conveniada Arca de Noé, encontrei Maria da Conceição dos Santos de Souza, que foi apresentada à militância durante sua atuação na JOC (Juventude Operária Católica). Antes de 1964, os setores militantes da Igreja atuavam nos sindicatos e no movimento estudantil por meio da JOC (Juventude Operária Católica) e das Juventudes Estudantil e Universitária Católica (JEC e JUC). Dentro do novo espírito de aproximar-se do povo, sobretudo dos pobres, a Igreja Católica passou a trabalhar também com as populações marginalizadas das periferias urbanas. O trabalho religioso ligava-se diretamente às condições sociais desses grupos e era ao mesmo tempo um esforço de conscientização política. Alguns teóricos da teologia da libertação aproximaram-se abertamente do marxismo. As CEBs que surgiram em torno de 1975, expandiram-se por todo o país, abrangendo também as áreas rurais. (CARVALHO, 2001, p. 183)

Maria da Conceição dos Santos de Souza, então, levou-me à casa de Sebastiana de Aquino Barbosa, a Tiana, uma senhora de 82 (oitenta e dois) anos, mãe de 8 (oito) filhos, dona de um semblante doce e ao mesmo tempo austero. Sebastiana de Aquino Barbosa era uma das líderes comunitárias da favela, assim como Maria da Conceição dos Santos de Souza e Maria das Graças Reis, da Arca de Noé. Sebastiana de Aquino Barbosa e a mãe de Maria da Conceição dos Santos de Souza foram umas das primeiras moradoras do morro, que há aproximadamente 70 (setenta) anos atrás, era somente um grande campo de plantação de aipim. Cenário bem diferente da atualidade, pois na favela do Guarabú de hoje encontro muitas casas, equipamentos de ensino gerenciados pela prefeitura e um pequeno comércio, distribuídos em muitas ruas, becos e vielas.

Surgem à tona, então, lembranças, documentos e fotos de uma época de mobilização para conquista de benfeitorias a partir das necessidades dos moradores. Essa mobilização confirma o pensamento de Gohn, quando a autora afirma ser “a partir das necessidades que grupos de pessoas lutam pelos direitos básicos dos sujeitos” (GOHN, 1985).

Com a retirada da creche comunitária conveniada Arca de Noé da sede da Associação de Moradores do Guarabú, em 1985, uma nova creche é inaugurada, no mesmo espaço: a creche comunitária conveniada Peter Pan.

Figura 13 – As crianças da Creche Comunitária Conveniada Peter Pan



Fonte: Arquivo pessoal de Sebastiana de Aquino Barbosa, 1992.

A meta para esta creche era prestar atendimento a 65 (sessenta e cinco) crianças. O último convênio ratificado entre a Associação dos Moradores do Guarabú, responsável legal pela creche Peter Pan, e a prefeitura do Rio de Janeiro data de 30 de junho de 2014.

No ano de 2015 esta creche fecha as portas, encerrando o atendimento às crianças, pois nos últimos meses de funcionamento não atingia o número da meta de atendimento às crianças da comunidade, tendo que fazer a devolução da verba *per capita* que a Associação de Moradores havia recebido e não utilizou. Ultimamente, a maioria das mães preferia aguardar na lista de espera da Arca de Noé ou de outras creches mais distantes, do que matricular seu(a) filho(a) na Peter Pan. Algumas afirmavam que bem próximo ao prédio da Peter Pan / da Associação não era um local seguro. Uma grande perda para a comunidade, pois a estrutura do equipamento era ampla, arejada, iluminada e poderia estar cuidando e educando 65 (sessenta e cinco) crianças da comunidade.

Em 2012, é inaugurado na favela o EDI (Espaço de Desenvolvimento Infantil) José de Souza Ramos, construído com verba oriunda da Secretaria Municipal de Habitação, através do Programa *Morar Carioca*, para atender a 150 (cento e cinquenta) crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses, no Guarabú.

Figura 14 – Entrada da favela do Guarabú, antes da construção do EDI José de Souza Ramos



Fonte: Arquivo pessoal de Sebastiana de Aquino Barbosa, 2009.

Figura 15 – Entrada da favela do Guarabú, na inauguração do EDI José de Souza Ramos, em 22/07/2012



Fonte: Jornal O Globo, 22 jul. 2012, disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/nova-creche-municipal-atendera-150-criancas-em-comunidade-5528613>> .

Entretanto, mesmo com a ampliação do número de vagas para as crianças da pequena infância, as mulheres trabalhadoras da favela ainda aguardam na lista de espera da creche comunitária conveniada Arca de Noé e do EDI José de Souza Ramos. Essas mulheres, então, buscam no Conselho Tutelar, no Ministério Público e na Vara da Infância a solução para este problema. Mas parece ser uma busca solitária, ainda não mobilizadora de um grupo, como ocorreu na época da construção da Arca de Noé. Segundo Paulo Freire “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p. 29). Portanto, o sujeito sozinho pode resolver paliativamente uma situação. O coletivo consegue transformar a realidade de uma favela, de um bairro. Assim, as relações entre os sujeitos devem contemplar a dialogicidade, na perspectiva da subjetividade, para a efetivação de ações críticas dentro da realidade, as opressões que se estabelecem em nossa sociedade, não produzem elementos que conduzam à emancipação dos sujeitos. Na sociedade na qual estamos inseridos(as), que é direcionada majoritariamente pelos interesses das camadas dominantes e opressoras, a prática da liberdade é entendida como subversão à ordem vigente, como podemos perceber, atualmente, na criminalização das manifestações de movimentos que apresentem nas reivindicações ideias de esquerda, opostas ao pensamento e às ações do governo. Esta criminalização é, inclusive, amplamente apoiada pelos meios de comunicação de massa (jornal, rádio, televisão) que atingem a massa, a *mass-media*, a mesma que segundo Mello e Sant’anna (1993, p. 32) vêm reforçando a imagem feminina de subordinação econômica e, também, sócio-política. Tal pensamento nos remete à necessidade de emancipação da situação de opressão sobre o(a) oprimido(a), na qual é o(a) refém, e a consciência ingênua que possui não o(a) deixa perceber a sua vocação ontológica de ser sujeito de sua própria existência. Dessa forma, o sujeito, alcançando a consciência crítica, deve abandonar o anonimato da massificação, que o torna, segundo Paulo Freire (1967), sem esperança e sem fé, um ser domesticado. O sujeito deve, portanto, ir de encontro a essa condição de massa, buscando uma prática para a liberdade, reivindicando para as demandas das camadas populares que foram geradas pela crueldade do regime capitalista em que estamos inseridos(as), políticas públicas que se efetivem enquanto ação emancipatória de desenvolvimento social para todos(as) e não somente para a minoria que detém o poder político-econômico no país.

4.1 É possível afirmar a creche como um espaço de acolhimento ao coletivo infantil?

Na atualidade, na cidade do Rio de Janeiro, pensar políticas públicas para os (as) filhos (as) de mulheres trabalhadoras, mães chefes de famílias ou não, quanto ao atendimento das crianças na creche, em especial nas creches comunitárias conveniadas, nosso campo de pesquisa, requer, inicialmente, que tracemos um breve panorama sobre a construção social da(s) infância(s), mesmo que de forma resumida.

Para começarmos a dialogar com o processo de construção social da infância, voltemo-nos à origem etimológica do termo infância, onde *infans* é definido por *o que não fala*. Porém, indo de encontro ao significado do termo, “... a infância não é a idade da não-fala: todas as crianças, desde bebês, têm múltiplas linguagens (gestuais, corporais, plásticas e verbais) por que se expressam” (SARMENTO, 2007, p.35).

No ano de 1960, Philippe Ariès torna-se um pesquisador pioneiro ao apresentar a infância como uma categoria social. A partir de seus estudos, outras concepções da criança, que historicamente por vários momentos coexistem, são propostas para justificar a ação dos adultos em relação às crianças. Assim, a partir do ponto de vista do adulto quanto às ausências constatadas nas crianças, as imagens pré-sociológicas da criança são: a *criança má*, que não é “domesticada” pela razão e que, na atualidade, é a que referencia perversamente a imagem de criança da maioria das crianças das camadas populares (SARMENTO, 2007, p.31); a *criança inocente*, que é desta forma classificada por influência do pensamento rousseauiano, defende que a sociedade é quem vai perverter a criança; a *criança imanente*, que é considerada como uma tabula rasa e que prevê a infância moldada, fundamentada na filosofia empirista de Aristóteles e que tem em John Locke seu principal representante; a *criança naturalmente desenvolvida*, visão hegemônica dentre as imagens da infância na contemporaneidade e tem em Jean Piaget o principal referencial para entender a criança, um ser natural, antes de social, que perpassa pelos estágios maturacionais; e, dentre essas imagens pré-sociológicas descritas anteriormente, finalizamos com a *criança inconsciente*, referenciada nos pensamentos de Freud que, se em uma análise realizada nesta criança quando chega à fase adulta e houver um desvio de conduta, pode levar à imagem da *criança má*, pelo determinismo que a concepção da criança inconsciente carrega.

Dentro deste panorama, a partir do início da modernidade, as práticas educacionais e legais direcionadas para a(s) infância(s) vêm, ainda, se fundamentando nas imagens pré-

sociológicas influenciadas pela filosofia, pela psicologia do desenvolvimento e pela psicanálise. Logo, ao serem utilizadas como referência conceitual, essas imagens pré-sociológicas condicionam e, inclusive, justificam as ações de políticas públicas implementadas para a(s) infância(s).

Nessa perspectiva, enfrentamos o desafio de investigar qual o nível de importância da creche para as mães que utilizam o serviço prestado com a participação do poder público da cidade, a partir de convênio com a prefeitura do Rio de Janeiro. Neste espaço de educação infantil constituído de crianças da pequena infância, mais especificamente neste estudo a criança pequena usuária da creche, entendo que deva ser possível a construção de uma proposta pedagógica que crie possibilidades para o desenvolvimento integral da criança, uma vez que a criança pequena é sujeito, fruto das interações sociais que vivencia (KRAMER, 1995). As crianças são sujeitos singulares, históricos, sujeitos políticos, de direitos (TAVARES, 2015).

Percebo, então, que logo no início da pequena infância, as crianças são inseridas em processos de socialização através da instituição educativa das suas potencialidades, mas, apesar das tentativas de homogeneização dos seus saberes, elas nos dão pistas a todo o momento que ocupam o papel de sujeito nas relações que estabelecem com as outras crianças, com os adultos e com os diversos saberes presentes em seu contexto.

Quanto aos direitos políticos destas crianças, dentro da historiografia da infância, acabou sendo gerado um consenso de que as crianças deveriam ser privadas desses direitos, principalmente no início do século XX, uma época que presenciou grandes mudanças no cenário sócio-político mundial. Neste período, muitas questões e, dentre estas, o direito à participação política, estavam em pauta nas reivindicações populares. Mas, mesmo se a participação política da criança fosse efetiva, isto não garantiria seus direitos, pois o que urge nesta situação é o reconhecimento legítimo desta participação.

Desta forma, a ausência da legitimidade na participação política da criança vem causar a invisibilização infantil, principalmente das crianças de zero a seis anos. Partindo desta premissa, as crianças das camadas populares são as que mais sofrem com o perverso efeito das desigualdades sociais, passando por privações econômicas, culturais, educacionais e sociais. Fato que tem como suporte a quase nulidade de estudos científicos acerca das crianças e da (s) infância (s), em especial na área da Educação.

Essa invisibilização tem como consequência nefasta a implementação de pouquíssimas ações de políticas públicas voltadas para as crianças, principalmente as que residem no estado

do Rio de Janeiro. Entretanto, em algumas comunidades e sociedades do oriente e do hemisfério sul, as crianças participam também da vida política do seu meio social, contrapondo-se à restrição dos direitos políticos para as crianças ocidentais. O que demonstra ser possível a participação política das crianças nas decisões dos grupos nos quais estão inseridas, pois a criança é um sujeito ativo no processo de subjetivação como ator e autor dentro da sociedade em que vive e convive com outras crianças e com adultos, construindo ativamente sua identidade no momento em que estabelece relações dinâmicas com a família, a creche, a escola e com outros grupos com os quais tem contato durante suas interações.

Percebemos, então, que há, na verdade, múltiplas infâncias nas imagens da infância e que, por isso, a infância não pode ser analisada como um período da vida natural, universal, homogênea. Logo, a criança é um ser interativo e ativo, que precisa sempre de novos desafios para validar os conhecimentos que possuem e adquirir novos conhecimentos. A educação da criança da primeira infância na creche pode ser um contexto social privilegiado para mudanças significativas no processo de desenvolvimento infantil, tendo em vista que, no percurso de educação da criança pequena, potencializar a natureza educativa da creche pode ser uma forma de lhe oferecer especificidades culturais, sociais, epistêmicas, cognitivas, corporais, lúdicas, afetivas, enfim, todo um ambiente de formação humana que possa reforçar a sua diferenciação dos demais níveis de equipamentos educativos.

Dessa forma, o contexto social, cultural e educativo no qual a criança na primeira infância está inserida é um aspecto muito importante a ser considerado no processo de construção de conhecimentos. Saber como criar oportunidade para que ela se expresse e construa conhecimentos, manifestando a sua curiosidade, abre um leque de possibilidades de intervenções educativas. A criança como um sujeito ativo e reflexivo, vai construindo conhecimentos através da mediação dos educadores e de outras crianças no cotidiano da creche.

Em contrapartida, percebemos, ainda hoje, que prevalece a visão que a função social da creche abrange ações especificamente assistencialistas. Para muitos, o cuidar é a única função da instituição: espera-se que as funcionárias da creche, que ainda é um espaço praticamente exclusivo do gênero feminino, apenas cuidem do bem estar físico da criança, alimentando-a e higienizando-a.

Outra questão importante para o desenvolvimento do processo educacional, que precisa ser feito a partir de uma intencionalidade, é a organização dos espaços na educação infantil, no sentido de favorecer o atendimento educativo às crianças, garantindo o

desenvolvimento da autonomia e a interação com o(a) outro(a) e com o mundo a ser conhecido. A organização curricular na creche, seus tempos e espaços poderia contemplar, então, uma educação numa perspectiva construtora de conhecimentos, através de atividades significativas e intervenções pedagógicas, que possibilitem o desenvolvimento e o aprendizado das crianças a partir da interação com o(a) outro(a), sendo com outras crianças, com os adultos e com o mundo que as cercam que as educam. Dessa forma, compartilham saberes para reorganizarem o que sabem e criam novos conhecimentos a partir das experiências vividas. Neste movimento, a criança vai percebendo os variados espaços pelos quais circula. Assim, o ambiente relacional da creche pode desempenhar importante papel na formação da criança, possibilitando uma vivência social diferente do grupo familiar e, quanto maior a diversidade de grupos do qual ela participa, mais numerosos serão os parâmetros de relações sociais e de conhecimentos recíprocos, o que tende a enriquecer a formação da criança e seus modos de ser e estar no mundo.

A partir do exposto, os lugares onde inicialmente tomavam conta de crianças, na comunidade do Guarabú, segundo o pensamento da coordenadora da creche comunitária conveniada Arca de Noé, Marlene Rocha da Silva, que concluiu o Ensino Fundamental, eram “depósitos de crianças” sem trabalho pedagógico, sendo que a Maria das Graças Reis, responsável pela creche, quis transformar com o seu trabalho, junto com a comunidade.

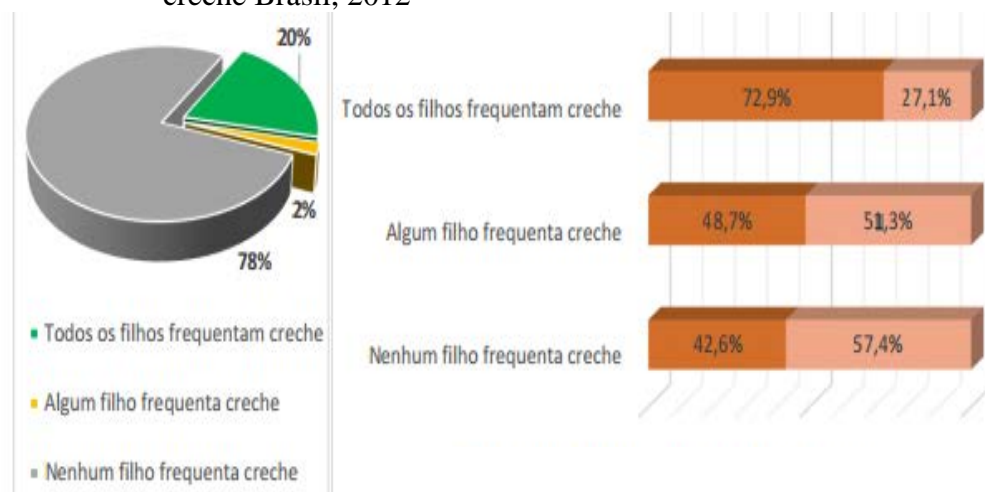
A partir de então, observamos a qualidade do serviço prestado por essa instituição e o seu reconhecimento junto às mulheres, com o foco, principalmente, na luta desta comunidade por vaga nessa creche.

(RE)ATUALIZANDO OS NOVOS PERSONAGENS E A LUTA POR CRECHES NO RIO DE JANEIRO: CONSIDERAÇÕES FINAIS, AINDA QUE PROVISÓRIAS

A discussão sobre creches tem alcançado relevância cada vez maior no Brasil e esteve presente entre os principais temas da disputa presidencial de 2014. A questão foi abordada por todos e todas principais candidatos e candidatas, entre eles e elas, a presidenta reeleita, Dilma Rousseff³⁰, que prometeu ampliar o programa Brasil Carinhoso.

Além de garantir uma melhor formação educacional para as crianças, as creches fazem parte também da luta das mulheres no sustento da família e por igualdade de direitos no mercado de trabalho. Dados do IBGE mostram que a taxa de ocupação no mercado de trabalho é maior para as mulheres que conseguem vaga na creche para seus(uas) filhos(as).

Figura 16 - Taxa de ocupação feminina no mercado de trabalho com filhos(as) em creche Brasil, 2012



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE, 2012, acesso em 11 mar. 2017, disponível em <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade>.

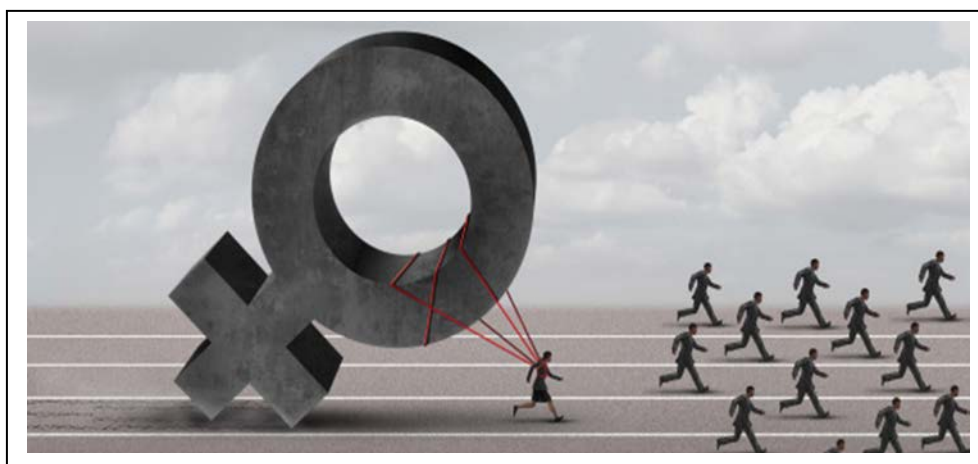
Segundo os dados da PNAD, no ano de 2012, entre 20% das mulheres com todos os(as) filhos(as) atendidos(as) em um equipamento para a pequena infância, verifica-se um percentual de ocupação feminina no trabalho remunerado de quase 73%³¹. Entretanto, 78% das mulheres cujas crianças não estavam na creche, mais de 57% permaneciam sem ocupação

³⁰Entretanto, a presidenta não pôde dar continuidade ao seu plano de governo devido ao *impeachment* que sofreu no ano de 2016, através de um duro golpe na democracia brasileira.

³¹ Segundo estudo com base em dados do Censo 2010, das mulheres trabalhadoras que tinham filhos de até 3 anos em creche, o percentual era de 41,2%.

no mercado de trabalho. As mulheres com filhos que não frequentavam a creche, concentram-se nos setores da educação, dos serviços pessoais e nas áreas menos valorizadas da saúde, apresentando direitos sociais limitados ou inexistentes. Mesmo com as mobilizações femininas por direitos iguais há mais de um século, a desigualdade de gênero ainda é presença marcante no dia a dia das mulheres cariocas e também de outros municípios brasileiros. Hirata (2001) nos lembra que o trabalho feminino raramente vislumbra possibilidade de formação ou de ascensão na carreira. A creche mostrou ser também um importante dispositivo como política de gênero, porque além da sua importância para a criança pequena, a creche faz parte da luta diária das mulheres trabalhadoras, principalmente quando quem está no embate são as mulheres das camadas populares.

Figura 17- Desigualdade de gênero



Fonte: Brasil Post, disponível em < http://www.brasilpost.com.br/2016/10/26/brasil-desigualdade-de-genero-trabalho_n_12654486.html > Acesso em 12 dez. 2016.

Dentro dessa perspectiva, trago para as considerações finais desta dissertação a imagem acima, para ressaltar como a trajetória do gênero feminino, que luta contra as barreiras impostas a nós mulheres, tem sido cheia de desafios dia após dia. E, desses desafios, minha formação como professora-pesquisadora que vem sendo construída a partir do mestrado, ressignificou minha história como mulher e como mãe, a partir do momento que passei a compreender que as questões do cotidiano podem e devem ser travadas no coletivo, para que possamos juntas desconstruir esse não lugar das mulheres imposto pelo patriarcado a que estamos submetidas.

A partir do exposto, devemos entender também como é fundamental o atendimento que oferecemos às crianças na educação infantil, principalmente os bebês. Segundo Fúlvia Rosemberg:

O bebê está fora da agenda dos movimentos sociais, que não sejam movimentos específicos para infância. E aí também a gente começa a pensar infância em torno dos 4, 5 anos. Antes disso, ele é muito pouco configurado como um cidadão ou um ator social digno de ter seu espaço na agenda de políticas e, mais, na agenda de produção acadêmica, a não ser para os pediatras, os psicólogos do desenvolvimento e a certas áreas da assistência social. (ROSEMBERG, 2013)

A ausência de políticas de expansão de creches públicas exige, portanto, a necessidade de construção de políticas e ações que se voltem para a discussão do direito à creche, pois a educação infantil, além de representar o espaço que acolhe a infância, constitui-se como importante dispositivo para o desenvolvimento pleno das habilidades e capacidades das crianças, deixando claro todas as dificuldades existentes em se conseguir uma vaga nos equipamentos de atendimento à pequena infância. De acordo com Ana Lúcia Goulart de Farias (2015), a creche precisa ser vista pela sociedade como um espaço de emancipação dos sujeitos que dela fazem parte, além de ser também um campo fecundo para a construção de epistemologias e experiências descolonizadoras. Portanto, para que a creche possa promover uma educação emancipatória, é preciso, além de desconstruir as práticas educativas de grande parte das creches no país, é importante também dar visibilidade à pequena infância, possuidora do direito às políticas públicas que sejam direcionadas às questões que permeiam o dia a dia dos(as) pequenos(as), como sujeitos históricos e de direitos que são.

A partir da década de 1980, principalmente, a mulher mãe trabalhadora brasileira teve boa parte de seu dia voltado para o trabalho, que, para praticamente a totalidade das mulheres, é mal remunerado e sem perspectiva de ascensão profissional. Entretanto, não há políticas públicas que dêem subsídios a essas mulheres, construindo equipamentos de atendimento à pequena infância em quantidade suficiente bastante para que dê conta da demanda, devido ao descaso como a Educação Infantil é tratada no país, até mesmo nas áreas urbanas (CALDART, 1997, p. 38). Assim, esta demanda por creches, deixa sem atendimento um número considerável de crianças em relação à necessidade de vagas, ressaltando a importância de co-existirem as creches domiciliares e as creches comunitárias conveniadas, além da vasta rede de solidariedade que as mulheres têm que construir para deixar as crianças com parentes ou vizinhos(as), quando não conseguem vaga nestes equipamentos de cuidado à pequena infância.

Neste cenário, as mulheres e a comunidade em geral que são usuárias da creche comunitária conveniada Arca de Noé, após os embates com a administração da Associação de Moradores e com invasores do terreno da nova sede, inauguram um local amplo e seguro para acolher as crianças do entorno, oferecendo a elas o cuidar e o educar, proporcionando a

chance da busca por essas mulheres de sua libertação e emancipação. Maria Lacerda de Moura, já no início do século XX, apontava, então, que a mulher era submetida dentro da sua própria família, pela sociedade e pela religião. A partir de seu pensamento, a mulher só se libertaria se ocorresse a libertação de toda humanidade. Segundo ela, a mulher era tão escrava quanto o homem, guardadas as especificidades do ser mulher, e que a libertação devia ser obra de toda a humanidade, uma construção coletiva de mulheres e homens em igualdade de condições econômicas, jurídicas, culturais, sociais, educacionais, dentre outras. Maria Lacerda de Moura estava muito próxima ao quanto que a ausência da educação feminina, desde o nascimento até a vida adulta pode submeter a mulher, dificultando a sua liberdade intelectual, moral, econômica, enfim ao direito a uma vida plena e feliz. Assim, em famílias matrifocais, ou mesmo naquelas onde a renda do homem é insuficiente para suprir as demandas da casa, a mulher assume a segunda jornada no mercado de trabalho, deixando em boa parte dos casos para as filhas e não para os filhos a responsabilidade de cuidar dos(as) irmãos(ãs) mais novos(as), prejudicando o processo de escolarização dessas meninas, segundo Mello e Sant'anna (1993, p. 32).

Dentro deste contexto, lutar para que crianças pequenas, meninos e meninas, possam ter uma creche de boa qualidade, não somente deve ser um direito legal que deve ser garantido às crianças e às suas famílias, mas também um princípio educativo que precisa ser discutido urgentemente por toda a população do município do Rio de Janeiro. Então, há que se reivindicar soluções para as demandas criadas pelo próprio sistema para as camadas populares. Enquanto isso, alternativas, como as creches comunitárias conveniadas, coexistem com equipamentos públicos, que ainda hoje não dão conta do grande número de crianças que são alijadas de seu direito à creche e que este não atendimento acaba por deixar mães, muitas delas chefes de famílias matrifocais, sem poder vislumbrar um horizonte de melhoria da qualidade de vida proporcionada pelo trabalho remunerado, pois não têm um equipamento público ou conveniado para que suas crianças sejam educadas e cuidadas, durante um provável expediente de trabalho. De acordo com o pensamento de Tavares, as questões que permeiam a creche não devem ser exclusivamente das mulheres, pois, de acordo com a autora, a luta pela educação da pequena infância em creches públicas e de boa qualidade deve ser travada por todos os sujeitos da sociedade (TAVARES, 2015). Assim, esses problemas que a sociedade patriarcal vem delimitando como sendo exclusivos das mulheres, como a falta de vagas na creche aliada à baixa remuneração e à dupla jornada de trabalho, não devem ser considerados apenas como problemas das mulheres, mas, na realidade, problemas de toda a

sociedade. Portanto, essas lutas têm que ser construídas e travadas pelas mulheres, pelos homens, pela comunidade, pelas próprias crianças, pela sociedade civil, de modo mais amplo. Enfim, por todas as forças vivas da cidade, através do enfrentamento contra as desigualdades de gênero promovido pelo Estado brasileiro e, principalmente, por meio de ações combinadas de políticas públicas, de questões geradas no espaço doméstico e no espaço público (MELLO; SANT'ANNA, 1993). Para isso, devemos construir juntos(as) uma agenda de debates nas universidades nos partidos políticos, nos sindicatos, nas igrejas e nos espaços de agenciamento sociais mais amplos. Precisamos nos preparar para poder enfrentar os desafios oriundos pelo avanço do conservadorismo e pelas políticas neoliberais de desmonte do Estado brasileiro e das (poucas) conquistas sociais dos(as) trabalhadores(as). Como sujeitos políticos e conscientes de nosso papel histórico nas lutas sociais, entendo ser necessário aprendermos juntos(as) como não nos submetemos a esse mundo avassalador de perda de direitos, advindo das diferentes escalas: governo federal, estadual, municipal, local. Acredito que será necessária a construção de novos pactos e novos consensos sobre a importância da luta política coletiva. Muitas forças sociais têm que estar envolvidas para dar conta deste desafio. Pois, assim como foi no período de redemocratização do Brasil, após a ditadura militar, precisaremos do engajamento de todos(as) neste período de crise política que estamos enfrentando. Nessa perspectiva, mais do que nunca é preciso lutar, principalmente no campo das políticas de gênero, como o direito à creche anuncia, pois, aprendi como mulher, mãe, professora e, atualmente, como professora-pesquisadora que “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, como nos ensina este provérbio africano.

Assim, termino esta dissertação, mesmo com a consciência de sua provisoriedade, mais fortalecida, ao romper barreiras visíveis e invisíveis para constituir-me simultaneamente como mãe, professora e iniciante no campo da pesquisa, na tentativa de tornar-me uma professora-pesquisadora, nesta sociedade patriarcal, na qual nós, mulheres, principalmente das camadas populares, temos que enfrentar (e transformar) a realidade que nos é posta cotidianamente. Durante o percurso da pesquisa, tomei de empréstimo também as ideias de Paulo Freire sobre a educabilidade, pois me reconheci nesse pensamento freireano, quando o autor diz que “É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente” e que “a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade” (FREIRE, 1996, p.34), porque nessa inconclusão assumida como professora-pesquisadora procurei eleger outra proposta metodológica, que contemplasse a relação entre alcançar os objetivos desse estudo com as questões que envolveram minha formação como

professora-pesquisadora. Esse processo de conscientização crítica que pude vivenciar no percurso da dissertação, reforça a árdua tarefa tanto política como acadêmica de ressignificar o pensamento de Paulo Freire à luz da contemporaneidade. E de trazê-lo para o diálogo no campo dos estudos da(s) infância(s), do direito à creche e das políticas de gênero como busquei realizar.

Para finalizar esse estudo, retomo a citação de Mariza Vorraber Costa na introdução: “*É preciso fazer as histórias circularem...*”. E as histórias das lutas (e das vitórias) das classes populares quase nunca circulam, ou não são tomadas como dignas de serem exemplares. Quase sempre são tomadas como anedotas, lendas, apenas histórias... Espero que a história das lutas das mulheres da favela do Guarabú por creche, pelo direito de suas crianças serem cuidadas e educadas em um equipamento educativo e coletivo público, que lhes possibilite a inserção e a permanência no mundo do trabalho possa ser não apenas um estudo acadêmico, de interesse individual, formal, muito embora isso também seja importante, pois, de acordo com Oliveira, “... me darei por satisfeito se houver conseguido transformar atos aparentemente tão banais, como os aqui examinados, em temas de reflexão e de questionamento.” (OLIVEIRA, 2000, p. 35). Um trabalho de escrita, de pesquisa, de conhecimento, de compartilhamento, pode ser uma experiência formativa muito intensa e profunda. Ao contar a minha versão da história da luta das mulheres por creches no Guarabú, pude revisitar a minha história de mulher, de mãe e de trabalhadora que se assume na luta. Pude também circular a minha história, ressignificando-a. Como um dispositivo um *inédito viável* (FREIRE, 1981), o percurso, a itinerância da pesquisa me proporcionaram a aprendizagem de uma dimensão importantíssima na luta social implementada por questões fundamentais que a sociedade brasileira (ainda) persiste em designar como sendo exclusivas do gênero feminino. Espero que mesmo de forma muito incipiente, carente de melhor e maior fundamentação, o trabalho que ora dou por encerrado, possa contribuir para afirmar a luta por creche como uma luta de toda a sociedade. Uma luta de todos(as) na construção de uma sociedade mais livre e emancipada para *os(as) pequenos(as)* e para todos nós, mulheres e homens que buscam uma vida digna e democrática.

REFERÊNCIAS

- ABUCHAIM, B., BHERING, E., CAMPOS, M. M., ESPOSITO, Y. L., GIMENES, N. A. qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, v. 41, n. 142, p 20-54. 2011. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/116/121>>. Acesso em: 21 nov. 2015.
- ALMEIDA, Adir da Luz. “*Participação popular como princípio político-educativo*”. 2005. Disponível em <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt06240int.pdf>>. Acesso em 09/02/2016.
- ALVES, José E. Diniz. *Redução da pobreza e da fecundidade*. 2009. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/reducao_da_pobreza_e_da_fecundidade_09ago09.pdf>. Acesso em 08/03/2017.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Um acervo de depoimentos sobre a luta e resistência contra a ditadura militar: questões teóricas e metodológicas. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de (org.). *História oral e movimento social: Narrativas públicas*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- AUERBACH, Erich. Sermohumilis. In: _____. *Ensaaios de literatura ocidental*. São Paulo: Ed. 34, 2007. p. 23-89.
- BARBOSA, Sebastiana de Aquino. Entrevista concedida à Jane Chalão Lucchesi, RJ, 13 abr. 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- _____; NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Escritos de educação*. Petrópolis:Vozes, 2008.
- _____. Efeitos de lugar. In: _____(Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.159-166.
- BRANDÃO, C.R. Investigación Participativa. IN: CETRULO, Ricardo (Org.). Ecuador: Instituto Del Hombre/Ediciones de la banda Oriental,1986.
- _____. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em 16/12/2014.
- BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em 16/12/2014.

BRASIL POST <http://www.brasilpost.com.br/2016/10/26/brasil-desigualdade-de-genero-trabalho_n_12654486.html> Acesso em: 12/12/2016.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMPOS, M. M. M., MUCCI, Cristina, PATTO M. H. S. A creche e a pré-escola. In: *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, n. 39, p. 36-42. 1981. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1618/1606> >. Acesso em 21/11/2015.

CAMPOS, Rosânia. *Creches Comunitárias: que alternativa é essa?* 2000. Disponível em <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/0709p.PDF> > Acesso em 07/02/2016.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

COSTA, Marisa Vorraber. *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, Tatiana Gonçalves. *Movimentos sociais e direito à educação infantil em São Gonçalo: perspectivas e dilemas da política de convênios entre poder público e creches comunitárias*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

DELGADO, Ana Cristina Coll. Como as mulheres de uma creche domiciliar percebem o trabalho de tomar conta de crianças? *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 28, p.151-163.

DEL PRIORE, Mary. *Conversas e histórias de mulher*. São Paulo: Editora Planeta, 2013

DUARTE, Luiza Franco e DUARTE, Luzia Franco. *Desafios e legislações na Educação Infantil*. 2012. Disponível em <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/GT07___Educacao_e_Infancia/Trabalho/03_09_17_GT_07_-_Luiza_Franco_Duarte.pdf > Acesso em 07/11/2015.

ELTINK, Caroline Francisca. “*Indícios utilizados por educadores para avaliar o processo de inserção de bebês em uma creche*”. 2000. Disponível em <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_07_05.pdf > Acesso em 07/02/2016.

EUZÉBIO, Rachel; MORTARIE, Gilson Luiz. O custo do caos - Prejuízo ao bolso e ao meio ambiente. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Revista Desafios do Desenvolvimento*. Brasília, Edição 53. Ano 6, 2009.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. O que quer dizer educação emancipatória para as crianças de 0-3 anos? Entre o adultocentrismo e a descolonização. *Revista Eventos Pedagógicos Educação de 0 a 3 anos em espaços de vida coletiva* v. 6, n. 3 (16. ed.), edição especial temática, p. 63-74, ago./out. 2015.

_____. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. *Cadernos Pagu*, n. 26. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30394.pdf> >. Acesso em 12/01/2016.

FILGUEIRAS, C. A. C. “A creche comunitária na nebulosa da pobreza.” *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, n. 88, p. 18-29. 1994. Disponível em < <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/912/918> >. Acesso em 21/11/2015.

FISCHER, Maria Clara Bueno e ZIEBELL, Clair Ribeiro “*Mulheres e seus saberes engravidando uma outra economia*”. 2005. Disponível em < <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03-675-int.pdf> >. Acesso em 29/02/2016.

FOTO. *As crianças da Creche Comunitária Conveniada Peter Pan*. Arquivo pessoal de Sebastiana de Aquino Barbosa. 1992, il.

FOTO. *Entrada da favela do Guarabú, antes da construção do EDI José de Souza Ramos*. Arquivo pessoal de Sebastiana de Aquino Barbosa. 2009, il. color.

FOTO. *Creche comunitária conveniada Arca de Noé na atualidade*. Disponível em:<<https://www.google.com.br/maps/place/Centro+de+Atividades+Educacionais+E+Culturais+Arca+de+No%C3%A9>> Acesso em: 15/01/2015, il. color.

FOTO. *Prédio da Associação de Moradores do Guarabú*. Disponível em: < <http://clicanailha.com.br/associacao-do-Guarabú> > Acesso em: 02/02/2015, il. color.

FREIRE, Paulo. *Conscientização*. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. *Esquemas da teoria da ação revolucionária e da teoria da ação opressora, por Paulo Freire*. Manuscrito da pedagogia do oprimido. Santiago, 1968. Disponível em <<http://acervo.paulofreire.org:80/xmlui/handle/7891/3629>> Acesso em: 16/03/2015, il.

_____. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *Ação cultural para a liberdade*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1981.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 1979. Disponível em < http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_conscientizacao.pdf > Acesso em 10/11/2015.

FÜLLGRAF, Jodete Bayer Gomes. *Direito das Crianças à Educação Infantil: um direito de Papel*. 2002. Disponível em < 25reuniao.anped.org.br/jodetegomesfullgraft07.rtf > Acesso em 07/11/2015.

GARCIA, Regina Leite; VALLA, Victor V. (Org.). A fala dos excluídos. *Cadernos Cedes*, Campinas, n. 38, pp. 84-99, 1996.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Volume 2: Os intelectuais, o princípio educativo. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, 2014.

_____. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*. Desafios da equidade. Campinas: Unicamp, 2001/02 (17/18).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Taxa de ocupação feminina no mercado de trabalho com filhos(as) em creche Brasil*. 2012. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade>. Acesso em: 11/03/2017, il. color.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Taxa Bruta de Natalidade por mil habitantes – Brasil – 2000 a 2015*. 2008. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/ > Acesso em: 08/03/2017, il. color.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Jornada total de trabalho da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e tipo de trabalho*. Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero. Brasília, 2012. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf > Acesso em: 07/10/2016, il.

Jornal do Brasil. *Notícia sobre o conflito na construção da creche comunitária conveniada Arca de Noé*. Data da reportagem 18/05/1988. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=164403&Pesq=creche%20arca%20de%20noe > Acesso em 20/11/2015, il.

Jornal O Fluminense. *Creches comunitárias conveniadas eram supervisionadas pela LBA*. Data da reportagem: 04/12/1980. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&PagFis=8955&Pesq=lba%20creche>. Acesso em 22/09/2016, il.

Jornal O Globo. *Entrada da favela do Guarabú, na inauguração do EDI José de Souza Ramos, em 22/07/2012*. Data da reportagem 22/07/2012. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/nova-creche-municipal-atendera-150-criancas-em-comunidade-5528613>> Acesso em: 13/02/2016, il. color.

Jornal Mulherio. *A creche e a ausência de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres trabalhadoras*. Data da reportagem 20/11/1981 <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=459488&pasta=ano%20198&pesq=%20n%C2%BA%204%20novembro%20dezembro%201981%20henfil>> Acesso em 04/03/2016, il.

Jornal Última Hora. *A ideologia das camadas dominantes: o termo comunidade utilizado pela mídia (1983)*. Data da reportagem 22/01/1983 <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20198&pesq=comunidade>> Acesso em 21/02/2016, il.

Jornal Última Hora. Data da reportagem 22/01/1983 <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&PagFis=119517&Pesq=ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20DE%20MORADORES%20GUARAB%C3%9A>> Acesso em 04/02/2016.

KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. *Cadernos de Pesquisa*, n.116, p.41-59, 2002.

_____. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 1995.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. SP: Ática, 1984.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>>. Acesso em 20/03/2016.

LISPECTOR, Clarice. *Para não esquecer*. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Fontes documentais e categorias de análise para uma história da educação da mulher. *Teoria & educação*. Porto Alegre, RS: Pannonica Editora, 1992.

MARTINS, José de Souza. *A exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MELO, R. L. C. de, VIEIRA, L. M. F. A creche comunitária “Casinha da Vovó”: Prática de manutenção/Prática de Educação. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, n.º62, p.60-78. 1987. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1257/1261>>. Acesso em 21/11/2015.

MELLO, Fátima V.; SANT’ANNA, Wania. Gênero nas alternativas democráticas de desenvolvimento. *Revista Proposta: experiências em Educação Popular*. Editora Fase, nº 59. Rio de Janeiro: 1993.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, São Paulo, nº 17, p.49-66, jun. 1989. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf> > Acesso em 01/03/2016.

_____. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

MENDES, Samanta Colhado. *As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930*. Franca-SP: UNESP, 2010. Disponível em <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/samanta.pdf> > Acesso em 23/07/2015.

MOURA, Maria Lacerda de. *Em Torno da Educação*. São Paulo: Livraria Teixeira, 1918.

_____. *Renovação* (1919 - Edição Fac-similar). Fortaleza: Edições UFC, 2015.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil: entre o político estatal e o universo gerencial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n. 52, pp. 185-202, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18072.pdf> > Acesso em 31/12/2015.

OLIVEIRA, Elaine Ferreira Rezende de. Entre o futuro sonhado e a causalidade do provável: significado da escola e direito à educação para um grupo de catadoras de um lixão em São Gonçalo (RJ). In: ALVARENGA, Marcia Soares; TAVARES, Maria Tereza Goudard (Orgs.). *Poder local e políticas públicas para educação em periferias urbanas do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Quartet, 2015.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Educação Popular: desafios frente aos processos de ensino / currículo e escolarização. In: SANTOS, Renato Emerson dos, ALVARENGA, Márcia Soares de, ALENTEJANO, Domingos Nobre, Paulo (Orgs.). *Educação popular, movimentos sociais e formação de professores: diálogos entre saberes e experiências brasileiras*. Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2010, v. 1.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de Oliveira. *O trabalho do antropólogo*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Z. M. R. de, ROSSETTI-FERREIRA, M. C. “Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo.: histórico de uma realidade” *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, n. 56, p. 40-65, 1986. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1352/1352>>. Acesso em 21/11/2015.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). *Cadernos Pagu*, n. 39, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n39/11.pdf>>. Acesso em 12/01/2016.

PAIVA, Eduardo França. *História e Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PEREIRA, R.M.R.; MACEDO, N.M.R. (Orgs.). *Infância e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2012.

PIGLIA, Ricardo. *Respiração Artificial*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>>. Acesso em 16/12/2014.

REIS, Maria das Graças. Entrevista concedida à Jane Chalão Lucchesi, RJ, 10 jan. 2015.

REVISTA FÓRUM. *Faixa contra as ideias de Paulo Freire, na manifestação reacionária em oposição ao governo brasileiro, no ano de 2015*. Disponível em <<http://www.revistaforum.com.br/2015/03/19/>> Acesso em 18/01/2017, il. color.

RIO DE JANEIRO. *Mapeando a Creche Comunitária Conveniada Arca de Noé, na Ilha do Governador*. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Gerência de Cartografia. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, 2007. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp>> Acesso em: 24/07/2015, il. color.

RIO DE JANEIRO. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://doweb.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 13/01/2017.

RIO DE JANEIRO. Resolução 1420: Matrícula Creche e EDI. Disponível em <<http://www.rioeduca.net/blogViews.php?bid=18&id=5677>>. Acesso em: 25/01/2017.

RIPPER, João Roberto. *Manifestações na década de 1980: movimento pelas creches comunitárias e pelas Diretas Já*. 1984. Acervo do autor. 1 fotografia, il.

ROSEMBERG, Fúlvia. Creches domiciliares: Argumentos ou Falácias. *Cadernos de Pesquisa*, n. 56, fev. 1986.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação da criança pequena, a produção do conhecimento e a universidade. *Revista de Psicologia*, 5 (2): pág. 3-12, jul./dez. 1987. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/10881/1/1987_art_fmbrosemberg.pdf>. Acesso em 29/02/2016.

_____. Organizações multilaterais, estado e política de educação infantil. *Cadernos de pesquisa*, n. 115, mar. 2002.

_____. Pensar Direitos Humanos: A cidadania na Primeira Infância. 2013. Disponível em <<http://www.tvufg.org.br/?s=Fulvia>>. Acesso em 18/12/2014.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, n. 51, p. 73-79. 1984. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1462/1457>>. Acesso em 21/11/2015.

_____. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, n. 82, p. 21-30. 1992. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/979/989>>. Acesso em 21/11/2015.

_____. 0 a 6: desencontro de estatísticas e atendimento. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, n. 71, p. 36-48. 1989. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1167/1172>>. Acesso em 21/11/2015.

_____. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. São Paulo, *Cadernos de pesquisa*, n. 107, p. 7-40, 1999-a.

_____. O Estado dos Dados para Avaliar Políticas de Educação Infantil. In: Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1999-b, p. 5-57.

_____. Avaliação de Programas, Indicadores e Projetos em Educação Infantil. *Revista Brasileira de Educação*. Anped. Rio de Janeiro, n. 16, p. 19-26, 2001.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____ & PAOLI, Maria Celia. Sobre “Classes Populares” no Pensamento Sociológico Brasileiro (Notas de Leitura sobre Acontecimentos Recentes). In: CARDOSO, Ruth Correia Leite (org.). *A aventura antropológica: Teoria e Pesquisa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SANTOS, Sales Augusto. Educação Popular, Movimentos Sociais e Formação de Professores: Os 50 anos do golpe militar de 1964 e a mobilização de inéditos viáveis no campo social e político. In: ALVARENGA, Marcia Soares; TAVARES, Maria Tereza Goudard; SILVA, Catia Antonia da, (Orgs). São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos; SARMENTO, Manuel Jacinto (orgs.). *Infância (in) visível*. São Paulo: Junqueira & Marin, 2007.

SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. *Revista Gênero*, Niterói, RJ, v. 10, n. 2, p. 47-62, 1. sem. 2010. Disponível em: <<http://base.repositorio.unesp.br/handle/11449/125020>>. Acesso em: 08/03/2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; Garcia, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, 2005.

SILVA, Marlene Rocha da. Entrevista concedida à Jane Chalão Lucchesi, RJ, 10 jan. 2015.

SOUZA, Maria da Conceição dos Santos de. Entrevista concedida à Jane Chalão Lucchesi. RJ, 13 abr. 2016.

SPOSITO, Marília. *A Ilusão Fecunda: A luta por Educação nos Movimentos Populares*. 20. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

TAVARES, Maria T. G. *A visibilidade que (quase) ninguém vê: a relação entre etnia, pobreza e exclusão na trajetória das creches comunitárias nas favelas cariocas*.

_____. Violências cotidianas e a escola: quando desmatar pode ser bom. In: SILVA, Catia Antonia da (org.). *Metrópoles e invisibilidades: da política às lutas de sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

_____. *Movimentos sociais e a luta por creches no Rio de Janeiro: a experiência das creches comunitárias em São Gonçalo*. 2015. Disponível em < <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT06-3901.pdf> > Acesso em 07/11/2015.

_____. Creches Comunitárias no Rio de Janeiro: 15 anos – Movimentos de sua história. In: COSTA, Cláudia Regina de Souza et al. (Orgs.). *Anais do 2º Congresso Latino-Americano de Creches*, Rio de Janeiro: Asbrac, 1995.

_____. Escolas e creches comunitárias no Rio de Janeiro: uma história de “correr atrás” contra a política do “é pegar ou largar”. *Revista Proposta: experiências em Educação Popular*. Rio de Janeiro, nº 59. 1993.

_____. Diário de classe: alguns (des)apontamentos de uma mascate pedagógica das favelas do Rio de Janeiro. 2001. Disponível em < 24reuniao.anped.org.br/T0672954489792.doc > . Acesso em 17/12/2014.

TAVARES, Maria T. G. *Caminhos e descaminhos da “educação paralela”*: um estudo sobre o cotidiano das creches e escolas comunitárias da Maré. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz & Terra, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TRÓPIA, Patrícia. Introdução. In: *GEPEDISC - Linha Culturas Infantis. Infâncias e movimentos sociais*. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015.

WARDE, M.; PANIZZOLO, J. Dossiê: Imagens da Infância. v. 14, p. 157-161, 2014. Disponível em < <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/35/showToc> > . Acesso em 26/06/2015.

ZACCUR, Edwiges e ESTEBAN, Maria Teresa. “A pesquisa com eixo de formação docente.” In: ZACCUR, Edwiges e ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). *Professora-pesquisadora: uma práxis em construção*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Programa de PÓS-GRADUAÇÃO

Título (provisório) do Projeto de Pesquisa: A luta de mães trabalhadoras pelo direito à creche

Informações sobre o projeto: Jane Chalão Lucchesi, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, campus São Gonçalo, vem solicitar autorização para utilizar o nome da voluntária citada abaixo, que participou da entrevista para esta pesquisa, segundo deliberações do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade e do CNS na Resolução 196/96 – Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas, tendo como base a pesquisa participante como metodologia para este estudo. Por fim, informo, também, que atuo na área da educação e que as informações coletadas serão utilizadas com finalidade exclusivamente científica de pesquisa, ensino e extensão.

Utilização do nome: Os resultados deste estudo incluirão o nome da voluntária, conforme acordo ao longo da pesquisa e os dados coletados não serão divulgados pela pesquisadora em nenhuma emissora de TV, rádio ou propaganda de qualquer natureza. Serão dados de pesquisa, ensino e extensão.

Consentimento: Declaro ter sido informada sobre o estudo acima citado e obtido esclarecimentos da pesquisadora, ficando claros os propósitos da pesquisa e os procedimentos a serem realizados. Entendo que estou cedendo voluntariamente dados e imagens provenientes deste estudo, bem como a inclusão de meu nome pela pesquisadora neste estudo.

Nome da voluntária: Idade:
 Endereço:
 Assinatura da voluntária:
 Nome da pesquisadora: Jane Chalão Lucchesi
 Assinatura da pesquisadora:

APÊNDICE B - Entrevistas

Fonte: REIS, Maria das Graças. Entrevista concedida à Jane Chalão Lucchesi, RJ, 10 jan. 2015.

Fonte: Silva, Marlene Rocha da. Entrevista concedida a Jane Chalão Lucchesi, Rio de Janeiro, 10 jan, 2015.

<Início da transcrição>

Entrevistada - Graça: Datas precisas eu tenho, eu tenho datas precisas, porque antes de ser creche era escola comunitária, lembra? Tinha uma coisa do MOBRAL, era MOBRAL e escola comunitária. E nessa época...

<Ininteligível>

Entrevistada - Graça: Escola comunitária foi quando você teve uma gravidez que tu perdeu.

Entrevistadora: Mas isso lá na associação?

Entrevistada - Graça: Lá em cima na associação. Aí aqui, aqui foi na época da LBA, no final da LBA, aqui deve ter o quê, uns trinta e poucos anos, como creche, era escola, como creche deve ter uns trinta e poucos anos.

Entrevistadora: Nesse terreno aqui?

Entrevistada - Graça: É. Nesse terreno aqui é torno disso aí, trinta anos. Eu tenho como levantar essas datas precisas para você nos documentos da creche, entendeu? As datas... tem as datas tudo importante aqui, para não ficar aqui uma coisa vaga.

Entrevistadora: Se tiver fácil de pegar.

Entrevistada - Graça: É, as datas.

Entrevistadora: Aí como é que eram as famílias, como é que ficavam as crianças? Quando as mães trabalhavam, e traziam as suas crianças?

Entrevistada - Graça: Olha só, você vai gravar, já está gravando?

Entrevistadora: Está, está gravando.

Entrevistada - Graça: É, olha só, quando nós viemos para cá, minha família veio para aqui, minha família foi a sétima moradora.

Entrevistadora: Sétima moradora...?

Entrevistada - Graça: É, sétima moradora. E era um barraco, que eram casas feitas de estuque, barro imprensado, pau-a-pique e emboçado. Aqueles que tinham condições melhores já iam fazendo de alvenaria, mas esses sete demoraram muito. O resto era mato, era bananeira, coisa de plantas. Não tinha casas aqui, era plantação de eucalipto, hortas, era tipo assim, um sítio, não é? Depois é que o deputado Couto Souza e o Maurício Mansfeld que foi candidato e sabendo como é que era o terreno da prefeitura, ele começou a autorizar as pessoas a morar. Ao passar do ano, depois uns cinco anos, todas as dificuldades de melhoria do bairro foi aumentando, com o saneamento básico, nós fomos obrigadas as nos unir e formarmos uma comissão, depois associação, para reivindicar ajuda do governo antes melhoria.

Entrevistadora: Isso você tinha quantos anos, mais ou menos?

Entrevistada - Graça: Eu já estava, se eu me lembro, então é porque eu já deveria estar com uns onze para doze anos, entendeu?

Entrevistadora: Mas você também participava da...

Entrevistada - Graça: É porque eu participei da horta comunitária, a Escola Holanda, Escola Municipal Holanda, na época era rural e tinha uma horta comunitária. Então eu participava. Como eu vim do interior de Minas, tinha assim uma noção de ver minha avó, as pessoas plantando, e tinha alguém para orientar. E eu passe a ser, ter uma liderança na hora

comunitária. Tendo liderança na horta comunitária, a formação de uma associação, eu digo associação que depois ela se formou, mas antes era união de moradores para reivindicar. Aí eu vi necessidade, foi crescendo, houve necessidade de fazer, ter lazer, e como não tinha, nós fazíamos festa junina, para ter festa junina as quadrilhas tinham que ter alguém com mais liderança para formar o grupo. Eu estava sempre participando desses movimentos. Os homens montaram uns tambores, umas latas formando assim uns blocos, que era o Cata Corno, o Cata do Guarabú, não é? Depois veio o nome de Unidos de Guarabú, mas no início botaram o nome de Cata, não é? E esse foi um bloco muito famoso também, bloco só de família. Então ao passar do tempo, esses políticos... as pessoas estavam vindo do Nordeste, de Minas, e ele foi abrindo espaço para as pessoas lotarem. Havendo associação de moradores, a diretoria foi organizando e dando um tamanho, delimitando um lote que as pessoas queriam morar, e assim foi crescendo essa comunidade.

Entrevistadora: Mas assim, nessa época da associação aí você era adolescente ainda, ou não, você já era adulta?

Entrevistada - Graça: Da associação?

Entrevistadora: É.

Entrevistada - Graça: Eu já estava... quando formou a associação eu deveria estar com uns quinze anos, adolescente, uns quinze anos. Porque eu não participei, eu não pude participar da diretoria da associação, entendeu? Mas o meu pai participou, minha família, só eu, eu sou a caçula, eu não participei. E essa associação foi feita pelo... veio um morador para cá, ele era um militar reformado que tinha mais conhecimentos, então ele que foi saber sobre essa associação. Foi passando para nós os conhecimentos dele.

Entrevistadora: Você lembra o nome desse militar?

Entrevistada - Graça: O nome dele é mais de guerra, eu não me lembro o nome principal, mas era Marques, tenente Marques. Era conhecido e as pessoas mais antigas conhecem ele.

Entrevistadora: Eu acho que eu já vi alguma coisa dele num jornal antigo.

Entrevistada - Graça: É, tenente Marques, foi o primeiro presidente aqui. Também não consigo me lembrar o nome principal, o nome de aeronáutica.

Entrevistadora: Chama de Marques.

Entrevistada - Graça: O filho dele é vivo, mora na Portuguesa, a bisneta dele foi aluna da creche o ano passado, o filho caçula do tenente Marques já é avô, e tem uma neta, bisneta do Tenente Marques que foi aluna aqui no ano passado. Até eu dei uma vaga até de prioridade, porque não tinha vaga, eu dei por causa da história, não é?

Entrevistadora: É até um orgulho, não é?

Entrevistada - Graça: É.

Entrevistadora: Agora assim, as famílias, na época quando, como é que foi a ideia da creche?

Entrevistada - Graça: É, então aí foi crescendo, a creche eu acredito que eu já estava... a creche eu já estava com uma idade já adulta, uns vinte e poucos anos, não me lembro assim a idade que eu tinha não, mas eu era muito observadora, o quê que eu observava, que no que cresceu a comunidade, faltava comércio. As pessoas que queriam, tinham uma situação melhor, começaram a montar birosca, umas pequenas vendas, pontos de venda na sua própria residência. E o que mais se vendia era bebida alcoólica, que era a cachaça, era o que mais vendia.

Entrevistadora: Que era o mais barato?

Entrevistada - Graça: Mais barato, sem dúvida. E a maioria das pessoas que moravam aqui, na sua maioria, vieram de outros estados sem ter nada, veio só com a roupa do corpo e a família, não é? E foi adquirindo as coisas aqui, os eletrodomésticos, tudo adquirido aqui. Eles tinham muita dificuldade, e o que eu mais observava é que os homens, muitos deles deixavam

a desejar financeiramente, e as mulheres passavam necessidade com os filhos. E o que eu imaginava? Existia na época uma creche Casulo da LBA, mas só era frequentada por umas pessoas de condições melhor, isso ficava lá no Galeão, Legião da Boa Vontade e no Cacuia. Eu imaginava que se tivesse um lugar onde pudesse ficar essas crianças e que alguém tomasse conta, a maioria das mães poderiam trabalhar em casas de família, não é? E aumentar a renda. E dessa observação eu sentia que a maioria delas, os pais, os maridos brigavam com as mulheres, por quê? Porque não tinha o que trazer para casa, de volta do trabalho, só tinha no final de semana, o dinheiro, ou no final do mês, já encontrava a mulher com a necessidade básica, passavam nessas biroscas, bebiam, já chegava em casa embriagado, a mulher para não discutir nem reclamava a necessidade, eles iam dormir, as mulheres pediam emprestado, trocavam alimentos com os vizinhos, não é. E havia essa dificuldade financeira do básico mesmo, da prioridade do arroz, do feijão, o óleo, do sal, açúcar. Então eu imaginei que isso poderia acontecer. Eu nem sabia que isso acontecendo, seria uma creche, mas eu imaginei que se numa casa se tivesse um espaço, ou a própria escola cedesse um espaço que ficassem essas crianças, uma mãe ou duas poderiam ficar e as outras trabalharem e poderia revezar. Eu cheguei a colocar isso para algumas pessoas, inclusive na diretoria, mas ninguém tinha a iniciativa, porque não tinha espaço. E a escola Holanda tinha quatro salas, a escola era pequena, não dava. Então foi quando o diretor da LBA fez uma reunião, que tem uma verba para devolver, eles recebiam as verbas, usavam um determinado tempo, de mandato do governo, eles teriam prestar conta do gastou ou devolver para os cofres públicos. E ele queria investir essa verba nas comunidades, então acho a associação tiveram ideia de fazer esgotos, melhorar o saneamento básico. E eu como tinha esse pensamento, eu dei, pedi a palavra e coloquei esse meu pensamento. E nessa época tinha uma visita, esse coordenador ou diretor da LBA, o Doutor Arnold, eu me lembrei agora o nome dele. Ele ouviu, não mostrou interesse e nem deixou que as pessoas percebessem que ele interessou pelo meu plano, pelo projeto, que ele considerava isso um projeto. Então ele depois mandou me chamar no escritório para que eu pudesse colocar mais isso aí, e nisso tinha alguém que estava escrevendo, e enfim nasceu o projeto de escola como creche comunitária. E ele fez as perguntas e eu fui respondendo, seria alguma coisa dentro da comunidade, para que não pagasse passagem, para que as mães pudessem deixar e ir trabalhar. E a volta era pegar as crianças ali, já ia estar dentro de casa, então o mínimo que ela pudesse trazer para dentro de casa ela estaria contribuindo com a despesa. E talvez, quem sabe, existiria menos desentendimento entre o casal. E eles montaram um projeto e essa verba foi destinada às primeiras creches comunitárias na Ilha do Governador. Então isso para mim foi um orgulho muito grande, e o quê que ele fez, ele escolheu algumas pessoas, essa aí ainda foi feita por uma assistente social da LBA, escolheu algumas pessoas que pudessem ser acompanhadas para visitar as comunidades e levar essa ideia se era aceitável. A ideia foi aceita aqui no Guarabú, foi aceita no Dendê, na Praia da Rosa, no Jardim Duas Praias. E as quatro comunidades, e no Parque Royal, as quatro, as cinco comunidades que aceitaram a ideia. Então nessa época foi liberado 1.200, agora não me lembro mais qual era a moeda, se era Cruzeiro, se era Real, nessa época, mas seria.

Entrevistadora: Deve ser Cruzeiro.

Entrevistada - Graça: É.

Entrevistadora: Real acho que foi só depois de 1990, 92.

Entrevistada - Graça: É, para cada comunidade iniciar. E como existia um órgão da LBA, serviço social da LBA ali no Cacuia, a diretora era a Léia, e hoje ainda tem algumas pessoas, tem a Léia. Tem uma professora do município que ela é diretora do colégio e ela fez parte desse projeto, não estou me lembrando o nome dela agora. Ela até trabalha numa escola que tem lá no Tauá, escola pública, município que tem.

Entrevistadora: É Solange?

Entrevistada - Graça: Não, a escola.

Entrevistadora: O nome da escola?

Entrevistada - Graça: É.

Entrevistadora: Madalena?

Entrevistada - Graça: É essa? Não.

Entrevistadora: Onde que a escola fica?

Entrevistada - Graça: Ali no Zumbi, no Tauá não, é no Zumbi, perto de um clube.

Entrevistadora: Uma escola Cuba?

Entrevistada - Graça: Cuba, é Cuba, acho que é lá mesmo.

Entrevistadora: Professora Ana Paula?

Entrevistada - Graça: Não, a diretora.

Entrevistadora: É porque a diretora de lá agora é a Ana Paula.

Entrevistada - Graça: Então a outra deve ter aposentado.

Entrevistadora: É a Sandra? Porque quem ficou lá um bom tempo é a Sandra.

Entrevistada - Graça: Antes da Sandra.

Entrevistadora: Ah, não conheço.

Entrevistada - Graça: Deixa Marlene chegar, que Marlene deve lembrar o nome dela. Então ela ainda pode contar essa história, que ela participou das visitas, acompanhou, que antes nós não tínhamos nem o conhecimento. E cada comunidade se esse dinheiro desse para comprar compraria um barraco para reformar, ou então começasse uma construção para ser montado essa creche. Então no Jardim das Praias eles reformaram a associação, o prédio da associação, não, Jardim das Praias construíram, na Praia da Rosa remodelaram o prédio, deram um jeito de construir. No Guarabú não dava para construir, que foi a nossa, o dinheiro ficou no banco reservado. E a partir daí houve um convênio e que a LBA fornecia uma verba para ajudar na construção e no funcionamento dela que foi algumas casas que deixou ela funcionar.

Entrevistadora: E essa verba foi usada na construção dessa...?

Entrevistada - Graça: Daqui?

Entrevistadora: É.

Entrevistada - Graça: Foi usada na fundação, na época que nós conseguimos, por quê?

Entrevistadora: Porque vocês começaram lá?

Entrevistada - Graça: É, não, porque no nosso caso...

Entrevistadora: Estava com o dinheiro guardado?

Entrevistada - Graça: Como é o nome daquela menina que trabalhava lá LBA na assistência social, vê se você lembra, ela é professora, ela morava no Moneró. A Sheila lembra.

Entrevistadora: Ela também deve estar aposentada também.

Entrevistada - Graça: Ela aposentou, deve ter aposentado. Então aqui eu fiquei de procurar um terreno, e achei esse terreno, mas esse terreno ele é dentro da área particular, ele não é dentro da comunidade. Então precisava de ter documentação, dentro da área da comunidade que já sabia que era terreno da prefeitura, não tinha necessidade dessa documentação porque os moradores já... não tinha os proprietários, ninguém ia denunciar ninguém. E aqui as casas que têm ao redor são todas com estrutura, que aqui é uma ponta de rua que pretendia ter uma praça, não é? Mas não foi praça, foi cedida. Então foi mais difícil começar uma obra, houve muita implicância, imaginaram que não era creche, que eu estaria construindo uma casa para meu uso.

Entrevistadora: Mas antes de você começar essa obra aqui, quanto tempo a creche funcionou lá na sede da associação? Que ela funcionou lá, ela começou lá, não é?

Entrevistada - Graça: Na sede da associação começou a escola comunitária, não começou a creche, a escola muitos anos antes. Quando montou creche eu tive que fazer uma reforma

rápida, eu utilizei em cima da minha laje da minha casa, porque a eleição era de dois em dois anos, e mudou o presidente, o presidente não aceitava.

Entrevistadora: Mas então, eu achava que a creche tivesse começado...

Entrevistada - Graça: Lá?

Entrevistadora: ...lá.

Entrevistada - Graça: Lá começou a escola MOBREAL.

Entrevistadora: Escola?

Entrevistada - Graça: Escola Comunitária Mobral, que eu fundei. A ideia de creche foi depois.

Entrevistadora: Aí atendendo às crianças de quatro e cinco anos?

Entrevistada - Graça: Isso.

Entrevistadora: Foi lá?

Entrevistada - Graça: Lá.

Entrevistadora: Mas aí não é creche, não?

Entrevistada - Graça: Não, porque não era o dia todo. Não é, Marlene? É meio expediente, não tinha refeição.

Entrevistadora: Ah, mas era parcial?

Entrevistada - Graça: Era parcial.

Entrevistadora: Ah, era creche, porque a gente tem creche da prefeitura que também atende em horário parcial.

Entrevistada - Graça: Ah é, não é? É, nós não consideramos assim creche, não é?

Entrevistadora: Não é?

Entrevistada - Marlene: Você entendeu? Porque a palavra creche para a gente...

Entrevistadora: A gente já pensa...

Entrevistada - Marlene: é um lugar para a criança... o dia todo.

Entrevistada - Graça: O dia todo, assim que eu penso, e ninguém pagava nada, também não tinha almoço, tinha lanche.

Entrevistadora: Era lanchinho, não é?

Entrevistada - Graça: É, quando era quinze para meio dia a mãe pegava o lanche e era assim. Com a ajuda da LBA é que nós passamos a ter a refeição.

Entrevistadora: E aí ficou o dia inteiro, não? Aí continuou também meio período?

Entrevistada - Graça: Não, continuou meio expediente, melhorou o lanche, não é? O prefeito veio numa inauguração do tratorzinho, da coleta de lixo, e nós fizemos um movimento com a creche aí melhorou o lanche vinha queijo, o lanche foi melhorado, mas continuou sendo meio expediente.

Entrevistadora: Qual era o prefeito, Marcos Tamoio, não?

Entrevistada - Graça: Não, aqui, quando já foi, aqui já foi Saturnino Braga.

Entrevistadora: Saturnino?

Entrevistada - Graça: É, acho que lá foi Chagas Freitas, não.

Entrevistadora: Não, Chagas Freitas foi ...

Entrevistada - Graça: Brizola, Brizola.

Entrevistadora: Não, ele foi governador.

Entrevistada - Graça: Espera aí.

Entrevistadora: Marcelo?

Entrevistada - Graça: Marcelo Alencar. É, foi Marcelo, é, foi Marcelo Alencar e Saturnino Braga, foi depois que...

Entrevistadora: Saturnino foi antes do Marcelo...

Entrevistada - Graça: É, então, mas Saturnino eu tenho certeza que foi que assinou a documentação daqui, então foi um governo antes, um prefeito antes de Saturnino Braga. Que

Saturnino Braga já foi indicação do Brizola. O Brizola era governador, quando ele voltou do exílio já foi para governador.

Entrevistadora: Mas aí você lembra quanto tempo ficou lá? Quando vocês começaram a atender, quanto tempo ficou lá?

Entrevistada - Graça: A associação como escola comunitária?

Entrevistada - Marlene: Mais de um ano.

Entrevistadora: É, mais de um ano?

Entrevistada - Graça: Mais, mais, em torno de uns três anos.

Entrevistadora: Mais ou menos uns três anos?

Entrevistada - Graça: É, uns três anos, foi mais ou menos assim, é. A minha mãe morreu com 101 anos, minha mãe era merendeira de lá, já era uma senhora, não é? Ela que fazia os refrescos para dar, suco, é uns três anos. Porque começou aqui ninguém recebia nada.

Entrevistadora: Era voluntário mesmo?

Entrevistada - Graça: Totalmente voluntário, totalmente. Depois é que começou aí a comunicar, a se comungar e entrar uma parcelazinha de um dinheiro que a gente dividia, mas que não dava nem meio salário, dividia para quem estava trabalhando. Como eram pessoas da comunidade, tudo que dava era festa, não é? E era meio expediente, dava tempo de fazer esse serviço social. Depois a LBA...

Entrevistada - Marlene: <Ininteligível> forneceu o curso, não é?

Entrevistada - Graça: É.

Entrevistada - Marlene: Mais curso.

Entrevistadora: Para as pessoas que trabalhavam na creche?

Entrevistada - Graça: Para ajudar, não é? Porque ele chegava tinha só essa informação, então teria que ter um curso até para aprendizado para profissionais.

Entrevistada - Graça: Eu acho que era um dos melhores cursos que até hoje... e fazia mesmo na prática não era nada de teoria, era prática mesmo.

Entrevistadora: E quem dava era a Secretaria de Educação, não? O MOBREAL era da prefeitura?

Entrevistada - Graça: Era da prefeitura também, era. Porque ali no Cocotá numa antiga companhia de bonde que agora é o fórum, aquela parte ali, ali funcionava estado e prefeitura junto, mais o MOBREAL...

Entrevistadora: Do lado do antigo fórum?

Entrevistada - Graça: É, antigo fórum. O MOBREAL, você me deixou uma dúvida, porque era estado ou era município, porque a LBA é federal, mas mesmo sendo federal o estado que administrava no local, não é?

Entrevistadora: Umh... Lembra o nome de alguém que tenha participado, tenha dado esses cursos?

Entrevistada - Graça: Não, porque não era uma pessoa só.

Entrevistada - Graça: Eram várias?

Entrevistada - Graça: Os cursos eram voluntários, era escolas, Pedro II, indicavam algumas pessoas. Eu não sei se era estagiar ou dar a formação, aqueles alunos, não é, eles, é Pedro II, Pedro II o que mais mandava formadores darem esses cursinhos. Tem outro colégio, outra escola? Que eu me lembro é Pedro II, era Pedro II. Que formava professores, que tinha curso, tinha formação.

Entrevistadora: Na verdade você está falando para o MOBREAL, não é?

Entrevistada - Graça: É, é vim dar um cursinho para nós, entendeu? Então eram professores profissionais que vinham, eram profissionais mesmo na educação que vinham. Por isso que eu estou em dúvida que não era a mando da quarta cre, nem me lembro se no dia...

Entrevistada - Graça: Era DEC?

Entrevistadora: Era o DEC, é o DEC, DEC, isso mesmo, é o DEC. Aí eles vinham e para eles tinham alguma vantagem. Eu não sei se eles traziam alunos, eles vinham dar o curso e automaticamente estavam ensinando. Eu sei que vinham vários voluntários junto com eles participavam, então a aula era dada com criança, entendeu? Como trabalhar com a criança, então era um dia maravilhoso, era dessa forma. Onde ela aprendeu muito e muito mesmo ali, ela está dizendo para você que já pegou na prática, não foi na teoria, foi na prática.

Entrevistadora: Lá em cima, não é, só para eu me localizar no tempo, mais ou menos.

Entrevistada - Graça: Lá na associação.

Entrevistadora: Lá na associação, não é?

Entrevistada - Graça: Quando viemos para aqui nós viemos como teste de oito horas de percurso, não é nem oito, é dez horas.

Entrevistadora: Aí por que mudou para cá?

Entrevistada - Graça: Mudou para cá porque funcionava, essa escolinha funcionava na associação e a diretoria que estava ganhando as eleições eram todas condizentes com esse trabalho, então nenhuma delas era contra, tá? E quando entrou uma diretoria que queria modificar o nosso trabalho, isso já há um certo tempo, meu trabalho, primeiro ponto dela já era dispensar os funcionários, e então eu juntei ao povo e achei que não era justo, que o funcionário tinha, carregou no colo esse projeto, então não tinha nada a condenar, eles tinham que continuar. Então eles colocaram essa situação em nossas mãos, ou demite os funcionários e colocamos pessoas da nossa diretoria, que foi eleito agora, ou vocês desocupam o espaço. Então realmente a situação nossa ficou muito séria, nós resolvemos desocupar o espaço. Aí desocupamos o espaço, quem tinha uma obra mais ou menos era eu que tinha uma casa, que tinha uma laje e tinha muro. Então eu completei rapidinho, duas salas e um banheiro, comecei a funcionar lá, era só 40 crianças. Nós começamos com 40 a 45.

Entrevistadora: Aí vocês ficaram lá quanto tempo, mais ou menos, nessa casa?

Entrevistada - Marlene: Foi mais de quatro.

Entrevistada - Graça: É porque aqui, como eu disse para você, quando eu indiquei isso aqui, consegui <Ininteligível> e Saturino Braga, consegui o documento para começar a construção, eu pensei que ia ser rápido, mas nada é rápido. Houve exigência desses moradores que hoje são nossos amigos, então até...

Entrevistadora: Cada vez que a gente conversa eu...

Entrevistada - Graça: Está sabendo mais ou menos as coisas?

Entrevistadora: É, mais alguma coisa, eu não sabia que vocês tinham levado a creche para a sua casa, para poder dar continuidade ao trabalho.

Entrevistada - Graça: Levei, só que eu levei e tirei rápido porque para que eu recebesse doação, ela não poderia estar, não era dentro da minha casa em si, era em cima, mas era uma parte minha. Então eu precisava de mais doação, informação da própria LBA para que isso ajudasse eles, conseguisse mais doação, ela tinha que sair de lá, tinha que ter seu espaço próprio.

Entrevistadora: E não podia continuar lá, não é?

Entrevistada - Graça: Não, continuava, mas o nome dela na minha boca, da mulher que visitava, mas ela não era fácil não, viu? É Roseli, agora lembrei, Roseli foi diretora, Roseli, não é? Ela, o dinheiro estava no banco, R\$ 1.200,00 no banco, no nome da entidade, já tinha registrado a creche como Arca de Noé, ela que inventou esse nome, é que estava lá no banco. Era a única entidade que não usou o dinheiro, de início, fui eu, fiquei mais de um ano com o dinheiro no banco parado, sem usar, porque não tinha aonde. Eu não poderia fazer reforma na minha casa para fazer a creche porque eu estaria usando o dinheiro no que é meu, e eu não queria isso, eu já tinha esse terreno aqui, tinha que ser aqui. Então o dinheiro ficou parado. E sabe que ela me chegava de visita na minha casa, de surpresa na creche e dizia assim, “Graça,

pega os documentos do banco, vamos lá no banco dar uma olhadinha naquele dinheiro”. Aí ia lá no banco, eu tirava o extrato, ela via lá que o dinheiro estava lá, aí ela fazia, colava aquele extrato. Bem, ela tinha que fazer, que ela estava fiscalizando, mas se eu não fosse honesta, aí não teria nem chegado aí. E eu ficava com uma raiva dela porque ela por ser minha amiga ela poderia me orientar, “Você não tira esse dinheiro, não mexa nesse dinheiro porque eu vou ser obrigada a fazer isso, isso e isso.”, mas ela não fazia isso.

Entrevistada - Marlene: Como...

Entrevistada - Graça: É.

Entrevistada - Marlene: A creche é um para três pessoas.

Entrevistadora: E ainda comia aqui?

Entrevistada - Marlene: Comia.

Entrevistadora: É, porque ela confiava, não é, ele era ríspida, mas confiava.

Entrevistada - Marlene: <Ininteligível> nos talheres.

Entrevistada - Graça: Ela era muito cri-cri.

Entrevistada - Marlene: Era tudo muito limpo.

Entrevistada - Graça: Eu passava muito aperto com esse pessoal, muita raiva com esse pessoal, eu achava que não devia, eu achava que devia ser mais amigo, mais humano, mas não. Aí nós construímos um barracão lá nos fundos, onde é essa garagem.

Entrevistadora: Nesse terreno?

Entrevistada - Graça: É, nesse terreno.

Entrevistada - Marlene: Parte de cima.

Entrevistada - Graça: Era começar aí com atividade, se bem que houve invasão, pessoas, moradores invadiram, encheram de barraquinha em barraquinha de tendazinha de lona, e eu tive que entrar na justiça para sair, e saíram, foi uma luta, uma briga mesmo.

Entrevistadora: Aí vocês foram até a RA, juntaram as mães, não é?

Entrevistada - Graça: Porque aí já foi, é, juntaram as mães, foi quando foi a reunião com o Saturnino, porque a Dona Jaci era presidente de o Jardim Carioca, é minha amiga, ela não queria a creche, ela achava que essa creche como ia atender o pessoal da favela, vamos dizer assim, tinha que ser lá dentro da favela, não podia ser aqui. E lá não tinha espaço para construir, não é? Que já tinha o doutor Maurício, e já tinha distribuído os lotes para todo mundo. Só tinha barranco, pirambeira, plano não tinha. Então ela uniu o povo dizendo que eu estava aqui fazendo, usando o terreno que poderia ser uma praça, poderia melhorar o valor da casa deles, e para fazer uma casa para eu morar, seria uma favela. E, no entanto, não induzia, não caminhava junto comigo. Eu tive que levar, muito interessada, uma reunião na região administrativa com a presença do Saturnino Braga e foi uma luta, e defender a história da creche. E eu defendi junto com o povo, eu levei muito mais gente do que ela, não é? E ganhei a questão.

Entrevistadora: Essa Dona Jaci era da Associação?

Entrevistada - Graça: Presidente da Associação do Jardim Carioca, que aqui é assim, é Guarabú, Jardim Carioca. Jardim Carioca é um todo, e Guarabú é uma comunidade no meio.

Entrevistadora: Onde é essa sede do Jardim Carioca?

Entrevistada - Graça: Ela não tem sede, nunca teve, funciona na casa dela, lá perto do coreto.

Entrevistada - Marlene: Foi 21 dias que ficou assim.

Entrevistada - Graça: 21 dias, e 21 dias de polícia ostensiva do lado de fora, para que eles não fizessem mais construção, enquanto eu estava no fórum defendendo.

Entrevistadora: A polícia montada?

Entrevistada - Graça: A polícia a cavalo foi quando foi para tirar, cavalaria de polícia, eu e as mães desmanchamos barraca, e a polícia aí para nos defender fisicamente. Vêm pessoas de

tudo quanto é lugar, que na época um terreno era importante, então cada um quer pegar um pedaço disso aqui, aí não conseguimos.

Entrevistada - Marlene: E a gente que era funcionário, a gente tinha hora só para chegar, para ir embora não,

Entrevistada - Graça: A gente ia sete, oito horas da noite.

Entrevistada - Marlene: A gente ia por fora.

Entrevistadora: Mas então <Ininteligível> barraca?

Entrevistada - Marlene: Não.

Entrevistadora: Ah, para ir para lá?

Entrevistada - Marlene: É, esses dias todos a gente ia para fora, a gente vinha para cá.

Entrevistada - Graça: De cada pessoa na minha casa, eu não tinha dinheiro para dar lanche. Eu me lembro que uma vez nós fizemos uma pizza de carne seca, porque não tinha carne para fazer o lanche, mas tinha uma massa que poderia fazer pizza, e a pizza de carne seca. Porque eles ficavam, os invasores ficavam aqui, a polícia do lado de fora, e a gente lutando durante o dia. Mas não confiava, a gente não dormia, quase, foram 21 dias de luta, sacrifício, e mãe em casa, mais mãe, as pessoas que comandam, e conseguimos.

Entrevistada - Marlene: Teve uma mãe que eu lembro até hoje, teve uma mãe que falou assim, “E, bonito, acho que essa creche aqui é legal, cada dia uma coisa diferente”. E tomava garrafa de café?

Entrevistadora: É?

Entrevistada - Marlene: Muita garrafa de café.

Entrevistada - Graça: O que mais tinha era café, aí os funcionários que seguravam, e mãe, que não era só os funcionários.

Entrevistada - Marlene: Ficava, um grupo ficava aqui, outro grupo ia com ela para o...

Entrevistada - Graça: Para os órgãos, para o fórum, usar o fórum, a prefeitura, a secretaria, SMDS, SMDS não.

Entrevistadora: É, na época era.

Entrevistada - Graça: Desenvolvimento Social.

Entrevistadora: SMDS.

Entrevistada - Graça: É isso mesmo, é mesmo, é. Entendeu? E tinha, quando o juiz não atendia, mas ele tinha audiência com outros nós íamos com aquele monte de mãe, ele passava, via, “É a mãe das crianças da creche? É a creche?”. Então tinha algumas assistentes sociais que moravam aqui por fora que também deram força, não é? Mas aí seria um período que o juiz não poderia decretar, ele tinha que aguardar aquele período, não é? De abrir o processo, de chamar as partes, de ouvir os lados, não é? Mas nós sabíamos que, tínhamos esperança que a solução seria a nosso favor. Mas como política muda, não é, da noite para o dia muda, aí a gente ficava um pouco apreensivo. Então quanto mais agitando as mães, nós agitávamos. As mães... chamavam as mães, incentivava. Aí a FAFERJ nos doou uma carreta de alimento, ah, com aquele alimento eu fiz, comecei a distribuir alimento para as mães aí, as mães.

Entrevistada - Graça: FAFERJ?

Entrevistadora: É, Federação de Associação de Moradores.

Entrevistada - Graça: Não era FAMERJ?

Entrevistadora: FAMERJ é de bairros, FAFERJ é de favelas.

Entrevistada - Graça: Ah tá.

Entrevistadora: Então eu doava alimento, arroz, feijão, leite, macarrão, no que eu doava alimentos aí que eu arrebanhava mais pessoas a meu favor. Que as pessoas ajudavam, a Cipa, uma fábrica de plástico que inclusive era no Sul, que trabalha com o meu sobrinho, ele levou o assunto lá e essa fábrica ia fechar, eles me doaram também uma carreta de plástico, balde,

escorredor, saladeira, mas eu ganhei um caminhão baú cheio. Aí eu presenteava a pessoas, as mães dos alunos, e até as que não estavam aqui na creche ainda.

Entrevistadora: Mas só tinha mãe participando ou tinha também outras pessoas?

Entrevistada - Graça: Não, só tinha morador, quem participava a nosso favor era só mães de moradores que estavam a nosso favor. Eram todos da comunidade, do Guarabú.

Entrevistadora: Mas assim, essas mulheres, tinham algumas que também não tinham filhos ou...?

Entrevistada - Graça: Não tinham filhos, tinha outras que não tinham filhos também, moradores participavam.

Entrevistadora: E tinha homem?

Entrevistada - Graça: Tinha, tinha homem, tanto que quando começou essa construção, um era mecânico, doou mil tijolos, tinha bastante homem participando. Só que tinha dia que você tinha que fazer serviço de homem, não é? É tirar os arames, é esticar arame farpado, a gente tinha que esticar e na hora não tinha homem... Depois aparecia, não é? Era assim, 21 dias foram de luta e trabalho, esses dias foram passando a gente não conseguiu nem...

Entrevistada - Marlene: Depois ficamos em uma lona, aí tivemos o galpão.

Entrevistada - Graça: Um galpão. Foi.

Entrevistada - Marlene: Voltamos a ter só aula, aí vinha com uma turminha pequena.

Entrevistada - Graça: Depois que conseguiu a documentação, desencantou, aí que nós fizemos aquela parte aqui. Aí dessa coluna para lá fizemos três salas e uma cozinha, aí já funcionou aqui. Depois que funcionou aqui, a gente arrumou esse barranco. Porque isso aqui era um barranco, foi cavando, inclusive quem participou dessa escavação hoje já está trabalhando conosco de novo, era um jovem, hoje é um senhor, ele não está aí não, ele é pescador. Ele que foi cavando, ele e outros mais, e aumentando.

Entrevistada - Graça: Vinha tudo no nível da rua assim, aí nós fomos cavando.

Entrevistadora: Eu vi foto, tem foto no jornal, no jornal antigo. Acho que era o Jornal do Brasil, tem a foto ainda do terreno, não é, sem a construção, é.

Entrevistada - Graça: Eu não posso é garantir não, mas eu tinha uma foto da obra, a gente vai fazendo obra em casa e os filhos vão pegando e vão jogando. E aqui como andou uma época chovendo muito, molhando, muita coisa foi para o lixo, eu não sei se eu ainda consigo foto da época, mas eu tinha foto da fundação, como foi <Ininteligível> aqui na fundação, a ferragem, porque tudo isso tinha denúncia. É porque ia fazer uma construção e poderia cair em cima de criança, porque naquela época não tinha nenhuma creche de laje aqui nas comunidades, nós fizemos de laje. É tanto que a construção aqui é estúpida, você vê as colunas, são coisas assim monstruosas.

Entrevistadora: Dá para construir um prédio?

Entrevistada - Graça: É. A ideia foi fazer três andares, mas apareceu um outro cara aí, fizemos uma parceria e ele investiu o dinheiro dele no segundo andar e fez o segundo andar com parede de bloco. Aí ficou peso, não é? Então, não, vamos construir mais outro andar não, deixa só em dois andares e pronto, e já está de bom tamanho, não é? Para nós já está bom. Só acho que é ruim fazer isso.

Entrevistadora: Bom, aí teve mais, assim, algum momento que vocês tiveram que lutar pela creche, além desse da construção? Teve que mobilizar?

Entrevistada - Graça: Mobilizar? Foi a regularização da documentação, da cessão de uso, não é? Não, acho igual a esse, não teve, não. As outras são movimentos pequenos.

Entrevistadora: Mas quais <Ininteligível> que às vezes para a gente é pouca coisa, não é?

Entrevistada - Graça: É. Quando teria projetos, tinha uma ideia, vai ter um projeto dentro da área de educação, convênios, então teriam que levar moradores, as mães lá na secretaria, na SMDS, para marcar a audiência com o prefeito, com o secretário, para legalizar, porque

primeiro era a vinda da LBA, depois a prefeitura abraçou as creches e começou a manter as creches. Antes da lei de diretrizes e bases, houve a lei, depois é que ela foi realmente implantada, ela ficou na gaveta. Mas quando houve a lei, a SMDS começou a ajudar essas creches que foram construídas pela LBA. Porque quando o Collor teve que sair, a LBA acabou, depois que a LBA acabou, essa verba ela passou para o estado, passou para o estado, mas a prefeitura começou a assumir. Aí ela dava alimento, dava alimentação e remuneração, não é? Ela não empregava o funcionário, mas ela dava ajuda e exigia que a entidade assinasse a carteira. Ela que fazia repasse. Mas até para conseguir entrar nesse projeto, tinha que movimentar, tinha que levar as mães para a reunião para conseguir, e nós conseguimos alimentação, conseguimos verba para remunerar o funcionário. É creche mesmo eu acredito que não, mas aproveitamos esse aprendizado para fazer para hospitais, para outras melhorias dentro do bairro Ilha, dentro das comunidades até hoje.

Entrevistadora: Uma vez você contou que estava com um carro e você atravessou o carro.

Entrevistada - Graça: Avenida Brasil.

Entrevistadora: É, foi ...

Entrevistada - Graça: Porque eles iam fechar, eu ia <Ininteligível>, Hospital de Bonsucesso, porque não tinha comida, então precisava de fazer um movimento e eu fazia parte da Secretaria de Saúde, um movimento para não fechar o hospital.

Entrevistadora: Mas isso antes de você estar aqui com a creche ou depois?

Entrevistada - Graça: Não. Depois da creche, tinha a creche.

Entrevistadora: Já tinha?

Entrevistada - Graça: Já tinha a creche. Porque a partir da creche, eu continuei envolvida nesses trabalhos sociais, e como era um trabalho que deu certo, você era chamada, entendeu? Para participar. E quando montavam o Sistema Único de Saúde, o SUS, não é, que antigamente você descontava IASERJ, tinha o IASERJ e o IAPETEC você tinha o IAPETEC, INSS você tinha INSS. Quer dizer, cada órgão que você descontava em carteira tinha. Depois veio a União Única de Saúde, que é o SUS. então eu fiz parte da elaboração desses projetos. E nesse meio tempo IAPETEC ia fechar, hospital, único hospital que a gente tinha aqui para operação, a cirurgia, ia fechar. E eu tinha esse carro, eu ainda tenho ele encostado lá na minha porta até hoje, ele anda, mas ele tem o volante meio, não tem direção. Então eu fui e precisava dar um grito às comunidades. E a ideia foi fechar a Avenida Brasil, não tinha como fechar ser humano, aí atravessei o carro, atravessei o Monza e fechou. Aí apareceu helicóptero, apareceu jornal, apareceu imprensa, apareceu um bocado de gente, apareceu Kombi de alimentos, e o IAPETEC não fechou. Foi um dia de movimento não fechou. E a partir daí nós começamos a aprender que a união faz a força e juntos reivindicamos todos os objetivos, não é. Então tudo que precisava <Ininteligível>, eu comprei um megafone e eu saía nos becos anunciando, eu anunciava uma reunião o pessoal brotava. Aí foi indo. Conseguimos a água, a luz da Light, que era poste de comissão de luz, luz direta da Light nas casas, saneamento básico certo, separado, casas fluviais com esgoto. Ajuda para as casas de alvenaria, o asfalto. Fomos para Brasília, conseguimos alimento para a comunidade, tinha que pedir leite, que era um tipo de leite que as pessoas pegavam um litro de leite líquido mesmo, mães que tinham crianças pequenas. Então todos os projetos que apareciam, eles entravam em contato conosco, eu fazia parte da comissão da Ilha, não é, da mídia, Associação da Ilha do Governador. Aí já começa, já fui ser enxergada como um todo e participar e passar experiência para outras comunidades que foram crescendo e foram se organizando. Mas eu acho que daqui da creche até esse documento da cessão de uso, nós tivemos que movimentar várias reuniões, não foi uma nem duas, foram várias reuniões. Tinha reunião que era feito lá, como eu disse aqui, com o batalhão, nós íamos, tinha outra que era feita com o serviço social, nós íamos, e foi indo assim. Mas, depois que conseguiu a documentação, que começamos a construção, aí

acalmou. Ninguém já brigava conosco, aí fomos aproveitar aquela sabedoria, aquela pequena sabedoria dentro de uma experiência que eu tinha, para passar para outros. E quando eu ia, eu não ia sozinha, eu levava mais alguém, que o pouco que eu esquecia esse alguém colocava.

Entrevistadora: Entendi. Aí agora não tem mais, não é? Já está tranquilo, as mães não se mobilizam, não é?

Entrevistada - Graça: Aquelas mães necessitadas que tinham mesmo, hoje se nós tivermos aqui umas três famílias é muito, não é, Marlene?

Entrevistada - Marlene: É.

Entrevistada - Graça: É muito. E tem ali aquelas meninas da grota, não é, <Ininteligível> são poucos, porque a maioria deles cresceram, mudaram e foram embora, trabalharam, compraram terreno, outros compraram, outros queriam apartamento. A família que ficou inteira foi a nossa, porque ela se espalhou muito e ficou... mamãe teve cinco filhos, os cinco filhos casaram e tiveram mais filhos, não é? E os netos continuaram todo mundo morando por aqui mesmo, então ela se manteve. E a história da creche não deixou pensar de sair daqui, eu não cheguei nem a pensar de mudar daqui. Porque essa creche desde que começou foi comigo e ela continua comigo e as dificuldades elas existiam muitas e muitas dificuldades financeiras. Foram dificuldades de eu ir a Minas vender gado da minha mãe para pagar funcionário, para comprar comida, porque o convênio ficava dois, três meses sem entrar verba, entendeu? E eu já tinha começado e não podia parar, e minha mãe acreditava e me cedia esse empréstimo, dinheiro não tinha, a mãe falava, “Vai lá a Minas, vende lá uma vaca lá, vê o quê que tu pode fazer, resolve o problema”. Então para manter as pessoas não com salário, mas pelo menos com uma gratificação para ela aguardar o pagamento que saía, mas demorava muito. Então isso houve, muitas dificuldades e muitas reuniões, mas união de montar uma romaria, de fazer a romaria. Eu saía aqui, eu ia à frente e procissão atrás, era muita gente andando.

Entrevistadora: Já chegava assustando?

Entrevistada - Graça: Aham. Quando eu chegava aqui no auditório da região administrativa, é engraçado é que ia só enchendo, só enchendo, daqui a pouco estava cheio, aí <Ininteligível>. Porque todo mundo lutava para um bem comum, não é? E ao passo que não se cobrava nada, eu ainda ganhava e ganhava em quantidade, uma vez eu ganhei um caminhão de óleo de soja.

Entrevistadora: Nossa, deve ter óleo de soja até hoje.

Entrevistada - Graça: Olha, foi distribuído óleo de soja à vontade, e eu tudo que nós ganhávamos eu distribuía, então óleo de soja, eu só sei que nós usamos óleo de soja mais de um ano. Depois não, porque as latas vão enferrujando, era lata na época.

Entrevistadora: Ah, era lata.

Entrevistada - Graça: Antigamente era lata.

Entrevistadora: É.

Entrevistada - Graça: Não tinha a durabilidade mais do que um ano, tive que distribuir.

Entrevistadora: Você tem assim, alguma coisa da creche que você não tenha falado que você acha legal, gostaria, não é, que fosse... Marlene também lembra alguma coisa assim?

Entrevistada - Marlene: Essa história, Graça me conta a história.

Entrevistadora: Ela vai contar mais uma coisinha.

Entrevistada - Graça: Ficou muitos anos esquecido. O sofrimento, quando não houve mais o sofrimento, e outra, você não encontra aqui essas pessoas porque morreram muitas pessoas. Eu fico pensando assim, como é que pode, nossa família é centenária mesmo, porque as pessoas morreram, não existe. E aqueles que ficaram vivos moram em outros lugares, não é? Então aqui as pessoas ajudaram muito, o que eu sinto saudade é da união dos pais. Era muito mais unido do que é hoje em dia. Hoje eles pensam que tudo é obrigação, entendeu?

Entrevistadora: Antes eles se uniam para poder reivindicar, não é?

Entrevistada - Graça: Exato, eles comungavam com as nossas dificuldades e era só falar eles já estavam aí para ajudar, entendeu? E realmente a creche ajudou muito, você nunca mais viu famílias, mulheres e maridos brigarem pela situação financeira dentro de casa. Pode brigar por ciúmes, por outros motivos, mas a falta de comida não, porque a maioria das mães trabalha.

Entrevistada - Marlene: E o que eu observo também, que eu acho bem importante, é que as crianças daqui quase nunca estão doentes. Nós temos uma clientela boa que quase não fica doente.

Entrevistada - Graça: Eu acho que são bem alimentados, não é?

Entrevistada - Marlene: E outra coisa na hora de almoço praticamente eu faço <Ininteligível> já para não deixar comida. <Ininteligível>

Entrevistadora: Uhum. Se vocês tiverem mais, vou desligar mas se vocês tiverem mais alguma coisa, quiserem acrescentar, não é, tiver alguma data, algum documento, alguma foto.

Entrevistada - Graça: Data, eu vou sentar, pedir para Tainá, para pegar os estatutos velhos, para pegar...

<fim da transcrição>

Fonte: REIS, Maria das Graças. Entrevista concedida à Jane Chalão Lucchesi, RJ, 10 jan. 2015.

<Início da transcrição>

Entrevistadora: A sobra do dinheiro do convênio...

Entrevistada - Graça: Era devolvida...

Entrevistadora: Era devolvido.

Entrevistada - Graça: ... aos cofres públicos.

Entrevistadora: Uhum.

Entrevistada - Graça: Ela não assinava carteira, quem assinava era nós. Ela repassava a verba, e era per capita somada por... como é hoje, foi no <Ininteligível>. Era um valor de acordo com o <Ininteligível>. Mas se ao término do convênio seria devolvido todo o dinheiro. Todo mês prestava conta do que gastava e o que sobrava. Teria que botar em uma poupança. E quando terminava o convênio aquela poupança era devolvida para a prefeitura.

Entrevistadora: Você lembra até que época foi assim? Mais ou menos.

Entrevistada - Graça: Foi antes de passar para...

Entrevistadora: SME?

Entrevistada - Graça: Antes da...

Entrevistadora: Até a SMDS era assim?

Entrevistada - Graça: Era assim.

Entrevistadora: Aí...

Entrevistada - Graça: Quando passou para...

Entrevistadora: SME

Entrevistada - Graça: SME. Aí é que mudou.

Entrevistadora: Uhum.

Entrevistada - Graça: Já houve uma mudança, agora eu não sei porque, eu acredito que alguém deve ter entrado na justiça. Houve alguma coisa que levou o convênio... <Ininteligível>.

Entrevistadora: Aí se você puder...

Entrevistada - Graça: Os dados... eu vou te dar as datas todas. Eu tenho certeza que eu vou conseguir para você.

Entrevistadora: Tá. Vou...

Entrevistada - Graça: Eu vou conversar. Eu me lembro que eu tenho um jornalzinho que tem uma criança em uma porta dessas... eu ainda tenho o jornal da Ilha, que tem uma criança na creche. Na porta, também serve, não é?

Entrevistadora: Com certeza.

Entrevistada - Graça: Eu acho que tem uma foto minha. Eu acho que tem. Tem um jornal velho, está até com... Eu acredito que eu tenho. Eu guardo muito, sabe? Sou muito... Eu mesmo, eu guardo. Os meus filhos ficam jogando tudo fora para que... Aí eu costumo guardar. É que aqui andou um período que não tinha essa parte de cima, e a laje mal feita. Assim, mal feita que eu digo assim, com infiltração. Laje com material não foi peneirado, molhava tudo. Quando você pensava que não, tinha um armário assim...

Entrevistada - Marlene: Ia tudo para o lixo.

Entrevistada - Graça: Ia tudo para o lixo. Aí eu passei a guardar muita coisa na minha casa. Agora que ela está falando, que eu estou fazendo... Reformando a casa toda, com o dinheirinho que saiu lá de Minas, aí destinei o dinheiro para dez mil para cada um. Mas... Aí eu estou reformando, trocando o piso, estou fazendo umas triagens. Aí minha filha, “Mãe, pega isso joga tudo num saco preto, joga no lixo”. Não, tem coisa da creche, tem que guardar, tem que levar. Eu ainda sonho que aquela creche vai passar ainda, sair do nome da prefeitura e passar para a entidade. Eu preciso estar aqui <Ininteligível> porque a questão do

<Ininteligível> é só o terreno, o prédio não. Mas o que adianta o terreno está em nome da prefeitura, o prédio não está. Não tem condições de alguém assumir.

Entrevistadora: Uhum.

Entrevistada - Graça: Entendeu?

Entrevistadora: Melhora...

Entrevistada - Graça: Mas eu não sei. Eu acho assim que... eu vou conseguir alguma coisa para você sim. E eu vou ver, eu vou ver se eu vou dar um pulo lá amanhã, lá no coreto para ver esse negócio da Maria de Moura.

Entrevistadora: Tá.

Entrevistada - Graça: Seria tão bom se soubesse, não é? Se ela morava aqui, qualquer lugar, por que não? Por que foi ela, não é?

Entrevistadora: Aqui eu tenho certeza que ela morou, mas onde com certeza...

Entrevistada - Graça: É...

Entrevistadora: Qual a casa? Nossa, ia ser...

Entrevistada - Graça: Pode até nem existir mais a casa, como pode existir, não é?

Entrevistadora: É.

Entrevistada - Graça: Mas isso aqui tem uma história muito grande.

Entrevistadora: É.

Entrevistada - Graça: E outra que a <Ininteligível> é a única que me acompanhou junto, a única.

Entrevistadora: Te aluguei muito já hoje.

Entrevistada - Graça: Não. Eu já tinha me organizado para isso. Entendeu?

Entrevistadora: Eu fiquei com medo. Eu falei, “Será que Graça foi para Minas”, mas...

Entrevistada - Graça: Eu vou ver se eu arranjo um gravador para eu ver quando não lembrar de alguma coisa. E você, vai terminar isso quando? Não, não tem <Ininteligível> A minha filha falou que o estado também está falindo...

Entrevistadora: Está.

Entrevistada - Graça: Está vendo?

Entrevistadora: O estado já está...

Entrevistada - Graça: Pois é. Minha filha trabalha na Secretaria de Educação do estado. E que está... ela é professora na... mas não está exercendo a função de professora. Ela está coordenando vários colégios, então ela participa da reunião, faz o relatório e manda. O que comentam é que o estado está decretando falência e que vai ser entregue ao federal.

Entrevistadora: Pode ser. A prefeitura também já faliu uma vez, não é?

Entrevistada - Graça: Mas entregar a um órgão federal?

Entrevistadora: É. Não tem por que.

Entrevistada - Graça: Aí para quem está <Ininteligível> vai detestar.

Entrevistadora: Ah, vai. Tá todo mundo...

Entrevistada - Graça: Eu falei para ela, “Se prepara, que se isso acontecer você vai para sala de aula”.

Entrevistadora: Ou não.

Entrevistada - Graça: Sim. Talvez não?

Entrevistada - Graça: Eu não uso mais meus conhecimentos não, que eu me decepcionei muito com esse negócio de política. Antigamente eu usava. No início quando meus filhos estudavam. Eu não ganhava nada, a única coisa que ganhava era conhecimento, entendeu?

Entrevistadora: Uhum.

Entrevistada - Graça: Aí quando meus filhos estudavam, eu usava sim. Mas é diferente, você paga faculdade para os seus meninos. Você trabalha, ganha um dinheiro a mais. Então você se previne.

Entrevistadora: Verdade.

Entrevistada - Graça: E hoje em dia o professor está <Ininteligível> é o que ganha mais ou menos para ajudar. E ela paga muito, muito, muito mesmo, sabe? Que tem bolsa na faculdade, minhas meninas. Mas mesmo com a bolsa é em torno de mil reais. Não tem como. Meu filho trabalha na Petrobrás, me ajuda a pagar <Ininteligível> porque não tem como. E ela, o marido não ajuda, pai não ajuda. Eu disse, “Mas você fez <Ininteligível> tem que pagar aqui. Senão a única coisa que vai fazer é deixar as meninas formadas. Uma se forma agora, em engenharia.

Entrevistadora: Que bom.

Entrevistada - Graça: É. E a outra é enfermagem. Já falei para ela... Ela já está atrasada, ela tem ainda mais um ano e meio pela frente. E eu acho que tem que continuar, porque mãe e pai não tiveram essa oportunidade de estudo.

Entrevistadora: É verdade.

Entrevistada - Graça: Eu creio que as duas já <Ininteligível>, meu barraco lá, tudo bem, quando eu morrer eu espero que vocês estejam prósperas. Mas eu ainda recebi do meu pai, eu recebo do meu pai. Meu pai era da Aeronáutica, eu não casei no civil para receber a pensão. E eu recebo a pensão da Aeronáutica. Mas hoje em dia não tem isso mais. Nem quem é da Aeronáutica não recebe.

Entrevistadora: É.

Entrevistada - Graça: Não é? Olha só, eu estive com um senhor aí que é da Aeronáutica, disse que para o filho dele receber ele está pagando...

Entrevistadora: Tem que estar pagando como se fosse uma previdência separada para poder receber.

Entrevistada - Graça: E isso foi muito mal. Os cofres públicos eram muita despesa. Chegou um ponto que... meu é pouquinho, tem filha de brigadeiro que recebe muito dinheiro. Por exemplo, o de militar oficial... de oficial mesmo casada recebe. Civil, se casar perde. No caso do meu pai, se eu me casasse no civil eu perdia. Que meu pai era civil. Ele trabalhava como mestre de obras, mas era da ala civil, não era militar. E eu recebo. <Ininteligível> para a família, morre contigo. Elas têm que se formar para ter um emprego. Tem hora que eu fico com pena, sabe, de isso acontecer. Mas eu falei assim, “<Ininteligível>

Entrevistadora: Mas está tudo bem. Vai sair... Vai passar um aperto, muitas pessoas vão ficar sem receber. Mas depois a gente tem que dar um jeito, porque senão o povo se rebela e... eles dão um jeito.

Entrevistada - Graça: É, dão um jeito. Começa a vender patrimônio...

Entrevistadora: Uhum.

Entrevistada - Graça: ...num instante a vender.

Entrevistadora: É.

Entrevistadora: Graça, muito obrigada, tá?

Entrevistada - Graça: Fica com Deus! Eu vou tentar ver se eu consigo as datas. Se eu consegui ver se essa menina ainda é viva. Se ela não for viva, alguém da família dela.

Entrevistadora: Aham.

Entrevistada - Graças: Eu pus na minha cabeça que eu vou comprar um carro para a creche, eu vou usar esse da creche um bom tempo. Agora depois que eu conseguir uma pessoa para assumir aqui, eu tenho tanta vontade de ir para Minas mesmo. Há muitos anos, muitos anos.

Entrevistadora: Mas aqui você é útil, Graça.

Entrevistada - Graças: É, eu sou. Mas muita gente acha que eu não faço mais do que obrigação. Não tem mais aquelas pessoas como antes, não. Têm poucos.

Entrevistadora: É, né.

Entrevistada - Graças: É tão poucos. Eu tenho muito amigo aqui. Mas eu não faço isso pelos pais, não. Eu faço é pelas crianças. Pelas crianças. Eu não viajo por causa desse aí, ó. Eu vou

ter que sentar ali para eles ficarem brincando? <Ininteligível>. E quando a mãe vem, “ele não queria hoje sair comigo”. Por quê? Queria ir para creche <Ininteligível>... Isso não existe, não é? É bom demais. É isso.

Entrevistadora: Tá vendo.

Entrevistada - Graças: Isso é coisa de criança. Mas eu já estou com quase 70. Então tem que ter uma <Ininteligível>... Marlene, você tem que assumir. Ninguém quer assumir.

Entrevistadora: É?

Entrevistada - Graças: Ninguém. Ou não quer ou em quanto eu estiver aqui elas não assumem. Marlene tinha que assumir. “Pelo amor, Deus, sem a senhora eu não faço nada”. “Faz Marlene”. “Ah, não faço, nada”.

<Ininteligível>

Entrevistada - Graças: Vai ter uma sala com dois banheiros. Sala... Eu não falei com você, não. <Atende ao telefone> “Alô. Alô”. Essa sala eu vou dar curso de informática para a terceira idade. É tirar essas velhas da frente da televisão para dar um...

Entrevistadora: Legal.

Entrevistada - Graças: É. Tudo da terceira idade <Ininteligível> em cima e mais alguma coisa assim, <Ininteligível> máquina de costura industrial que pode dar um curso, não é? Aqueles cursos rápidos, roupinha de criança, short.

<Ininteligível >

Entrevistadora: Graça, muito obrigada, tá.

Entrevistada - Graça: Tá bom.

Entrevistadora: Fica com Deus.

Entrevistada - Graça: Obrigada você. Eu fico feliz que alguém se interessa pelo meu trabalho.

Entrevistadora: Aí da próxima vez que eu encontrar com você, você vai me contar mais...

Entrevistada - Graça: Mais um pouquinho.

Entrevistadora: Mais alguma coisa.

Entrevistada - Graça: Vou ver se consigo gravar no meu telefone, porque aí alguma coisa que eu me lembrar. Que às vezes vocês está longe, lembra e grava.

Entrevistadora: Tá. Como que eu faço para pegar essas fotos, essas coisas que você vai ver?

Entrevistada - Graças: Dia oito, eu ainda estou aqui. Oito ou nove. Porque eu fui chamada para assinar convênio. Então, haja necessidade de eu viajar ou não. Dia sete é feriado. Dia oito eu vou estar aqui, se houver necessidade de eu ir para lá. Porque eu não vou poder ir. Porque eu não vou e volto assim rápido. Eu não vou perder essa verba. Não tem como. Tem que ser eu. Não pode ser substituta. Então eu tenho que ir.

Entrevistadora: Tem que buscar onde?

Entrevistada - Graças: Madureira, no SESC de Madureira. Não vou buscar, eu vou assinar o convênio. Aí que eles vão marcar a data. Que vai começar a pegar, todo dia. Tem esse primeiro contato que tem que ser eu mesma. Então você tem como ele chegar eu ter viajado. Estou garantindo, até o dia oito de setembro está garantido para mim se eu não for. Não, que realmente eu tenho que se houve a necessidade eu buscar meu dinheiro. É dinheiro, não é... E o resto tudo pode deixar para vender os terrenos depois. Vou vender para quem não tem. Toda hora vem, está precisando de dinheiro. Eu nem falo. É Mal de Alzheimer... Eu estou com plano que tem que ter alguém para tomar conta, tem que ter uma reserva. Entendeu?

Entrevistadora: Tchau, Graça.

Entrevistada - Graças: Tchau. Vai com Deus.

Entrevistadora: Fica com Deus.

<fim da transcrição>

Fonte: SOUZA, Maria da Conceição dos Santos de. Entrevista concedida à Jane Chalão Lucchesi. RJ, 13 abr. 2016.

<Início da transcrição>

Entrevistadora: Como é seu nome?

Entrevistada - Conceição: Maria da Conceição.

Entrevistadora: Como é que te chamam?

Entrevistada - Conceição: Conceição.

Entrevistadora: Seus irmãos pequenos, você que cuidava? Quem cuidava deles?

Entrevistada - Conceição: Minha mãe.

Entrevistadora: Sua mãe. Sua mãe trabalhava ou não?

Entrevistada - Conceição: Minha mãe não, naquela época não.

Entrevistadora: Lá por 1980 sua mãe não trabalhava não, né?

Entrevistada - Conceição: Não, gente espera aí, por que é que você quer saber da minha mãe?

Entrevistadora: Da sua mãe <Ininteligível>.

Entrevistada - Conceição: Eu cheguei aqui, eu entrei aqui, minha irmã entrou em 72 e eu também. Porque ela é mais velha do que eu dois anos. Aqui, não eu entrei em 73 por aí, 74 por aí. É isso mesmo, 73 ou 74 que eu entrei aqui. Saí daqui em 1980. O último ano que eu estudei aqui foi 1980, que eu fui estudar à noite, 81 em outra escola.

Entrevistada - Conceição: Ah, daqui, eu lembro de que eu só fiz a 5^a. Depois eu fui estudar a noite, que eu fui fazer...

Entrevistada - Conceição: É, tinha até ginásio na época.

Entrevistada - Conceição: Podia voltar, não é? Ginásio aqui seria ótimo.

Entrevistadora: Você trabalhou na associação também?

Entrevistada - Conceição: Trabalhei. Meu marido era da associação.

Entrevistadora: Fazendo o que? Quem era seu marido? Porque eu andei olhando no jornal...

Entrevistada - Conceição: Meu marido era o Carlinhos, ele faleceu, morreu de câncer, ele era fumante.

Entrevistada - Conceição: Chamavam ele de fumante, mas não porque ele fumava maconha não, era cigarro mesmo.

Entrevistada - Conceição: Ele teve câncer no estômago aí morreu. Quando descobriu já tinha...

Entrevistadora: Mas ele era presidente da associação? Não? Era?

Entrevistada - Conceição: Ele foi um dos.

Entrevistadora: Você sabe que época? Os anos que ele era?

Entrevistada - Conceição: Em 2004, porque daí eu assumi o cargo dele, fui interina dele. Depois, antes dele falecer, eu entreguei o cargo.

Entrevistadora: Aí já tinha uma creche lá? Não?

Entrevistada - Conceição: Já, essa creche...

Entrevistadora: Ainda tem essa creche ali?

Entrevistada - Conceição: A Arca de Noé é da Gracinha.

Entrevistadora: É, daí ela saiu né?

Entrevistada - Conceição: Não, a Gracinha está cuidando...

Entrevistadora: Não, não. Ela saiu da associação, ela começou lá...

Entrevistada - Conceição: É, ela saiu da associação, era a Tiana, era... Primeiro começou com o tenente Marques. Tenente Marques foi um dos que conseguiu a urbanização do lugar. Foi na época do Brizola, o Brizola foi então governador. Governador? Prefeito? Sei lá, nem me lembro. O Brizola que trouxe o calçamento para a comunidade.

Entrevistada - Conceição: O tenente Marques que trouxe, eu sou daqui há 51 anos.

Entrevistada: Aí fizeram essa homenagem aqui a José de Souza Ramos.

Entrevistada - Conceição: Não sei, sei que eu só conheci o tenente Marques. Eu era menina, eu era garota, menina nova, entendeu? Isso aqui era tudo de barro.

Entrevistada: Era uma casa aqui, uma casa ali, era bastante espaço, entendeu?

Entrevistada - Conceição: Isso aqui, essa obra que fizeram aqui, se eu estivesse na associação eu ia brigar muito...

Entrevistada: Mas eles fizeram por conta deles, não perguntaram nada. Ninguém entrou aqui e perguntou, “Pode tomar conta daquele terreno?”, ninguém pergunta.

Entrevistada - Conceição: Não, ninguém pergunta.

Entrevistada - Conceição: Mas é a comunidade, é uma comunidade. A comunidade, ela tem uma força tão grande, tá, quando ela quer, ela consegue minha querida, ela consegue.

Entrevistadora: Tem algum movimento que a comunidade tenha feito agora, que tenha conseguido alguma coisa?

Entrevistada - Conceição: Vou te contar uma coisa...

Entrevistada - Conceição: A associação ali está fechada.

Entrevistadora: A associação não está funcionando?

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistadora: Era o seu... Como é que é o nome dele?

Entrevistada - Conceição: Era o Osmar antigamente.

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: O Osmar saiu, aí ficou Carlinhos. Carlinhos faleceu e eu fiquei, eu fiquei e saí quem assumiu foi Batata junto com ... não sei o nome.

Entrevistada - Conceição: O ensino fundamental e o médio aí que nós conseguimos, tínhamos o projeto de coordenação.

Entrevistada - Conceição: Eu era a coordenadora de banco de preservativos. Eu fazia palestras sobre DST, eu vim fazer aqui. Tinha o Movimento Rosa, tinha várias coisas que...

Entrevistadora: Ah, mas eu quero é isso, eu quero isso, eu quero ir no túnel do tempo. Me diz uma coisa, você falou, estava comentando, se a gente se juntasse, juntar a comunidade, aí eu perguntei e eu não me lembro o que você respondeu. Já teve alguma coisa que tenha acontecido...

Entrevistada - Conceição: Algum movimento?

Entrevistadora: Isso, algum movimento que vocês tenham se mobilizado assim, porque, o que eu sei... Eu sei muito pouco dessa área. O que eu sei é que na época da mudança da Arca de Noé para lá, teve um grupo que eu vi no jornal, de 1985, mais ou menos, que as mães saíram daqui e foram lá para poder ficar com o terreno. Teve mais alguma manifestação assim, algum movimento do pessoal da comunidade para reivindicar mais alguma coisa?

Entrevistada - Conceição: Não, é o seguinte, aqui parece que... Eu não estou muito bem inteirada do assunto, não. Aí a Gracinha entrou aqui junto com, antigamente era a Tiana, o Zé Ramos e Gracinha. Eles que conseguiram a creche para cá, eles que conseguiram. A Tiana que conseguiu creche para cá junto com Gracinha e não sei se Zé Ramos também, eu sei que conseguiram a creche para cá e o Osmar, o Osmar era um garoto.

Entrevistadora: Esse Zé Ramos é o José de Souza Ramos? Não?

Entrevistada - Conceição: É esse mesmo aí. No dia que o Osmar me chamou para inauguração, eu falei para ele assim, “Eu quero saber o seguinte: por que é que está escrito ali José de Souza Ramos?”

Entrevistada - Conceição: Vai lá para dentro da comunidade. Vai para onde tem os mais antigos do morro, que você vai ter a resposta. Porque quem conseguia a benfeitoria para essa comunidade na verdade foi o tenente Marques, que antigamente nós pagávamos conta de luz ali, aqui em cima.

Entrevistadora: O que aconteceu? Por que parou?

Entrevistada - Conceição: Parou pelo seguinte: nós íamos pagar a conta de luz ali. A menina estava trabalhando, assaltaram a bilheteria. Ela teve uma crise, na época, ficou doente.

Entrevistada - Conceição: Em um mil novecentos e setenta e poucos, nos anos 70, é foi em 70 por aí né? Eu era garota e estudava na escola Holanda. O tenente Marques foi quem conseguiu a iluminação.

Entrevistadora: Mas você sabe se ele morava aqui?

Entrevistada - Conceição: Acho que morava na comunidade sim.

Entrevistadora: É?

Entrevistada - Conceição: Você está fazendo levantamento de história daqui da comunidade aqui? Como é isso? Você quer saber como é que desenvolveu?

Entrevistadora: É, o que é que a comunidade precisa, quais são as ações que a comunidade desenvolve para conseguir aquilo que precisa, entendeu? Se faz algum movimento, quem são as pessoas que participaram desses movimentos, principalmente lá, agora também. Se existe também ainda alguma movimentação, se existe algum grupo que se junta, sei lá de repente na igreja.

Entrevistada - Conceição: É, pode ser que tenha.

Entrevistadora: Ou em creche.

Entrevistada - Conceição: Eu passei dois anos fora do Rio de Janeiro.

Entrevistadora: Quanto tempo mais ou menos que você retornou?

Entrevistada - Conceição: Voltei no carnaval, eu voltei para o Rio. Eu passei dois anos fora. Mas, a gente lutou muito na associação...

Entrevistada: O Viva Rio que foi que deu uma força maior, quando chegou o Viva Rio que se juntou a associação. Fizemos arquibancada, fizemos tudo, eles melhoraram, botaram tela, e foi que houve uma melhoria desse campo aí, que o campo era abandonado, cheio de buraco. Era no tempo do Osmar que estava aí.

Entrevistadora: O Osmar era da associação?

Entrevistada - Conceição: Era. O Osmar, se não me engano.

Entrevistada - Conceição: Isso é para comunidade. Isso é da prefeitura, a prefeitura que fez.

Entrevistadora: Mas antes ali tinha só a quadra onde a escola usava para fazer educação física, não é?

Entrevistada - Conceição: Era um campo que a escola onde, teve uma época que a escola fazia festa junina lá embaixo? E o acesso era por aqui por dentro, tinha...

Entrevistada: É, aquele portão que está travado ali, que acabaram com aquele portão, fizeram muro da creche rente ao portão.

Entrevistadora: Pra que fizeram isso?

Entrevistada: Gente, eles não sentaram aqui para planejar nada, simplesmente chegaram e foram fazendo.

Entrevistadora: Pegaram o terreno e começaram a construir.

Entrevistada - Conceição: Eu vou te dizer, eu fiquei à frente dessa associação um tempo e para lidar ... é complicado.

Entrevistada - Conceição: Exatamente, entendeu? Então eu falo assim, para viver em comunidade não é para qualquer um, tem que saber viver.

Entrevistada - Conceição: Na época da associação, a responsável pela turma da noite era eu e eu não admitia... Às vezes eles vinham pegar preservativo comigo, aí eu olhava, Vocês querem aprender, vocês querem ouvir o que eu tenho para falar. “Minha arma está aqui”, aí eu pegava a bíblia e botava para eles, “Minha arma é essa aqui”...

Entrevistadora: Você agora é evangélica ou católica?

Entrevistada - Conceição: Eu sou... Sei lá o que é que eu sou.

Entrevistadora: É de Deus.

Entrevistada - Conceição: Eu sou evangélica afastada. E respeito muito Deus e tenho um temor danado, né. Deus me livre. Entendeu? Então era assim. Eu fui acusada de uma coisa que não tiveram provas. Eu tinha provas a meu favor, que eu botei.

Entrevistada - Conceição: E daí então eu falei assim, “Eu vou provar minha inocência”. Provei minha inocência e fiquei aí. Fui acusada na associação, eu nunca peguei um centavo. Quando a menina foi lá em casa que viu minha casa. “Ah, minha casa é essa aqui, cheia de infiltração, olha aí o armário como é que está cheio, vazio”, porque meu marido estava ruim e eu ficava entre Vitória e a associação de moradores aqui com os funcionários. E era assim, a minha vida foi assim. Antes dele falecer, eu peguei e entreguei meu cargo. Quando começaram, eu descobri que me acusaram de roubo, eu vim de lá para cá, danada da vida, tomei a chave da associação e tranquei e falei, “Agora eu vou provar”. Provei minha inocência. Eu nunca precisei tirar um centavo da associação.

Entrevistadora: Entendi.

Entrevistada - Conceição: Então eu não me envolvo mais.

Entrevistadora: Quando você ia trabalhar você levava seus filhos? Quantos filhos você tem?

Entrevistada - Conceição: Eu tenho duas meninas, uma deixo na escola. A outra já está com 22 anos, ela era da creche.

Entrevistadora: Qual a creche? A Peter Pan ou a Arca de Noé?

Entrevistada - Conceição: A Peter Pan, a Arca de Noé... nunca < *Ininteligível* >

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Por isso que ficou ruim lá embaixo, você viu como que é?

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Minha filha, pelo amor de Deus.

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Se eu tivesse na associação na época dessa obra, envolvida com essa associação, eu iria brigar muito por aquilo ali, porque ficou horrível.

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistadora: Essa obra que você está falando é obra...

Entrevistada - Conceição: Do governo, da prefeitura que veio...

Entrevistadora: É o Morar Carioca ou não?

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistadora: Morar Carioca.

Entrevistada - Conceição: É esse mesmo, não espera aí, Morar Carioca não, é...

Entrevistada: Pô, estou com o nome...

Entrevistada - Conceição: Eu, esqueci. Que o projeto, até antigamente eu tinha um projeto, que era da associação, eu tinha um projeto lá e tal, mas que não foi feito.

Entrevistadora: Foi da época do Cesar Maia ou antes? Foi antes, né?

Entrevistada: Não, foi depois, essa obra aqui não é Cesar Maia, não é?

Entrevistada - Conceição: Foi o Paes.

Entrevistada: Foi o Paes?

Entrevistada - Conceição: Eu acho que foi o Paes. Não tem tanto tempo, foi em 2012 que veio para cá.

Entrevistada: Essa obra aconteceu junto com a creche.

Entrevistada - Conceição: Foi em 2012 que veio para cá.

Entrevistada: Eles fizeram a energia, urbanizaram o morro.

Entrevistada - Conceição: É.

Entrevistada: Fizeram um monte de coisa.

Entrevistada - Conceição: Vieram fazer uma pesquisa comigo lá na minha rua, “Ah, o que é que a senhora achou da obra?”.

Entrevistada: Você vê que essas casas aqui estão atrás da escola, que antigamente eles botaram o tal de esgoto de fossa, não sei se aquilo ali é uma fossa se vai para rua, atrás da escola. Eles falaram que não era para fazer, jogar esse esgoto todo para rua, não é? Está aqui olha, ele entope, explode lá atrás, a gente que tem que chamar alguém para tampar, para desentupir e ainda continua vindo para o lado de cá. Porque é que eles não pegaram essas casas que estão no nível da rua e jogaram para lá?

Entrevistada - Conceição: Dava para vir para cá.

Entrevistada: É, o esgoto não vieram, nem mexeram nisso, nem procuraram saber. Porque eu acho que o projeto eles fizeram, mas tem muita coisa que poderia ter sido feita, que poderiam ter mexido para melhorar mais ainda e não houve essa preocupação.

Entrevistada - Conceição: Porque na época antes de eu sair da associação, antes do Carlinhos falecer, assim que esse projeto veio para comunidade o Osmar ainda estava na associação, o que aconteceu? Nós tínhamos o projeto e ali indo para grota, onde tem um poço assim que é fundo...

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Quem era o secretário de obras da época? O Bitar?

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Então assim, ali seria um posto, lá embaixo na grota seria um posto, foi é...

Entrevistadora: Posto de saúde?

Entrevistada - Conceição: Seria um posto de saúde. No projeto que eu tinha visto seria lá um posto de saúde e seria muito melhor do que hoje. Hoje não tem posto de saúde nenhum, não tem nada.

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Entendeu? Então eu sempre, eu como sou muito... eu trabalhava na época no Padre Severino em 2013? Não... É. Trabalhava no Padre Severino.

Entrevistadora: Fazia o que lá?

Entrevistada - Conceição: Eu era da cozinha, ajudava a alimentar ... <Ininteligível> infratores...

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistadora: Deve ser bem tenso, não é?

Entrevistada - Conceição: Eu trabalhei lá e te digo <Ininteligível>

Entrevistadora: Todo mundo fala.

Entrevistada - Conceição: Campanha de vacinação quem trouxe para cá a gotinha na associação fui eu. Enquanto eu estava dentro da associação, eu era a responsável pelo armazenamento <Ininteligível>.

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Vinha, não tem mais. Entendeu? Então assim, essas coisas eu trouxe para cá, eu consegui. Fui lá para o posto, fiz o cursinho lá, eu trouxe meus companheiros, que eu fiz o curso de enfermagem, meus companheiros vieram de longe para poder trabalhar comigo aqui.

Entrevistadora: Mas você, Conceição, que encabeça? Você que junta as pessoas para... Ou não, você vai com a cara e a coragem ou você junta? Como é que você faz?

Entrevistada - Conceição: Não, se eu tiver que correr atrás, eu vou correr atrás sozinha. Depois vou puxando as pessoas para o meu lado.

Entrevistadora: Aí você vai chamando o pessoal?

Entrevistada - Conceição: É, entendeu? Então assim, eu gosto muito...

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Eu gosto muito. Tinham muitos projetos lá em cima. Eu só não volto.

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Vou me estressar.

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Não tem mais estrutura. Esse prédio aí...

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Eu não sei como é que está. Porque a última vez que eu saí de lá, eu falei “Aqui eu não entro mais”, nunca mais entrei lá. Porque é muito duro você ser acusada de uma coisa que você não fez.

Entrevistadora: É, mas você provou. É realmente é muito ruim sim. Já passei por isso, eu provei, mas é muito difícil.

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: A gratificação disso tudo é que tem muita gente que quando eu passo me fala, “Volta para a associação”. “Não”. “Vamos ser presidente”, “Não quero chama outra, não quero”. Eu já, Cesar Maia que era da prefeitura então, o Cesar Maia, todos nós fizemos uma reunião e fomos lá ao palácio. Fomos lá falar com o senhor Cesar Maia. Ele não é parente seu não?

Entrevistadora: Não.

Entrevistadora: Pra gente ele foi bom. Pra educação ele foi bom.

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistadora: É, como professora é...

Entrevistada - Conceição: Aí o que acontece? Aí todo mundo levou lá, eu pedi iluminação para o campo, que antigamente não tinha iluminação aí, estava tudo escuro.

Entrevistadora: Você foi à prefeitura?

Entrevistada - Conceição: É, fui à prefeitura falar com o senhor, excelentíssimo senhor Cesar Maia.

Entrevistadora: Foi sozinha?

Entrevistada - Conceição: Não, fui eu e um grupo de líderes comunitários. A Fernanda que antigamente, não era o Nilton, era a Fernanda, ali do INPS, montamos o grupo e nós fomos lá. Quando chegou lá todo mundo apresentou só uma via da documentação do que queria, cada um pedindo uma coisa para sua comunidade, eu pedi iluminação. Eu levei duas vias. Falei, “Está aqui minhas duas vias, o senhor, por favor, pegue a sua e assine a minha”. Ele, “Por que é que todo mundo me deu uma via só e a senhora está me dando duas?”. Eu falei, “Ah, porque eu não confio no senhor”. Como é que eu vou chegar para minha comunidade e dizer assim, eu pedi, aqui olha está aqui. Sabe como que é comunidade, é que nem São Tomé.

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: É. Ele assinou. Ele olhou assim para mim, ele pode ter me chamado de abusada, mas eu falei para ele, “Eu não confio no senhor, tanto é que eu não votei no senhor. Mas pela minha comunidade eu estou aqui”. Meus colegas ficaram olhando. Então assim, é muito complicado. Muita coisa que a gente vê que está errado. Olha aquilo, hum. Está errado. Sou chata, não é, ...? Sou chata não sou? Sou ‘enjoadinha’ a beça.

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Mas eu sou esse tipo de pessoa. Mas a gente fugiu do assunto, o que é que você queria saber? Pelo amor de Deus.

Entrevistadora: Ah, isso tudo que você está falando é tão interessante, que na verdade assim eu quero conhecer como surgiu a comunidade, a associação...

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistadora: Pelo que você está falando é a Tiana. É uma das pessoas que vai me ajudar assim a ver qual caminho que eu vou tomar nessa pesquisa, porque eu preciso saber quem buscou melhorias para comunidade, entendeu? E assim pelo que você está falando...

Entrevistada - Conceição: Melhorias, melhorias é o Tenente Marques e Osmar, só os dois.

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Porque assim, eu não vou falar, “Ah, Carlinhos trouxe”, não Carlinhos não trouxe, o Osmar...

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: É, deu continuidade, mas ele é meu marido, tá, eu não...

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Carlinhos ficou no lugar do Osmar. Então assim, o tenente Marques trouxe, o Osmar trouxe, Zé Ramos, eu não me lembro se o Zé Ramos tenha feito nada assim.

Entrevistada - ...: Fala oculta, pois a entrevistada não assinou o termo de consentimento.

Entrevistada - Conceição: Era o tenente Marques mesmo. O tenente Marques que trouxe para cá e pode ser que ele tenha ajudado em alguma coisa.

Entrevistada - Conceição: Ah tá, então é isso sabe, amor, é muito complicado você morar aqui. Mas é isso, sabe? Então assim, pelo meu conhecimento uma pessoa boa para você conversar é a Tiana.

Entrevistadora: A Tiana, você sabe como é que eu encontro a Tiana?

Entrevistada - Conceição: Se você quiser ir a casa dela a gente vai lá agora, eu te levo lá agora. Fica pertinho da associação.

Entrevistadora: Não é melhor perguntar a ela? Sei lá, de repente ela não quer. Você acha que ela é assim, ela recebe?

Entrevistada - Conceição: A Tiana?

Entrevistadora: É.

Entrevistada - Conceição: Sim.

Entrevistadora: É? Então vamos.

Entrevistada - Conceição: Recebe sim, se ela disser que não vamos correr esse risco, não é?

Entrevistadora: É, vamos lá então.

Entrevistada - Conceição: Mas assim, na minha opinião não sei se é a mesma que ela tem. Porque assim, a história toda começou com tenente Marques e para melhorias mesmo, quem conseguiu melhorias aqui foi o Osmar. O Osmar que conseguiu, ele que conseguiu. Vamos dar à mão a palmatória e vamos falar assim, é ele mesmo. Acabo. Ele conseguiu muita coisa boa para cá, projetos, aqui teve muitos projetos de jogos da paz, teve um montão de coisa, Viva Rio entrou. Alguns alunos fizeram curso no aeroporto. E o Osmar ajudou muita gente.

Entrevistadora: Você sabe me dizer o período que ele ficou lá?

Entrevistada - Conceição: Eu entrei aí em 1999 para poder ser a secretária dele. Fiquei 10 anos trabalhando de secretária dele, acho que foi o período que ele ficou aí na associação e depois muito mais, muito tempo ele ficou. Acho que ele saiu daí em dois mil que ele deixou, acho que 2003. Antigamente tinha eleição. Teve uma época que nós fizemos uma chapa diferente da dele e nós perdemos por um voto.

Entrevistadora: Nossa!

Entrevistada - Conceição: Por um voto só. Mas nós fizemos mais para poder desafiá-lo. Somos todos amigos de infância.

Entrevistada - Conceição: Aí a gente começou a trabalhar juntos, entendeu? Aí eu entrei e fui ser secretária dele, entendeu? Depois eu entrei e fiquei 10 anos na secretaria ali, 10 anos sem carteira assinada, depois é que ele assinou minha carteira. Aí eu fiquei trabalhando de carteira assinada ainda.

Entrevistadora: E assim Conceição, como que é a comunidade? Também em relação às mães. Você falando que trabalhava, tem as suas meninas. A de vinte e poucos e a pequenininha. Como é que essas mães fazem com as crianças? No caso a sua menina de 20, você deixava na escola e depois quando acabava o horário da escola, ela ia para a creche?

Entrevistada - Conceição: Ficava comigo.

Entrevistadora: Na associação?

Entrevistada - Conceição: Na associação. Era da creche, na associação, depois que ela passou para cá. Na hora da saída dela eu vinha buscar e ficava comigo na associação até ir embora. Quando estudava aqui, jamais deixei minha filha sozinha.

Entrevistadora: Mas assim que saiu a Arca de Noé já começou a Peter Pan? É isso?

Entrevistada - Conceição: Poxa, é uma história que eu não sei te dizer, eu não sei te dizer se a Arca de Noé esteve aí na associação, eu sei que era Peter Pan, mas eu não sei se ela tinha outro nome, não sei. Sei que Gracinha, entrou aí com José Ramos, vulgo Picolé. Ela fez uma creche ali e está lá até hoje com a creche dela. A Arca de Noé é ali embaixo. Muita coisa eu não sei te dizer.

Entrevistadora: Das outras mães você também não sabe muito bem? A maioria das mães, o que elas faziam? Elas deixavam, tem alguém que toma conta das crianças na comunidade?

Entrevistada - Conceição: As professoras da creche. A carteira delas era assinada pelo líder comunitário. E quem mantinha a creche era a prefeitura. Cada criança tinha um valor da prefeitura e esse dinheiro era depositado na conta da associação de moradores. O presidente, junto com o tesoureiro ou a responsável pela creche, faziam a retirada desse dinheiro. Nós comprávamos alimentos das crianças, produtos de limpeza. Nós tínhamos na época, os professores, que eram professores para tomar conta.

Entrevistadora: Uhum. Cuidadores.

Entrevistada - Conceição: Cuidadores mesmo. Era assim que funcionava.

Entrevistadora: E esse dinheiro, você sabe se podia fazer obras também? Ou era só para comida?

Entrevistada - Conceição: Olha, não. Era para as crianças, destinado às crianças. Se você tivesse que fazer alguma coisa na creche, você tinha que pedir ajuda, entendeu? Ou fazer projetos, fazer coisas para poder ganhar o dinheiro que recebia a gente investia, pagava conta de luz, uma conta de água. Aí veio uma empresa de Tele Dados entrou, para fazer projetos de telefonia aqui, tinha uns telefones aqui na Tele Dados. Não sei se ainda tem. Eu sei que tem morador que ainda tem Tele Dados. O Tele Dados fazia exigência que eu não concordava. Então eu comecei a vender. Falei “Então eu vou vender”. Eu vendi 500 linhas de telefone. Porque tem morador aqui que não pode nem me ver porque fica doido quando me vê. “Ah, por causa de você eu tenho telefone”. Já passou muito tempo. Mas é gratificante.

Entrevistadora: Com certeza.

Entrevistada - Conceição: É gratificante você ver assim que, não é... E tem pessoas que conseguiram fazer segundo grau. A escola que nós tínhamos aqui. Eu fui lá no Morro do Juramento pegar cadeira.

Entrevistadora: E você estudou até que ano?

Entrevistada - Conceição: Eu fiz o ensino médio, eu acho que eu terminei.

Entrevistadora: Você acha, por quê?

Entrevistada - Conceição: Eu fiz ENEM passei. Não consegui formar turma. Deixei para lá.

Entrevistadora: Como assim não conseguiu formar turma?

Entrevistada - Conceição: Não formou turma, eu não sei por que. Foi uma carta que eu recebi da Estácio.

Entrevistadora: Ah, foi para Estácio que você foi chamada.

Entrevistada - Conceição: É. Não consegui, daí eu desisti.

Entrevistadora: Ué, então você terminou o ensino médio. Você passou no ENEM.

Entrevistada - Conceição: É, mas não tenho mais vontade de estudar mais.

Entrevistadora: Não?

Entrevistada - Conceição: Eu não. E eu não sei nada, hein. Mas eu não quero estudar mais não, está bom. Eu quero que minhas filhas, minha filha porque a outra não quer saber de estudar.

Entrevistadora: A mais velha?

Entrevistada - Conceição: É.

Entrevistadora: Você me ajudou bastante, porque é minha primeira entrevista. Então, eu falei, "..., eu não sei nem por onde começar". Então, vamos conversando porque as coisas vão surgindo. Eu falei nossa que bênção.

Entrevistada - Conceição: É eu olhei assim e pensei, eu vou lá ... ver que história é essa de quando eu estudei lá, eu quero saber porque eu sou curiosa, enquanto eu não fico sabendo. Aí liguei para minha colega, "Estou indo na sua casa. Está fazendo o que?" "Arrumando casa". "Estou indo aí". Aí eu tive que ligar para ela de novo e falar, "Não vou mais", mas daqui eu vou lá. Mas se você quiser ir na casa da Tiana, eu te levo lá. Ela deve estar em casa, com certeza.

Entrevistadora: Ai Conceição, eu até quero, mas eu estou com receio dela ficar chateada da gente chegar assim de supetão.

Entrevistada - Conceição: Tiana vai ficar chateada?

Entrevistadora: Fica não?

Entrevistada - Conceição: Não, fica não. Se ficar a gente vai correr esse risco.

Entrevistadora: Ela vai falar na lata, ela fala?

Entrevistada - Conceição: Ela fala.

Entrevistadora: Ah, então vamos.

Entrevistada - Conceição: Mas acho que ela não vai ficar não.

Entrevistadora: Então vamos, vamos agora.

Entrevistada - Conceição: Eu deixo você lá e vou seguir meu destino, depois você sabe descer, não sabe?

<fim da transcrição>

Fonte: SOUZA, Maria da Conceição dos Santos de. Entrevista concedida à Jane Chalão Lucchesi. RJ, 13 abr. 2016.

Fonte: BARBOSA, Sebastiana de Aquino. Entrevista concedida a Jane Chalão Lucchesi, Rio de Janeiro, 13 abril, 2016.

<Início da transcrição>

Entrevistada - Conceição: Tiana, eu trouxe ela aqui, porque assim eu achei viável ela vir falar contigo, porque vai saber responder as coisas que eu não sei responder. Para ajudar na pesquisa dela da faculdade.

Entrevistadora: Primeiro, eu quero agradecer. Já agradei muito à Conceição, agora a senhora também. Vamos lá. Eu estou começando. Então algumas coisas eu não sei muito bem o que eu vou usar dessa nossa conversa, enfim. Mas primeiro eu queria agradecer muito, abrir a porta da sua casa para me receber... Ainda falei assim, “mas Conceição, a gente vai lá na casa dela. Não é melhor perguntar, não sei o que”, ela disse: “não, vamos lá. Então ótimo”.

Entrevistada - Conceição: Foi um sim, tá vendo?

Entrevistadora: Estou muito feliz quanto a isso. Mas o que eu queria saber é em relação à comunidade. Você ainda se envolve com algumas questões da comunidade, de conseguir alguma coisa para cá, ou isso já foi só...?

Entrevistada - Tiana: Não, isso já passou. Hoje em dia, aí depois que a gente saiu da creche nem mais eu fui lá.

Entrevistadora: A Peter Pan, né, que vocês estão falando?

Entrevistada - Tiana: A Peter Pan. Já fechou. Nunca mais me envolvi lá.

Entrevistada - Conceição: Eu falei para ela o seguinte, não estou tomando a sua frente não...

Entrevistadora: Não. Ótimo.

Entrevistada - Conceição: Mas eu comentei com ela o seguinte, que pelo o que eu sei, Tiana, vocês bem mais velha que eu, <Ininteligível>, mas pelo que eu sei, das histórias que a minha mãe contava, que cresci sabendo, que aqui quem começou, que trouxe alguma benfeitoria para cá no começo foi o Tenente Marques.

Entrevistada - Tiana: Foi.

Entrevistada - Conceição: Não é isso?

Entrevistada - Tiana: Foi o primeiro da associação. E ele foi quem trouxe aqui a luz, que foi que deu o terreno para o...

Entrevistada - Conceição: Iluminação, não é?

Entrevistada - Tiana: Não é do meu tempo, não, porque quando eu cheguei aqui ele já tinha morrido.

Entrevistada - Conceição: Já tinha morrido.

Entrevistada - Tiana: Aí estava em eleição, que era <Ininteligível> João Barbeiro

Entrevistada - Conceição: João Barbeiro?

Entrevistada - Tiana: É.

Entrevistada - Conceição: É? João Barbeiro chegou a ser presidente aqui.

Entrevistada - Tiana: É. Aí não foi no meu tempo. Gracinha veio aqui me convidou para eu entrar com ela. Como era o nome da chapa dela, chapa Rosa, não era?

Entrevistada - Conceição: Chapa Rosa.

Entrevistadora: Foi a primeira chapa de mulher?

Entrevistada - Tiana: Depois...

Entrevistadora: Lembra o ano?

Entrevistada - Tiana: Ah, não lembro, não.

Entrevistada - Conceição: Muito tempo.

Entrevistada - Tiana: Eu não lembro, não. É muito tempo. Depois eu entrei com Beбето. Seu Beбето veio me chamar, mandou até um recado para o meu filho, para eu ir lá para o comércio, que ele queria falar comigo. <Ininteligível> Era para eu entrar com ele. Entrei, fui vice dele. Eu fiquei lá ajudando. Depois eu entrei na chapa do Osmar, eu como vice e Osmar como presidente.

Entrevistadora: Mas isso logo depois do mandato com a Graça, não?

Entrevistada - Tiana: Ela era presidente, não sei nem quem era vice dela.

Entrevistada - Conceição: Não era Zé Ramos, não? Zé Ramos?

Entrevistada - Tiana: Depois.

Entrevistada - Tiana: Depois nós <Ininteligível>

Entrevistada - Conceição: Nessa época, eu fazia parte da comunidade, mas eu não me envolvia com política, com associação. Na verdade, eu não gostava. Depois eu passei a gostar.

Entrevistada - Conceição: Na época que eu era solteira, que eu era da JOC. Eu era da igreja. Até hoje tenho o meu brochinho da JOC. Depois eu casei a gente <Ininteligível>

Entrevistadora: JOC? JOC é o que?

Entrevistada - Conceição: Juventude Operária Católica

Entrevistadora: Juventude Operária Católica!

Entrevistada - Conceição: Até quando eu me casei: eu não quis dar meu brochinho a outro, eu comprei um broche dei a ela, para não dar o meu. Até hoje eu tenho o meu.

Entrevistadora: Qual era a cidade?

Entrevistada - Tiana: Desse tempo?

Entrevistadora: É. A cidade, onde era?

Entrevistada - Tiana: Campina Grande.

Entrevistadora: Campina Grande? Paraíba? Aí já veio com essa vontade de participar?

Entrevistada - Tiana: É, mas toda a vida eu gostei de participar das coisas, de ajudar... Quando eu vim para cá, no Rio, andava esse morro todo. Aí ela não queria <Ininteligível> já que era menina, a gente subia, subia na caixa de água. Aí via a cascata que era mais, que [conquistava] mais, aí a gente <Ininteligível>. Acabou também, não é?

Entrevistada - Conceição: Muita coisa boa que já acabou aqui não é, Tiana? Agora acabou tudo de uma vez. Tiana, a creche da associação foram vocês que trouxeram para cá? Quem trouxe essa creche para cá, foram você e Osmar?

Entrevistada - Tiana: Eu, não. A fundadora fui eu com Sônia. O nome dela tem que estar na prefeitura.

Entrevistada - Conceição: Isso mesmo.

Entrevistada - Tiana: Eu fui para Brasília, passei cinco dias em Brasília. A gente foi a fundadora da creche.

Entrevistada - Conceição: Viu como eu não lembrava. Tem o Valdinho também.

Entrevistadora: Qual a creche? A Peter Pan?

Entrevistada - Tiana: A Peter Pan, porque Gracinha tinha a Arca de Noé. Quando ela saiu da associação, ela carregou para lá. Até hoje tem a Arca de Noel ali. Ela carregou para a casa dela. Aí ficou sem creche aqui na <Ininteligível> . Então, eu, Sônia, [Valdinho], todo fomos bater na porta da prefeitura, pedindo a creche. Eu fui para Brasília: fomos eu, [Ilha, Zé Ramos] e <Ininteligível> . A gente foi para Brasília, passamos cinco dias. Teve a reunião lá, para pedir a creche. Quando a gente chegou aqui com poucos dias, a gente assumiu a creche. Eu, Sandro, não sei <Ininteligível> creche. Zé ramos não queria: “Vocês vão procurar enfrentar, vocês não vão aguentar ficar aqui”. A gente saía pelas casas pedindo as coisas. Pedia <Ininteligível>, pedia um arroz e voltávamos. Depois a prefeitura foi <Ininteligível> .

Entrevistadora: Então, Tiana, foi você com quem que fundou a Peter Pan?

Entrevistada - Tiana: Foi Sônia, Sandro, Jorge Luiz. Um dia desses a prefeitura veio para saber que foram os fundadores e vieram aqui em casa. Levaram o meu nome, de Sônia <Ininteligível>

Entrevistada - Conceição: O que houve com essa creche, Tiana?

Entrevistada - Tiana: Eu não sei. Depois que eu saí, eu nem ia lá.

Entrevistada - Conceição: Vocês sabem que depois que eu saí também não apareci mais.

Entrevistada - Tiana: É. Aquele vereador do Jardim Guanabara. Ele me deu um fogão industrial, eu pedi a geladeira, até hoje me lembro do nome dela, é Vitória. Eu a pedia para me dar, que eu queria a geladeira. Eu pedia tudo para creche, eu nunca pedi nada para mim. Eu pedi geladeira, tudo ela arrumava para mim.

Entrevistadora: Vocês lembram o ano que vocês conseguiram? O ano que vocês conseguiram a inauguração?

Entrevistada - Tiana: Eu tenho até <Ininteligível>

Entrevistadora: Que legal!

Entrevistada - Conceição: Muito tempo. Viu, te trouxe no lugar certo.

Entrevistadora: Com certeza.

Entrevistada - Conceição: Não falei para vocês que ela tinha fundado a creche? Eu não lembrava quem era, mas foi ela realmente, foi ela, Valdinho e Sônia. Sônia mora lá para baixo, Valdinho também depois ele foi nosso diretor, ele faleceu. Dava até aula de xadrez, amo o xadrez. Não sei jogar, tenho xadrez, mas não sei jogar.

Entrevistada - Conceição: Tu tens fotos aí, Tiana?

Entrevistada - Tiana: Eu tinha. Tem da época quando a gente fazia...

Entrevistada - Conceição: É. Era muito bom. Eu tenho fotos também da creche.

Entrevistadora: Ah, eu quero!

Entrevistada - Conceição: Eu tenho lá em casa. Se você me disser que não vai reparar na minha casa.

Entrevistadora: É fácil pegar?

Entrevistada - Conceição: É.

Entrevistada - Tiana: Eu até o que no tempo a gente exigia da creche, olha, aí a gente tem minha assinatura. A gente dava as mães que trabalhavam. Aí levava para patroa, a gente levava para patroa, e a patroa lá assinava.

Entrevistada - Conceição: E agora essa creche que tem aqui, ali é creche? Eu não entendo, é sorteio?

Entrevistadora: É.

Entrevistada - Conceição: Ah, ninguém merece. Então quer dizer, quem é da comunidade...

Entrevistada - Tiana: Eu tinha até a história da creche, no dia que foi inaugurada e tudo. Eu tenho tudinho.

Entrevistada - Conceição: Está aí contigo? Está aí com vocês?

Entrevistada - Tiana: Está, mas agora eu não sei onde.

Entrevistada - Conceição: Seria bom se você pudesse mostrar as fotos assim.

Entrevistadora: Ah, eu estou pensando em pedir para tirar uma cópia.

Entrevistada - Conceição: Uma cópia?

Entrevistadora: Você deixa Tiana? Deixa eu tirar uma cópia?

Entrevistada - Tiana: Deixo, só não pode dar fim.

Entrevistada - Tiana: Aí eu tenho o negócio da creche, a história da creche todinha lá em cima. Eu não sei onde está, porque quando a gente quer as coisas, a gente não acha.

Entrevistada - Conceição: Como eu te falei, eles depositavam dinheiro para poder comprar as coisas lá para creche, para as crianças. E teve época que a gente fazia mesmo os alimentos para cá. A prefeitura mandava.

Entrevistadora: Já trazia direto.

Entrevistada - Conceição: Muita coisa boa. Era muito bom. Uma pena estar esse prédio fechado. Não sei o que funciona ali.

Entrevistada - Tiana: Também se a gente não tivesse saído daí, até hoje estava aberto.

Entrevistada - Conceição: É mesmo.

Entrevistada - Tiana: Mas a gente não quis ficar.

Entrevistadora: Porque precisava. O que tem de gente lá querendo vaga em creche.

Entrevistada - Conceição: Eu não entendo porque essa creche saiu dali.

Entrevistada - Tiana: <Ininteligível> disse que agora está tudo nas mãos de ...

Entrevistada - Conceição: Os certificados que vocês têm aí, não é?

Entrevistada - Tiana: Tudo que tinha aí eu fazia curso. Tudo eu tirava, aqui... isso aqui foi o que eu fiz o primeiro grau aí. 48 anos eu tinha, quando eu fui fazer.

Entrevistadora: Fez química? Ou era só escola que?

Entrevistada - Tiana: Só escola mesmo.

Entrevistada - Conceição: Está o nome dela aí?

Entrevistada - Tiana: Essa aqui foi quando eu fui para Brasília. Quando eu fui para Brasília, aí a gente <Ininteligível>

Entrevistadora: Olha, gente, isso é ouro.

Entrevistada - Conceição: Valioso.

Entrevistada - Tiana: Aqui a gente guarda as <Ininteligível>. Isso tudo é [diploma].

Entrevistada - Conceição: O que você está caçando aí?

Entrevistada - Tiana: Eu estou procurando a história da creche, como começou.

Entrevistada - Conceição: Ah, você ainda tem isso aí do Osmar.

Entrevistadora: Não isso aí amarelinho?

Entrevistada - Conceição: É do Osmar, não é?

Entrevistadora: Deixa eu ver.

Entrevistada - Conceição: Você ainda tem isso Tiana? Aqui. Olha aqui. Esse aqui que é o Osmar. Você o conhece?

Entrevistadora: Não.

Entrevistada - Conceição: Esse aqui que é o Osmar e bem jovem, está vendo? Gente, Tiana ainda tem. Isso é um tesouro.

Entrevistadora: Tiana, me empresta isso também?

Entrevistada - Tiana: Aqui era quando começou a creche, as crianças que começaram, a sede da associação...

Entrevistada - Conceição: Isso aí é uma beleza. Nossa! Eu tinha um desses também. Foi numa dessas épocas aqui, da chapa vermelha, que a gente colocou a chapa amarela. Não, chapa azul.

Entrevistadora: Mas não tem o ano, não é?

Entrevistada - Tiana: Não tem, não? Tem.

Entrevistadora: 1º de junho.

Entrevistada - Tiana: Eu tenho a história da creche aqui...

Entrevistadora: Você lembra o ano que foi?

Entrevistada - Tiana: O ano...

Entrevistada - Conceição: Não sei.

Entrevistada - Tiana: A história da creche ... eu não me lembro ... Aqui! É essa daqui terreno achado. Depois <Ininteligível> meninos. A cada um que eu dei, eu dei passado pela associação. Aí agora quando eles vieram com o negócio que teve aí, a assistente social veio aqui, aí falou que essa propriedade é da senhora. Aí eu disse: Não, a propriedade é minha, mas as casas que eu dei aos meus filhos é deles, porque quando eu morrer, não vai ter questão de

ninguém vir aqui e tomar a casa. A casa é deles. Aí ela, “Não, mas a gente está fazendo pela propriedade, a propriedade é da senhora”. Eu disse, “Minha filha, a propriedade pode ser minha, agora não...”.

Entrevistada - Conceição: E cadê. Tiana? Nem vieram fazer, nem concluíram isso, não é? Não vieram fazer, não é?

Entrevistada - Tiana: Vieram nada.

Entrevistada - Tiana: Isso aqui está guardado.

Entrevistada - Conceição: Você não tem um livro de ata contigo aí não, Tiana?

Entrevistada - Tiana: Não. Mas esse daqui tem a história da creche toda, desde onde começou tudo. Sabe?

Entrevistadora: Sei.

Entrevistada - Tiana: Tem contando tudo. Tá por aqui. Eu guardo tudinho, tenho tudo guardado.

Entrevistada - Conceição: É, tem até o negócio da chapa da campanha do Osmar, você ainda tem? Eu ainda tinha nas minhas coisas, mas como eu me mudei, muita coisa se perdeu. Mudança, não é? Você vai pegando as coisas para poder...

Entrevistada - Tiana: Mas da história da creche e tudo tem aqui. Aqui foi quando eu ensinava de noite. Tinha acabado na escola Holanda, [Mobral], aí eu fui coloquei Mobral aí, aí eu ensinava de noite. Eu tenho a carteirinha e tudo daí, do Mobral.

Entrevistadora: Você chegou a fazer curso de professora *pra* trabalhar com o Mobral na Associação de Moradores?

Entrevistada - Tiana: Mas eu, quando era moça, eu era doida para ser professora. Naquele tempo, os pais diziam assim “- Para que estudar? Casa!”, aí não deixava a gente estudar, não.

Entrevistadora: Você veio para cá com seus pais, não?

Entrevistada - Tiana: Eu casei com 24 anos, aí eu era filha única. Aí com comecei a namorar com Tião.

Entrevistada - Conceição: Ele faleceu, né Tiana?

Entrevistada - Tiana: É, a gente foi casado por 50 anos, nunca separamos. Mas ele morreu por causa do assalto.

Entrevistada - Conceição: Ah, foi Tiana?

Entrevistada - Tiana: Foi. Juliano foi com ele receber dinheiro, Juliano todo mês ia receber. Botou ele lá dentro do... eu vi ele sair, ele veio da Kombi embora e ele da Kombi ele <Ininteligível>. Trabalha como voluntária ao projeto de alfabetização <Ininteligível>, adolescente recebia a quantia de, não é que eu recebia, não, 150 reais. Não recebia. Aqui tem trabalha como voluntária, é aqui que eu ganhava 150 reais, eu não ganhava. Depois eu posso até achar, mas quando a gente quer não acha.

Entrevistadora: Aí, quando você ia trabalhar, Tiana, quem ficava com... Quantos filhos você teve?

Entrevistada - Tiana: 8.

Entrevistadora: 8? Nossa. Quem ficava com as crianças?

Entrevistada - Tiana: Tinha uma de 12 anos, que era a Linda e tinha Jane que tinha...

Entrevistada - Tiana: Aí ficavam com as duas maiorzinhas, as duas maiorzinhas. Quando eu cheguei aqui, que eu comprei essa casa, mas não era assim não. Ninguém comprava essa casa,

a casa era toda de <Ininteligível> e de telha, era escorada assim com pau. Agora, isso daqui não tinha não, era tudo para lá, era um barraco. Aí eu com mais <Ininteligível> fui trabalhar, aí trabalhei primeiro <Ininteligível> . Depois eu saí, trabalhei no [cinema] três anos.

Entrevistadora: Aqui na Ilha?

Entrevistada - Tiana: Primeiro trabalhei... aqui é.

Entrevistadora: Não estou há muito tempo na Ilha, então...

Entrevistada - Tiana: Trabalhei no pico da Ilha. Depois do colégio trabalhei lá na <Ininteligível>, trabalhei três anos. Depois do cinema foi que eu saí e vim para aqui para [associação]. Mas trabalhei 14 anos [associação].

Entrevistadora: Aí então os mais velhos que iam tomando conta dos mais novos?

Entrevistada - Tiana: É.

Entrevistadora: Você era sozinha, não é?

Entrevistada - Tiana: Sim. A gente fazia lá as coisas que a gente... trabalho que a gente fazia para as crianças.

Entrevistadora: Tiana, me fala desse congresso que vocês foram à Brasília, me fala mais um porquinho dele. Você foi com mais duas pessoas, não é?

Entrevistada - Tiana: É, fui com duas pessoas. A gente foi atrás de <Ininteligível> 0:32:58.9> para ir.

Entrevistadora: Mas já tinha alguma coisa... Ah, também já tinha uma experiência com a outra que estava aí ou não?

Entrevistada - Tiana: Não.

Entrevistadora: Antes da...

Entrevistada - Tiana: Quando a outra tinha aí <Ininteligível>. A outra era de Gracinha, era outra chapa.

Entrevistadora: Ah, então vocês não estavam juntas na mesma chapa. Aí foram na cara e na coragem? Ou teve alguém que ajudou?

Entrevistada - Tiana: Aí a gente entrou com a cara e a coragem, aí tinha quem não queria, porque achava que a gente não tinha capacidade de... qualquer brincadeira que a gente...

Entrevistada - Conceição: O Zé Ramos, não é?

Entrevistada - Tiana: É.

Entrevistada - Conceição: Aquele nome lá? Eu falei assim: “Porque não coloca o nome de Tiana, então?”. Falei assim bem para ele.

Entrevistada - Tiana: Eu não queria nem o meu.

Entrevistada - Conceição: Pode ser também.

Entrevistadora: Nem queria uma creche?

Entrevistada - Conceição: Não, não queria.

Entrevistada - Tiana: Não, não queria, não.

Entrevistadora: Mas por quê?

Entrevistada - Tiana: Porque ele não tinha filho na <Ininteligível>. Aí custou mais para ele.

Entrevistadora: Mas não queria a creche? É isso?

Entrevistada - Tiana: Não, não queria o nome dele.

Entrevistadora: Ah, o nome. Entendi. Dali do EDI ...

Entrevistada - Conceição: Mas pelo que eu fique sabendo ali, na entrevista que fizeram com algumas pessoas aqui, deram o nome dele.

Entrevistada - Tiana: Ah, mas deu por causa por Osmar.

Entrevistada - Conceição: Osmar não é nada dele.

Entrevistada - Conceição: A documentação da creche, um montão de coisa aí. Até quando o Carlinhos estava aí, eu perguntava e o Osmar tinha dado entrada, mas não tinha conseguido com a prefeitura. Aí o Carlinhos conseguiu. Cadê esse documento, tá aí na associação? Deve

ter perdido. Coisas que são difíceis de você conseguir, aí você consegue, aí vem outro e derruba tudo que você faz.

Entrevistadora: Mas isso é política, não é?

Entrevistada - Conceição: É. Fazer o que, né? As músicas. Essas que são as músicas que elas cantavam na creche com as crianças. Quer ver?

Entrevistada - Tiana: Quero. Eu achava que tinha sido... mas tá guardado, bem guardado.

Entrevistada - Conceição: Aqui o cinema, <Ininteligível>, na Ilha.

Entrevistadora: Ficava onde?

Entrevistada - Conceição: Ficava aqui embaixo, aonde tem um restaurante na descida aqui, onde era o pai D'égua?

Entrevistadora: Pai D'Égua?

Entrevistada - Conceição: Do lado ali, naquela rua ali ao lado. Ao lado ali era um cinema.

Entrevistadora: Poxa, fechou, não é?

Entrevistada - Tiana: Eu trabalhei ali no cinema três anos.

Entrevistadora: Ali é o Sargento <Ininteligível>?

Entrevistada - Conceição: É. Sargento <Ininteligível> e a gente no cinema.

Entrevistada - Tiana: Que tem, tem. <Ininteligível>

Entrevistadora: Se você achar, você no caso...

Entrevistada - Tiana: Esse papel aí...

Entrevistadora: Esse aqui? Das músicas?

Entrevistada - Tiana: Essas eram as brincadeiras que a gente fazia...

Entrevistada - Conceição: Faziam com as crianças.

Entrevistada - Tiana: Com as crianças.

Entrevistadora: Aí fala com a Conceição, Conceição fala comigo. Aí ela pode até tirar uma cópia e mandar para mim.

Entrevistada - Conceição: Depois você vê Tiana, se você achar...

Entrevistada - Tiana: É, espera aí...

Entrevistada - Conceição: Quer procurar ainda?

Entrevistadora: Aqui, a musiquinha.

Entrevistada - Conceição: Olha a tua bolsa aqui, tua pasta. Deixar tudo solto assim, vai acabar perdendo. Que bom. Seria bom se você passar essa... Você tem zap né?

Entrevistadora: Tenho.

Entrevistada - Conceição: Se quiser anotar meu número, pode anotar aí.

Entrevistadora: Secretaria de...

Entrevistada - Conceição: Não, não era secretaria não...

Entrevistadora: Assistência social? Desenvolvimento?

Entrevistada - Conceição: Não. Lá na Penha. Posto de saúde que tem lá na...

Entrevistadora: Posto 11?

Entrevistada - Conceição: É. Ia lá, todo mês eu ia lá, pegava 14 caixas de preservativos, aí lá vinha eu dentro de um ônibus, todo mundo olhando. O que essa mulher vai fazer com tanta camisinha?

Entrevistadora: E dava para saber que era?

Entrevistada - Conceição: Dava para saber. Por que? É igual manteiga, não é? Pão com manteiga, não é? Cai logo a manteiga para o chão, não é?

Entrevistadora: É.

Entrevistada - Conceição: Dava para saber porque a caixa vinha preservativo, não é? Ela vinha com 14 caixas dentro do ônibus. Aí subia o morro às vezes.

Entrevistadora: 14, sozinha?

Entrevistada - Conceição: 14 caixas.

Entrevistada - Tiana: Depois com calma eu acho.

Entrevistadora: Está bom, Tiana.

Entrevistada - Conceição: Eu trazia, eu fiz a ficha...

Entrevistada - Tiana: Depois com calma eu acho, porque ela tem está bem guardadinha. Porque eu só guardo as minhas coisas bem guardadas.

Entrevistada - Conceição: Bem, bem guardado.

Entrevistada - Tiana: Esse foi da chapa da gente, era da chapa.

Entrevistada - Conceição: Tiana, qual foi esse ano aí? Que eu não estou lembrada. Tu lembra?

Entrevistadora: É. Só tem 1º de junho. Não tem a data.

Entrevistada - Tiana: Faz cinema.

Entrevistada - Conceição: Porque você saiu, você foi presidente sozinha. Depois veio Osmar com Bebeto, e veio o Osmar à frente quando Bebeto saiu, não é? Ficou Osmar com Bebeto, e Osmar depois ficou aí...

<fim da transcrição>